



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

ANA PAULA BARBOSA ALVES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ALIMENTAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR
DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSIKIRAN**

Boa Vista, RR

2024

ANA PAULA BARBOSA ALVES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ALIMENTAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR
DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSIKIRAN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima como pré-requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciências Ambientais na área de concentração: Manejo e Dinâmica de Recursos Naturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Francilene dos Santos Rodrigues

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Meire Joisy Almeida Pereira

Boa Vista, RR

2024

ANA PAULA BARBOSA ALVES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ALIMENTAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR
DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSIKIRAN**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais para obtenção do grau de Doutora em Ciências Ambientais com ênfase em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Roraima. Defendida em 18 de julho de 2024 e avaliada pela seguinte Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES
Data: 14/08/2024 18:33:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Francilene dos Santos Rodrigues
Orientadora – Universidade Federal de Roraima



Documento assinado digitalmente
DANIELA SANCHES FROZI
Data: 13/08/2024 15:44:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Daniela Sanches Frozi
Membro Externo - EFG/Fiocruz Brasília



Documento assinado digitalmente
JOAO PAULO ROBERTI JUNIOR
Data: 10/08/2024 23:50:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior
Membro Externo - Universidade Federal de Roraima



Documento assinado digitalmente
RICKSON RIOS FIGUEIRA
Data: 12/08/2024 16:16:11-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Rickson Rios Figueira
Membro Externo - Universidade Federal de Roraima



Documento assinado digitalmente
CALVINO CAMARGO
Data: 13/08/2024 16:33:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Calvino Camargo
Membro Externo - Universidade Federal de Roraima



Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO
Data: 05/08/2024 11:27:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alberto de Sousa Cardoso
Membro Externo - Universidade Federal de Roraima

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amado e misericordioso **Deus** que me concedeu a vida e a oportunidade de chegar ao fim desse caminho, e ao longo dessa jornada ter me presenteado com pessoas que me ajudaram nessa trajetória. Gratidão a todas as pessoas que me ajudaram com pensamentos e palavras de apoio e motivação, meu muito obrigada, só Deus para retribuir todo o carinho recebido.

Ao meu marido **Jonas Elias** pela amizade, companheirismo, incentivo para cumprir mais esta trajetória, que foi peça fundamental para essa conquista.

Aos meus filhos **Paula Tainá, Paulo Victor, Paulo Henrique** pelo amor, carinho, admiração e por entenderem as ausências da mamãe. Por terem sido fortes e dedicados em seus estudos, mesmo quando eu não podia ajudar. Por acreditarem que toda minha dedicação era pelo desejo de dias melhores em nossas vidas. Amo vocês com minha vida!

A minha avó materna **Maria de Nazaré** (*in memoriam*) que sempre me apoiou em meus estudos com conselhos e cuidados.

Aos meus pais **Célia Maria e Osny** (*in memoriam*) por tudo que fizeram por mim e por todo amor que me dedicaram quando estávamos juntos.

Aos meus irmãos **Fábio e Denilson**; tia **Edna**, tio **Conor**, tio **Claudio**, por todo carinho e ajuda a mim prestada, muito obrigada.

Aos meus amigos e irmãos que estão sempre compartilhando seus dias comigo, **Jorgenora e Mário Sérgio, Vera Lúcia e R. Silva**, obrigada por todo amor, carinho, risadas e companheirismo na vida.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a **Francilene dos Santos Rodrigues**, mulher admirável, profissional incrível, sinto-me privilegiada por ter tido a oportunidade de ter sido conduzida durante esse caminho por você, e sou muito grata por todo aprendizado de qualidade, fundamentado na escuta e no respeito, com muita alegria e paciência. Muito obrigada pela dedicação, incentivo, generosidade e confiança a mim depositada!

À minha coorientadora Prof.^a Dr.^a **Meire Joisy Almeida Pereira** mulher generosa, profissional incrível, sinto-me privilegiada por ter tido a oportunidade de ter você como professora e receber seus conselhos e abraços, você foi um presente que recebi durante o doutorado, que me acalmou e me colocou nos eixos, deixando essa trajetória menos assustadora. Agradeço por ter sido um porto seguro acolhedor, e me ter proporcionado confiança quanto a qualidade dos resultados desta pesquisa. Agradeço seu olhar e palavras de cuidado e por toda atenção dispensada as minhas necessidades durante todo o processo de doutoramento.

Agradeço a todos os professores do **Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais** da UFRR pelo acolhimento, empenho e dedicação ao curso e pelas qualidades das aulas ministradas. Por proporcionarem um ambiente acadêmico de fala e escuta e promoverem a inserção de todos nós na área interdisciplinar. Por acreditarem em nossas pesquisas, e em nosso potencial como cientistas nas Ciências Ambientais, entendo nossas especificidades e interesses diversos. Gratidão por toda contribuição para conclusão deste curso.

Agradeço ao professor Dr. **Marcos Vital** por toda dedicação e empenho, por acreditar em nossa turma, foi um privilégio tê-lo como docente por nos ensinar o sentido de ser interdisciplinar.

Agradeço a professora Dra. **Gardênia Holanda Cabral** por todo seu acolhimento, conselhos e orientação e empenho na coordenação do curso e nas aulas ministradas. Gratidão!

As meus colegas de **turma 2019 do doutorado**, em especial **Raphael Florindo Amorim** (*in memoriam*), **Fabrizio Barreto**, **Maria Soledade García Benedetti**, **Jordana Souza Paula Riss**; **Keyty Almeida de Oliveira**; **Joselma Pedrosa da Silva** pelo amizade e incentivo durante esta jornada.

Aos meus colegas de **turma 2019 do mestrado** do **Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais** da UFRR, que em algum momento estiveram comigo, nos eventos ou em sala de aula estudando as disciplinas do curso, gratidão por toda colaboração e amizade.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, amigos queridos na vida e na docência, os professores: **Me. Ariosmar Mendes Barbosa**, **Me. Simone Lopes de Almeida**, **Dra. Kristiane Alves Araújo**, **Dra. Juliana Pontes Soares**, **Dra. Hosana Carolina dos Santos Barreto**, **Me. Inara do Nascimento**, **Dra. Gabrielle Mattos** do **Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena** do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR por todo carinho, respeito e apoio durante o processo de doutoramento.

Agradeço aos **estudantes** do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR que aceitaram participar na pesquisa. E declaro toda minha gratidão aos acadêmicos do **Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena** por todo carinho, respeito, apoio e compreensão de meus momentos difíceis e valorização de cada aula, mesmo estando sobrecarregada, durante todo o processo de doutoramento.

Agradeço aos meus orientandos de **Trabalho de Conclusão de Curso** por todo carinho, respeito, apoio e troca de conhecimento. Gratidão por compartilharem comigo o amor ao campo da saúde indígena.

Agradeço ao meus colegas de trabalho, **professores** do **Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena** da UFRR em especial ao Professor Dr. **Marcos Antonio Braga**

de Freitas (*in memoriam*), Professora Dra. **Barbará Bethonico**, Professora Me. **Mariana Cunha**, Professora Me. **Danielle Trindade**, Professora Dra. **Simone Batista Mendes Rodrigues**; Professora Dra. **Ise de Goreth**, Professor Me. **Luiz Otávio**, Professor Me. **Herundino R. do Nascimento Filho**, Professor Dr. **Michael**; Professor Dr. **Luis Felipe Paes de Almeida**; Professor Dr. **Jonildo Viana**, Professor Dr. **Ricardo Carvalho dos Santos**, e todos colaboradores do Insikiran, obrigada por todo apoio e acolhimento.

Agradeço e dedico todo o meu respeito e admiração à todas as **Organizações Sociais e Lideranças Indígenas** que lutaram e pensaram e solicitaram a criação do Insikiran e resistem na defesa de seus direitos originários no campo da saúde, educação, território, entre outros para seu bem viver. **Vidas Indígenas Importam!**

À UFRR em especial ao **Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais**, pela disponibilidade do curso, pela qualidade da contribuição deste processo de construção e aprofundamento do conhecimento.

Após a pandemia do Covid-19, continuar estudando em um Curso de Doutorado não foi tarefa fácil, sofri, mas tive uma rede de apoio que me acolheu. Sou grata por toda ajuda que recebi. **Gratidão!**

Na trama do cotidiano, a complexidade se revela nas propriedades díspares e inseparáveis de nosso mundo - econômico, político, sociológico, psicológico, afetivo, entre outros. Existe uma textura interdependente, interativa e inter-retroativa entre as indagações do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. É nesse cenário que o indivíduo, com suas diversas identidades e papéis sociais, se torna um excelente exemplo de intensa complexidade (Morin, 2011a).

RESUMO

A tese teve como objetivo geral apreender as representações sociais da alimentação e soberania alimentar dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima no período de 2022 a 2023. A investigação especificamente centrou-se em detalhar os aspectos sociodemográficos dos estudantes, compreender suas práticas alimentares cotidianas e os novos hábitos adotados, explorar suas representações sociais relativas à saúde-doença, cuidado de saúde, segurança e soberania alimentar, além de descrever os sentidos e significados atribuídos à saúde, à alimentação e ao ambiente. A questão norteadora foi identificar as representações sociais desses estudantes sobre soberania alimentar, práticas alimentares e os novos hábitos (re)elaborados pela sua formação acadêmica. Utilizando uma metodologia quantiqualitativa e a dialética da complexidade, a pesquisa integrou análise de dados de questionários e interpretações aprofundadas de entrevistas semiestruturadas, com o foco principal nas representações sociais. A tese estruturou-se em quatro capítulos, cada um alinhado ao objetivo geral e abordando especificidades do objeto investigado. Os resultados da pesquisa destacaram que os estudantes indígenas do Instituto Insikiran, são de etnias diversas, predominantemente mulheres jovens, especialmente dos povos Macuxi e Wapichana, residem em comunidades indígenas e demonstram uma complexa interação entre tradições alimentares indígenas e influências externas, notadamente aquelas introduzidas pelo ambiente acadêmico. Observou-se uma manutenção de práticas tradicionais ao lado da adoção de novos elementos, refletindo a adaptação desses estudantes a contextos urbanos e acadêmicos. A pesquisa enfatizou a relevância da educação superior indígena para o fortalecimento de práticas alimentares sustentáveis e a promoção da autonomia alimentar, sempre respeitando a diversidade cultural e ambiental. Foi constatado que o Instituto Insikiran promove a fusão de saberes tradicionais e modernos, equilibrando cultura, saúde e sustentabilidade. Os estudantes mostraram compreensão profunda da interconexão entre saúde, alimentação e ambiente, destacando a importância desses aspectos para a preservação de práticas culturais e para o bem viver indígena. Conclui-se que as representações sociais da alimentação e soberania alimentar são influenciadas tanto por conhecimentos tradicionais quanto pela formação acadêmica, refletindo a capacidade dos estudantes de integrar diferentes sistemas de saber e enfatizando a importância de abordagens educacionais que valorizem a diversidade cultural e ambiental das comunidades indígenas.

Palavras-chave: Práticas Alimentares. Saúde. Conhecimento Tradicional. Educação Superior Indígena. Ambiente. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The thesis aimed to understand the social representations of food and food sovereignty among Indigenous students from the Insikiran Institute of Higher Indigenous Education at the Federal University of Roraima during the period of 2022 to 2023. The investigation specifically focused on detailing the sociodemographic aspects of the students, understanding their daily eating practices and the new habits adopted, exploring their social representations related to health-illness, healthcare, food security, and food sovereignty, as well as describing the meanings and significances attributed to health, food, and the environment. The guiding question was to identify these students' social representations concerning food sovereignty, eating practices, and the new habits (re)developed through their academic training. Utilizing a quantitative and qualitative methodology and the dialectics of complexity, the research integrated data analysis from questionnaires with in-depth interpretations of semi-structured interviews, with a primary focus on social representations. The thesis was structured into four chapters, each aligned with the general objective and addressing specific aspects of the investigated subject. The research findings highlighted that the Indigenous students of the Insikiran Institute belong to various ethnicities, predominantly young women, especially from the Macuxi and Wapichana peoples. They reside in Indigenous communities and demonstrate a complex interaction between Indigenous food traditions and external influences, notably those introduced by the academic environment. There was an observed maintenance of traditional practices alongside the adoption of new elements, reflecting these students' adaptation to urban and academic contexts. The research emphasized the significance of Indigenous higher education in strengthening sustainable eating practices and promoting food autonomy while always respecting cultural and environmental diversity. It was found that the Insikiran Institute promotes a fusion of traditional and modern knowledge, balancing culture, health, and sustainability. The students showed a profound understanding of the interconnection between health, food, and environment, highlighting the importance of these aspects for the preservation of cultural practices and for Indigenous well-being. It is concluded that the social representations of food and food sovereignty are influenced by both traditional knowledge and academic training, reflecting the students' ability to integrate different knowledge systems and emphasizing the importance of educational approaches that value the cultural and environmental diversity of Indigenous communities.

Keywords: Eating Practices. Health. Traditional Knowledge. Higher Indigenous Education. Environment. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos territórios (comunidades), terras indígenas e municípios dos discentes incluídos no estudo (n = 110).....	31
Figura 2 - Diagrama de Zipf com o comportamento das palavras no corpus textual sobre as práticas e novos hábitos alimentares de estudantes indígenas do Insikiran, Boa Vista-RR, Brasil, 2024.....	45
Figura 3 - Análise de Similitude (comunidades) com a ligação e as conexidades entre as palavras relacionadas práticas e novos hábitos alimentares de estudantes indígenas do Insikiran, Boa Vista-RR, Brasil, 2024.....	47
Figura 4 - Análise de Similitude (halo) com a ligação e as conexidades entre as palavras relacionadas práticas e novos hábitos alimentares de estudantes indígenas do Insikiran, Boa Vista-RR, Brasil, 2024.....	49
Figura 5 - Nuvem de palavras sobre as percepções de estudantes indígenas do Insikiran, quanto suas práticas e novos hábitos alimentares, Boa Vista-RR, Brasil, 2024.....	50
Figura 6 - Duas categorias temáticas e suas subcategorias.....	51
Figura 7 - Estatística Textual do Corpus das Representações Sociais sobre saúde-doença-cuidado; segurança, insegurança e soberania alimentar.....	67
Figura 8 - Dendrograma das seis classes lexicais obtidas a partir da CHD das Representações Sociais sobre saúde-doença-cuidado; segurança, insegurança e soberania alimentar.....	69
Figura 9 - Grupos e suas Classes Lexicais.....	71
Figura 10 - Dendrograma das seis classes lexicais obtidas a partir da CHD das Representações Sociais sobre Saúde, Alimentação e Ambiente.....	89
Figura 11 - Nomeação das 6 Classes Lexicais.....	90
Figura 12 - Mapa de Similitude acerca das Representações Sociais sobre Saúde, Alimentação e Ambiente.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização socioeconômica dos discentes incluídos no estudo (n = 110).....	27
Tabela 2 – Comunidades Indígenas dos discentes incluídos no estudo (n = 110).....	28
Tabela 3 – Terras Indígenas e municípios dos discentes incluídos no estudo (n = 110).....	29
Tabela 4 – Etnias e Etnorregiões dos discentes incluídos no estudo (n = 110).....	30
Tabela 5 – Distribuição dos Participantes por sexo, idade, etnia, curso e período de estudo....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E OU SIGLAS

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CLI - Curso de Licenciatura Intercultural

CGTI – Curso de Bacharelado em Gestão Territorial Indígena

CGSCI – Curso de Bacharelado Gestão em Saúde Coletiva Indígena

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Insikiran - Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ONU - Organização das Nações Unidas

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

RS - Representações Sociais

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

TIRSS - Terra Indígena Raposa Serra do Sol

UFRR - Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DIVERSIDADE E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE ESTUDANTES DO INSTITUTO INSIKIRAN DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA	25
2.1 INTRODUÇÃO.....	25
2.2 MÉTODOS.....	26
2.3 RESULTADOS.....	27
2.4 DISCUSSÃO.....	32
2.5 CONCLUSÃO.....	37
3 PRÁTICAS E NOVOS HÁBITOS, (RE)ELABORADOS POR ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSTITUTO INSIKIRAN	39
3.1 INTRODUÇÃO.....	39
3.2 MÉTODOS.....	41
3.3 RESULTADOS.....	44
3.4 DISCUSSÃO.....	59
3.5 CONCLUSÃO.....	61
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE-DOENÇA-CUIDADO, SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSIKIRAN	63
4.1 INTRODUÇÃO.....	63
4.2 MÉTODOS.....	64
4.3 RESULTADOS.....	67
4.4 DISCUSSÃO.....	80
4.5 CONCLUSÃO.....	82
5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E AMBIENTE DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO INSIKIRAN	84
5.1 INTRODUÇÃO.....	84
5.2 MÉTODOS.....	85
5.3 RESULTADOS.....	87
5.4 DISCUSSÃO.....	96

5.5 CONCLUSÃO.....	98
6 CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXO - PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP.....	120
APÊNDICE A – TCLE.....	126
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	129
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	131

1 INTRODUÇÃO

A presente tese teve como objetivo geral apreender as representações sociais da alimentação e soberania alimentar entre os estudantes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), durante o período de 2022 a 2023. Especificamente, centrou-se em detalhar os aspectos sociodemográficos dos estudantes, compreender suas práticas alimentares cotidianas e os novos hábitos adotados, explorar suas representações sociais relativas à saúde-doença, cuidado de saúde, segurança e soberania alimentar, além de descrever os sentidos e significados atribuídos à saúde, à alimentação e ao ambiente.

Destaca-se a importância de investigar as percepções dos estudantes indígenas do Insikiran a partir do pensamento complexo e da teoria das representações sociais para apreender as informações e ideias que o grupo elabora sobre saúde, doença, ambiente, alimentação, soberania e segurança alimentar, e como esse conhecimento influencia novas atitudes e práticas alimentares. Assim, questiona-se quais são as representações sociais de estudantes indígenas do Insikiran sobre soberania alimentar, suas práticas alimentares sociais, condutas e os novos hábitos (re)elaborados a partir de sua formação acadêmica no Insikiran?

Este tema emerge como fruto da minha jornada acadêmica e profissional, influenciada pelas minhas raízes como mulher negra da região Norte do Brasil, da cidade de Belém do Pará, e pelas experiências vividas ao longo dos anos em uma formação educacional em escolas públicas. Desde a minha formação em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará, estive imersa no contexto de saúde coletiva, o que me levou a explorar diversas especializações e a me aprofundar em diferentes aspectos do cuidado em saúde. No entanto, foi em Boa Vista, ao ingressar no Hospital Geral de Roraima, que comecei a me conectar com a saúde indígena. O mestrado em Ciências da Saúde me proporcionou um entendimento mais profundo sobre as especificidades culturais e epidemiológicas dos povos indígenas a quem eu já prestava assistência de enfermagem. Essas experiências me impulsionaram a buscar conhecimentos que respeitassem e valorizassem a diversidade cultural, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, aprovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002).

Essa trajetória me levou, em 29 de abril de 2014, a ocupar o cargo de professora no Insikiran da UFRR, onde atuo no Curso de Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena. Nesse contexto, desenvolvi uma conexão com os estudantes indígenas. Originalmente, meu projeto de tese seria focado na imigração venezuelana na terra indígena Araçá, na região do Amajari, em Roraima, um tema que não pude dar continuidade durante o período da pandemia.

No entanto, devido às novas circunstâncias de emergência sanitária de proporção mundial e à minha posição como professora de estudantes indígenas de diferentes etnias, precisei adaptar meu foco de pesquisa. Assim, meu tema mudou e se tornou “Representações Sociais da Alimentação e Soberania Alimentar de Estudantes Indígenas do Insikiran”.

A pesquisa está no campo interdisciplinar, inserida em um amplo debate que atravessa várias áreas do conhecimento, incluindo educação, saúde coletiva, ciências sociais aplicadas e ciências ambientais (CAVALCANTE *et al.*, 2023). Alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, especialmente ao segundo objetivo de “Acabar com a Fome”, conforme a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, que aconteceu em 23 de setembro de 2021. O evento foi realizado de forma virtual, com algumas atividades acontecendo em Nova York, onde está localizada a sede da Organização das Nações Unidas (ONU); e à Conferência das Partes da Mudança Climática 26 (COP26), que ocorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021, em Glasgow, Escócia, no Reino Unido (MALUF; BURLANDY, 2022). A tese explora as crescentes discussões sobre segurança alimentar global e sustentabilidade ambiental. Situa-se no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFRR, na linha de pesquisa sobre Manejo e Dinâmica de Recursos Naturais, com enfoque nas fronteiras e processos socioculturais.

De acordo com Moscovici (2003), as representações sociais (RS) constituem um tipo de conhecimento prático, emergindo de experiências, informações e saberes, moldados pela tradição, educação e comunicação social. Essas representações manifestam-se de duas maneiras: como conhecimento do senso comum, espontaneamente desenvolvido por grupos e fundamentado em tradição e consenso; e como conjuntos de imagens mentais e conceitos de origem científica, adaptados para utilidade na vida diária. Moscovici sugere que as RS funcionam como um sistema de valores, noções e práticas, que ajudam a organizar o ambiente social, facilitando a orientação e o controle dos indivíduos sobre este ambiente. Além disso, promovem a comunicação entre membros de uma comunidade, oferecendo um código comum para interação e categorização de elementos do mundo e da história, seja pessoal ou coletiva (MOSCOVICI, 1978).

Recentemente, a perspectiva sobre as RS expandiu-se: antes vistas apenas sob um ângulo sociológico, agora são consideradas em uma intersecção entre o individual e o social. Isso constitui um mecanismo tanto psicológico, expressando o espírito humano, quanto social, como produto da cultura (CHAMON; MIRAGAIA; MONTEIRO, 2020). Nesse contexto, a comunicação emerge como o principal meio pelo qual as RS são expressas, elaboradas e

reelaboradas dentro do grupo. As RS conferem estabilidade epistêmica ao conhecimento, permitindo a continuidade do objeto concebido.

Segundo Moscovici (1978), as RS desempenham um papel crucial em tornar o desconhecido conhecido por meio de dois processos principais: objetivação e ancoragem. A objetivação transforma conceitos abstratos em elementos concretos, facilitando o manejo cognitivo de informações, e cria distância ao reabsorver significados excessivos em formas observáveis e concretas. A ancoragem, por outro lado, integra novos conceitos à base de conhecimento pré-existente do grupo, simplificando e familiarizando o desconhecido. Ambos os processos são influenciados por condicionantes socioculturais, que moldam o acesso às informações e os valores do grupo, facilitando assim a assimilação e a compreensão de novos conhecimentos e conceitos. O processo social torna-se mais complexo com a presença de novos grupos e suas novas agendas e distintas ambições. Nesse sentido, o modelo vigente utilizado para explicar a vida em sociedade não é suficiente diante da vasta diversidade cultural, das novas formas de elaboração de políticas e das mudanças e configurações econômicas no mundo, além das claras formas de resistência às determinações racionais e lógicas dos modos de vida, como a cultura, ou as configurações de comunicação de massa, como, por exemplo, as artes (PESAVENTO, 2003).

As RS dialogam com o fazer interdisciplinar, pois reconhecem que o conhecimento é concebido a partir da conexão de subsídios intrínsecos (psicologia) e extrínsecos (sociologia, cultura, história) do indivíduo. As RS encontram-se com a epistemologia da complexidade, pois concebem um ‘todo interdisciplinar’ que compõe o real. A vida, complexa ou não, dificilmente pode ser fragmentada, e o conhecimento elaborado pela ciência clássica exhibe fracassos. Uma nova síntese se faz necessária para expandir a apreensão da realidade, ou seja, a ordem é admitir a dinamicidade da sociedade e pensar de forma complexa, tensionando os múltiplos agentes que constituem as partes de uma realidade que é estudada (MENDES, 2020).

Morin (2011a) é o precursor da percepção da complexidade da realidade e propõe que “O Método” nos conduza ao pensamento complexo. Ele sinaliza o caminho: “trata-se de exercer um pensamento capaz de lidar com o real, de com ele dialogar e negociar” (MORIN, 2011a, p. 6). A explicação dividida do arranjo social favorece as polêmicas e diminui a capacidade de compreensão multidimensional da realidade e da ordem ética da sociedade. Pesquisar as especificidades de um fenômeno, focando nas oposições e completudes, ainda que possam ser alteradas pela gradação de análise, é uma forma de não fragmentar o saber.

As RS não são um princípio fechado e podem ser aplicadas nos estudos dos fenômenos complexos (MENDES, 2020). As análises sobre as RS referem-se ao estudo do “complexo

representação/ação” (ARAUJO, 2008, p. 103), de como as pessoas se comportam diante de suas próprias representações. As RS suprem o “referencial interpretativo” para esclarecer as práticas sociais (MOSCOVICI, 2003, p. 25). As RS e as atitudes fazem parte de um mesmo processo de apreensão e inclusão no mundo social e interativo. Assim, essas pesquisas são importantes para conhecer um determinado grupo, compreender e explicar a razão de suas escolhas e seus modos de agir. Dessa forma, pode-se oferecer novas perspectivas para a representação social e estabelecer um novo sentido às ações dos indivíduos.

Nesta perspectiva, questiona-se qual é a essência das representações, fundamentos e concepções que explicamos. É plausível dominar o conhecimento? No sentido de reconhecê-lo? Buscamos pesquisar aquilo que não sabemos. Portanto, é fato que encaramos o estranho conjuntamente e desconhecemos o que significa conhecer. A concepção instiga interrogações fundamentais, conduz ao autoconhecimento e oportuniza a complexidade. Para Morin (2015), a percepção sobre conhecimento admite distinções e pluralidade: “O conhecimento é, portanto, um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural e social” (MORIN, 2015, p. 18).

Desta forma, o conhecimento não é independente da existência do homem e do contexto social em que ele vive suas experiências. O pensamento complexo, em sua epistemologia, não pretende priorizar os conhecimentos. Precisa, de forma antagônica, fixar-se totalmente ao processo intelectual que demanda reflexão, reconhecimento, posicionamento e problematização. Essas interrogações fundamentais conduzem ao autoconhecimento e oportunizam a complexidade (MORIN, 2015).

A alimentação é mais do que apenas consumir alimentos; é um fenômeno complexo, enriquecido por símbolos e significados que influenciam o comportamento diário e as interações sociais (SOUZA; CADETE, 2018). A alimentação saudável é essencial para o crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde, desempenhando um papel crucial na prevenção e tratamento de doenças. Uma alimentação equilibrada está diretamente ligada a uma maior expectativa de vida (ANDREOLI; FOLLADOR, 2016). Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014, uma alimentação saudável se baseia em três pilares fundamentais: variedade, moderação e equilíbrio. É importante consumir uma ampla gama de alimentos de diferentes grupos, em quantidades que atendam às necessidades diárias, seguindo as recomendações de porções para cada grupo alimentar. Manter esse equilíbrio evita tanto a deficiência quanto o excesso de nutrientes (BRASIL, 2014).

A alimentação adequada é reconhecida globalmente como um direito humano essencial, abrangendo o acesso equitativo a alimentos que respeitem as necessidades biológicas, culturais

e sociais de cada indivíduo e que sejam acessíveis física e financeiramente, de qualidade e produzidos de maneira sustentável (BRASIL, 2014). O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948 (ONU, 1948) e reforçado em vários compromissos internacionais subsequentes, incluindo a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial de 1996. Esses documentos destacam o compromisso dos países, incluindo o Brasil, de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional (SAN), reduzindo pela metade os índices de insegurança alimentar crônica até, no máximo, 2015 (FAO, 1996).

A erradicação da fome é dever coletivo de todos os países, e esse compromisso está descrito na Agenda 21, no capítulo 3 (ONU, 1992). Diante do exposto, vale ressaltar que, dentre os 17 objetivos descritos pela ONU para o alcance de um “Desenvolvimento Sustentável”, a “Erradicação da Pobreza” e a “Fome Zero e Agricultura Sustentável” estão conectados diretamente com o DHAA, sendo metas para a Agenda 2030 e configurando-se como desafios a serem enfrentados (JUBILUT *et al.*, 2020).

Em linha com esses princípios, a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que trata da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituída no Brasil em 2006, define em seu Artigo 3º a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como o acesso contínuo a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, saudáveis, sem prejuízo de outras necessidades essenciais, com respeito à diversidade cultural e com sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental, integrando a alimentação (BRASIL, 2006) como um direito na Constituição Federal em 2010 (BRASIL, 2016a; 2010). Esta legislação nacional fortalece o compromisso com práticas alimentares que promovam a saúde e a sustentabilidade e estabelece a soberania alimentar como um princípio fundamental para a formulação de políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição, reiterando o papel do Estado em garantir esses direitos.

Os povos indígenas buscam autonomia¹ e estabelecem comunicação com a sociedade nacional a partir de campos educacionais, alimentares, medicinais, ecológicos e do bem viver, fortalecendo sua identidade, dignidade e saberes ancestrais (LIBERATO, 2019). O conceito de soberania alimentar refere-se ao direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis para a produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam a alimentação

¹Na perspectiva de Paulo Freire a autonomia deve conduzir a práxis humana (teoria e ação), para uma atitude libertadora e transformadora. Evoluir para ser mais, valorizando seu modo de vida, cultura e classe social (FREIRE, 2000).

saudável, respeitando suas particularidades culturais e práticas de manejo de recursos naturais (RODRIGUES; SANTOS, 2018).

O Art. 5º da LOSAN afirma que: “A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (Brasil, 2006, p. 5). A soberania alimentar distingue-se da SAN ao enfatizar a autonomia e o controle local sobre os sistemas alimentares, incluindo o direito de acessar mercados locais e globais, decidir sobre métodos de produção e consumo e desenvolver novas práticas sustentáveis em harmonia com o ambiente cultural e natural. A soberania alimentar, portanto, promove uma abordagem que valoriza as práticas tradicionais e a autodeterminação na política alimentar, posicionando a alimentação como um direito fundamental dos povos, além de uma questão de mera subsistência ou comércio (PORTELA; CUSTÓDIO, 2019).

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), estabelecida pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, visa proteger os territórios indígenas do Brasil e promover a gestão autônoma de seus recursos naturais e conhecimentos tradicionais. Estruturada em sete eixos, incluindo proteção territorial, governança indígena e educação ambiental, a PNGATI enfatiza a importância de respeitar e integrar as práticas e cosmologias étnicas dos povos indígenas. Essa política é crucial em contextos de conflitos territoriais, apoiando a soberania alimentar dos povos indígenas, permitindo-lhes controlar e sustentar suas práticas alimentares e culturais de maneira sustentável e autônoma (BRASIL, 2012a).

Os conhecimentos indígenas são essenciais para a manutenção dos ecossistemas amazônicos e contribuem significativamente para a soberania alimentar e a preservação de modos de vida distintos. No entanto, essas práticas enfrentam desafios devido à falta de apoio estatal e à expansão do agronegócio, que prioriza grandes empreendimentos e a produção de *commodities* nas terras indígenas (RAMOS; HIROSHI; MARTINS, 2021).

As populações indígenas no Brasil enfrentam sérios desafios de saúde devido a diferentes condições ambientais e ao acesso inadequado a água potável em seus territórios. Além disso, sofrem com uma ampla gama de problemas de saúde, incluindo doenças infectoparasitárias, doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), transtornos psiquiátricos, abuso de álcool, violência e altas taxas de suicídio (SCOPEL *et al.*, 2017; ALVES *et al.*, 2019; MALTA *et al.*, 2017; BASTA *et al.*, 2012).

Malta *et al.* (2015) associam a prevalência das DCNT, como diabetes e hipertensão, ao aumento do consumo de alimentos industrializados e à maior interação com a sociedade não indígena. Essas condições, antes ausentes, estão agora emergindo devido às alterações nos

estilos de vida e às iniquidades sociais. Carioca *et al.* (2021) enfatizam a importância de mais estudos para compreender melhor essas tendências entre os povos indígenas, especialmente em Roraima.

Costa e Silva (2017) destacam que a SAN dos povos tradicionais está diretamente ligada à soberania alimentar e ao impacto da cultura ocidental em suas práticas. Malta; Moura e Bernal (2015) identificam que fatores sociais complexos, como direitos territoriais e uso de agrotóxicos, influenciam a prevalência de DCNT nas comunidades indígenas, ressaltando a importância de compreender essas questões para combater a insegurança alimentar.

Um ambiente saudável é primordial para a SAN das sociedades indígenas, pois permite o acesso aos alimentos, a manutenção de práticas tradicionais e o uso sustentável de recursos naturais. A saúde das comunidades indígenas é afetada por fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais, e estudar a SAN requer uma análise detalhada de sua diversidade sociocultural e territorial e das interações com a sociedade não indígena (BRITO, 2019).

Sobre o local de pesquisa, destaca-se que o Insikiran da UFRR foi fundado inicialmente como Núcleo Insikiran em 2001, atendendo à demanda dos povos indígenas de Roraima por um ensino superior gratuito, diferenciado, intercultural e de qualidade. O nome “Insikiran”, inspirado na cosmologia dos povos que habitam o Monte Roraima, é derivado de uma figura mitológica, um dos filhos guerreiros de Makunaimî/Makunaima. Este nome foi escolhido para complementar outros projetos relacionados à cultura indígena da região, como “Anikê” e o Centro Makunaima (FREITAS, 2017). Transformado em Instituto em 2009 pela Resolução nº 009/2009-CUni, o Insikiran busca fortalecer a formação profissional dos indígenas, trabalhando em conjunto com lideranças indígenas e a sociedade. Atualmente, oferece cursos como Licenciatura Intercultural, Bacharelado em Gestão Territorial Indígena e Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, visando uma educação especificamente adaptada às necessidades e à cultura indígena (FREITAS; ALVES; BARBOSA, 2020; ALVES *et al.*, 2020; FREITAS, 2017). O Insikiran da UFRR sobressai por transcender seu papel acadêmico, engajando-se ativamente nas questões sociais e políticas do movimento indígena. Originado da luta histórica dos povos indígenas por educação, o Insikiran é considerado um marco para o futuro na criação de uma universidade indígena com cursos específicos para esses povos (FREITAS, 2017). Esta instituição é uma conquista importante para as comunidades indígenas da Amazônia e ressalta o protagonismo dos professores indígenas de Roraima, que têm reivindicado melhorias significativas no acesso e na qualidade da educação superior (ALVES, 2020).

A tese justifica-se por quatro aspectos principais: pessoal, social, científico e ambiental. Pessoalmente, o interesse pela pesquisa surgiu com minha atuação como docente no Curso de Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran a partir de 2014, motivado pela necessidade de responder às demandas de saúde dos povos indígenas e de aprimorar a prática docente em contextos de desafios ambientais, como invasões de territórios e desmatamento, que comprometem a SAN desses povos. Socialmente, o estudo visa ser uma referência em soberania e segurança alimentar indígena, contribuindo para a educação em saúde e promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Cientificamente, busca estabelecer parâmetros para estudos sobre as práticas alimentares indígenas e fomentar debates interdisciplinares que conectem ciências ambientais e direitos indígenas. Ambientalmente, a pesquisa destaca a necessidade de integrar questões ambientais nas políticas de territórios e saúde para enfrentar vulnerabilidades sociais e promover a equidade.

Tratou-se de um estudo de caso com abordagem quantiquantitativa, exploratória-descritiva. O estudo de caso é notório por sua análise profunda de um fenômeno específico, embora seus resultados possam não ser amplamente generalizáveis (MEDEIROS, 2023). Nas pesquisas quantitativas, os resultados são expressos numericamente, enquanto nas qualitativas são apresentados por meio de descrições verbais (GIL, 2018). Os estudos exploratórios-descritivos buscam colaborar para uma descrição detalhada de um fenômeno, utilizando análises empíricas e teóricas em estudos de caso (MARCONI; LAKATOS, 2023).

Portanto, adotou-se uma metodologia de análise de dados mistos, começando pela abordagem quantitativa, com uma análise exploratória, utilizando como instrumento um questionário via *Google Forms* para coletar dados como variáveis qualitativas, como sexo, etnia e idade, entre outras. Em seguida, utilizou-se a abordagem qualitativa e interdisciplinar para a interpretação das entrevistas, integrando a Teoria das Representações Sociais de Moscovici e o Pensamento Complexo de Morin, com apoio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Este método permitiu apreender de forma detalhada e multifacetada as narrativas, explorando as representações sociais dos estudantes relacionadas à saúde, ao ambiente, à alimentação e à soberania alimentar, além de entender os efeitos de sua formação acadêmica em suas percepções.

Para aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados, adotamos a dialética da complexidade de Morin como método científico. Essa metodologia facilitou um diálogo contínuo com os resultados encontrados, abraçando as incertezas da realidade e capturando as nuances das representações sociais. O uso do Pensamento Complexo foi crucial para reconhecer e analisar a complexa rede de fatores que influenciam essas representações, proporcionando uma visão rica e detalhada dos discursos dos participantes.

A escolha pelo paradigma da complexidade advém de sua capacidade de abarcar uma ampla variedade semântica e conectar múltiplas unidades inter-relacionadas, conforme descrito por Minayo (2014). A complexidade envolve estruturas constantes coexistindo com incerteza e imprevisibilidade, desafiando o paradigma simplificador tradicional. Morin (2018) salienta que o paradigma da complexidade não busca simplificar, mas estimula o pesquisador a reconhecer e manejar a complexidade do fenômeno estudado, promovendo uma visão que integra unidade e multiplicidade, sem reduzir a realidade a categorias isoladas ou generalizações. Morin (2011a) argumenta que a complexidade se manifesta quando elementos distintos e inseparáveis interagem de forma interdependente, caracterizando um tecido de relações entre o objeto de estudo e seu contexto, e entre as partes e o todo. Esta visão é corroborada por Costa, Souza e Lucena (2015), que observaram que, na pesquisa qualitativa sob a ótica da complexidade, o método não é visto como um conjunto fixo de regras, mas como um processo dinâmico e em constante evolução, adaptando-se ao desenvolvimento do estudo. Portanto, a tese adotou uma abordagem que valoriza as dimensões múltiplas e interconectadas da realidade investigada.

A tese empregou a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016) para examinar as narrativas coletadas nas entrevistas, focando na codificação flutuante e na formação de categorias temáticas. Esta técnica sistemática facilita a extração dos significados essenciais dos dados, permitindo inferências sobre suas condições de produção e recepção. Seguindo as etapas recomendadas por Bardin (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados), a análise priorizou a compreensão aprofundada do fenômeno, integrando leituras detalhadas e comparações semânticas e sociológicas dos dados à luz das teorias inicialmente propostas.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, a autorização foi concedida pela Plataforma Brasil, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima (CEP/UFRR) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, seguindo as resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012b), e nº 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2016b). O estudo obteve um parecer favorável sob o número 5.460.390 e CAAE: 55309321.6.0000.5302 (Anexo).

A tese defendida nesta pesquisa é que as representações sociais sobre alimentação e soberania alimentar dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran da UFRR são influenciadas tanto por seus conhecimentos tradicionais quanto pela formação acadêmica que recebem. Essas representações sociais estão intrinsecamente ligadas às questões de saúde, ambiente e identidade cultural, refletindo as complexas interações entre os saberes tradicionais indígenas e os conhecimentos científicos adquiridos na universidade. A partir dessa perspectiva, a tese

buscou evidenciar como a educação superior indígena pode contribuir para o fortalecimento da soberania alimentar e para a promoção de práticas alimentares sustentáveis que respeitem a diversidade cultural e ambiental das comunidades indígenas.

A estrutura da tese seguiu um formato híbrido, combinando o modelo tradicional de seções com a publicação de cada seção como um artigo científico. Cada seção foi publicada ou submetida para publicação como artigo, permitindo uma maior disseminação dos resultados da pesquisa e facilitando o acesso e a compreensão dos achados por um público mais amplo e diversificado. Dessa forma, cada seção foi elaborada como um artigo independente, atendendo rigorosamente aos critérios acadêmicos e metodológicos, mas mantendo uma integração coesa com o conjunto da tese. Essa abordagem não apenas enriquece o trabalho com diferentes perspectivas e profundidades de análise, mas também contribui para o avanço do conhecimento nas ciências ambientais e na área da saúde indígena por meio de publicações científicas.

A tese está organizada em quatro seções que exploram diferentes aspectos das experiências dos estudantes indígenas do Insikiran. A primeira seção, intitulada “Diversidade e Aspectos Sociodemográficos de Estudantes do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena”, foi traduzida para o inglês e publicada no “IOSR Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS)”. Esta seção apresenta uma análise quantitativa dos aspectos sociodemográficos, destacando a predominância de mulheres jovens, solteiras e de baixa renda, além de enfatizar a diversidade étnica dos estudantes e a importância de políticas educacionais inclusivas. A segunda seção, “Práticas e Novos Hábitos Alimentares (Re)elaborados por Estudantes do Instituto Insikiran”, foi publicada na revista “Contribuciones a Las Ciencias Sociales”. Esta seção investigou as práticas alimentares dos estudantes, revelando a manutenção de tradições alimentares e a adaptação aos contextos urbanos, evidenciada pelo aumento no consumo de alimentos industrializados.

A terceira seção, “Representações Sociais da Saúde-Doença-Cuidado, Segurança e Soberania Alimentar dos Estudantes Indígenas do Insikiran”, foi traduzida para o inglês e publicada na revista “*Contribuciones a Las Ciencias Sociales*”. Esta seção explorou as representações sociais da saúde e da soberania alimentar, destacando a importância das práticas tradicionais de saúde e a relevância da autonomia alimentar. A quarta seção, “Representações Sociais da Saúde, Alimentação e Ambiente dos Estudantes do Instituto Insikiran”, foi submetida à revista “*Ambiente & Sociedade*”. Ela descreve os significados atribuídos à saúde, alimentação e ambiente, enfatizando a necessidade de políticas públicas e estratégias de saúde que respeitem a diversidade cultural e promovam a sustentabilidade. Por fim, são apresentadas as conclusões da tese, baseadas nas discussões realizadas sobre o tema.

2 DIVERSIDADE E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE ESTUDANTES DO INSTITUTO INSIKIRAN DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA²

2.1 INTRODUÇÃO

Roraima destaca-se nacionalmente por sua significativa população indígena. De acordo com o Censo de 2022, os povos indígenas constituem 15,29% da população do estado, representando cerca de 97.320 pessoas (IBGE, 2023). O estado é lar de várias etnias indígenas, como os Macuxi, Taurepang, Sapará, Ingarikó, Patamona e Wai-Wai, da família linguística Karib, e os Wapichana, da família Aruak, além dos povos Yanomami, Ye'kuana e Sanumá (IBGE, 2023; ALVES *et al.*, 2019; IBGE, 2010).

Nas regiões de fronteira, muitos povos indígenas falam as línguas inglesa e espanhola (BRASIL, 2020a). Os povos Yanomami e Ye'kuana – que habitam os estados de Amazonas e Roraima, totalizando 26.785 habitantes em 5.340 famílias e 2.363 residências – são identificados por cinco troncos linguísticos: Yanomam, Ninam, Xamathari, Sanumã e Ye'kuana. Com diferentes características, esses troncos linguísticos variam de acordo com o contato com outras culturas (BRASIL, 2023; BRASIL, 2020b). Essa diversidade é refletida no multilinguismo, incluindo a adoção do português, inglês e espanhol em áreas fronteiriças (ALVES *et al.*, 2019; BRASIL, 2020a).

Roraima enfrenta desafios ambientais e sociais, agravados por práticas como desmatamento e mineração ilegal, impactando negativamente as comunidades indígenas locais (ZANIN *et al.*, 2022; BARNI *et al.*, 2020; ASSOCIAÇÃO HUTUKARA, 2021). A educação emerge como um elemento-chave no desenvolvimento socioeconômico dos povos indígenas de Roraima, mas destaca-se por suas lacunas, especialmente em comparação com a média nacional (BORGES, SILVA; KOIFMAN, 2020).

Em resposta às demandas educacionais dos povos indígenas, a UFRR criou o Núcleo Insikiran, que posteriormente evoluiu para o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, oferecendo cursos como Licenciatura Intercultural (CLI), Gestão Territorial Indígena (CGTI) e Gestão em Saúde Coletiva Indígena (CGSCI) (FREITAS; ALVES; BARBOSA, 2020; FREITAS, 2017).

² Essa seção foi publicada como artigo: ALVES, Ana Paula Barbosa; Rodrigues, Francilene dos Santos; Pereira, Meire Joisy Almeida. *Diversity And Sociodemographic Aspects Of Students From The Insikiran Institute Of Higher Indigenous Education*. **IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)**. Disponível em: [https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/pages/29\(2\)Series-4.html](https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/pages/29(2)Series-4.html)

Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender os aspectos sociodemográficos dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran, um componente vital para enfrentar os desafios que eles encontram. Diante do exposto, buscou-se investigar como as características sociodemográficas dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran influenciam suas experiências educacionais e quais políticas públicas podem ser formuladas para promover uma inclusão efetiva desses estudantes no ensino superior.

O objetivo deste estudo foi detalhar os aspectos sociodemográficos dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran, contribuindo para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e equitativas no ensino superior.

2.2 MÉTODOS

Essa pesquisa descritiva adotou uma abordagem quantitativa e foi conduzida no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFRR e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, sob o parecer nº 5.460.390 e CAAE nº 55309321.6.0000.5302. Todos os procedimentos foram conduzidos conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

A população-alvo incluiu 613 discentes matriculados no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, segundo dados do Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFRR referentes ao ano de 2022. O tamanho da amostra foi calculado com 95% de confiança e 10% de margem de erro, resultando em 84 discentes após o ajuste para população finita (LOHR, 2021). No entanto, a amostra deste estudo consistiu em 110 discentes.

Os critérios de inclusão abrangiam discentes indígenas maiores de 18 anos, de ambos os sexos, fluentes em português, com mais de um ano de estudo no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e que consentiram em participar da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram excluídos aqueles que não atendiam a esses critérios.

A coleta de informações ocorreu de 18 de julho de 2022 a 18 de junho de 2023, utilizando um questionário *on-line* via plataforma *Google Forms*, que foi distribuído aos participantes por *e-mail* e pelo aplicativo *WhatsApp*. Os dados foram, então, organizados em planilhas no Excel e as análises estatísticas foram realizadas no *software* IBM® SPSS® (versão 24). As variáveis quantitativas foram expressas em medidas de tendência central (média, mediana e moda) e dispersão (desvio padrão e quartis 25-75%), enquanto as frequências absoluta e relativa foram utilizadas para apresentar as variáveis categóricas (VIEIRA, 2022).

Os resultados foram estratificados pelas seguintes variáveis: sexo, estado civil, faixa etária, número de filhos, situação de emprego, renda familiar, contexto habitacional, curso e período letivo no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, recebimento de auxílio estudantil, comunidade e terra indígenas, município, etnia e etnorregião. A localização das comunidades indígenas foi mapeada usando o *software* QGis (versão 3.10), com shapefiles do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima.

2.3 RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas dos 110 discentes que participaram da primeira fase do estudo.

Tabela 1- Caracterização socioeconômica dos discentes incluídos no estudo (n = 110)

	Média (DP)	Mediana (Q25-75%)	Moda	n (%)
Filhos	2,2 (2)	2 (1-3)	0;1	
Sexo				
Feminino				69 (62,7)
Masculino				41 (37,3)
Faixa etária				
20-30 anos				63 (57,3)
31-40 anos				31 (28,2)
41-55 anos				16 (14,5)
Estado civil				
Casado(a)				16 (14,5)
União estável				11 (10)
Solteiro(a)				83 (75,5)
Trabalho				
Sim				46 (41,8)
Não				64 (58,2)
Renda				
500-900 reais				25 (22,7)
901-1000 reais				15 (13,7)
1001-1100 reais				22 (20)
1101-2100 reais				22 (20)
2101-3100 reais				18 (16,4)
3101-4100 reais				2 (1,8)
4101-5100 reais				4 (3,6)
5101-6100 reais				1 (0,9)
9001-10100 reais				1 (0,9)
Contexto urbano				
Sim				19 (17,3)
Não				91 (82,7)

DP: desvio padrão; Q25-75%: quartis 25 e 75%; n (%): frequências absoluta e relativa.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2023.

O CGSCI foi o curso mais representado no estudo (47,3%), seguido pelo CLI (33,6%)

e pelo CGTI (19,1%). A distribuição dos discentes pelos períodos é relativamente uniforme, com a maioria cursando o 8º período (28,2%) e uma parcela significativa matriculada acima do 8º período (23,5%), indicando uma amostra composta por discentes em várias fases de seus cursos. Com relação aos auxílios estudantis recebidos, a maioria dos discentes era beneficiária da Bolsa Permanência (63,6%); por outro lado, os auxílios para alimentação e Residência Pedagógica eram recebidos, respectivamente, por 17,3% e 6,6% deles. Apenas 22 discentes não recebiam algum tipo de auxílio estudantil.

A pesquisa exhibe uma distribuição diversificada de discentes indígenas oriundos de 48 comunidades. Dentre elas, destaca-se a comunidade Raposa como a mais representada (7,5%), seguida por Pium Manauá (6,6%). Por outro lado, 22 comunidades eram representadas por apenas um discente. Na Tabela 2, são exibidas informações sobre as comunidades indígenas dos discentes.

Tabela 2 - Comunidades Indígenas dos discentes incluídos no estudo (n = 110)

Comunidade	n (%)	Comunidade	n (%)
Água Fria	3 (2,7)	Mauixi	1 (0,9)
Anaro	1 (0,9)	Milho	2 (1,8)
Anauá	4 (3,6)	Monte Moria II	1 (0,9)
Aningal	3 (2,7)	Morcego	3 (2,7)
Anta	1 (0,9)	Mutamba	1 (0,9)
Araçá	5 (4,7)	Napoleão	3 (2,7)
Barro	1 (0,9)	Ouro	2 (1,8)
Boca da Mata	2 (1,8)	Pato	1 (0,9)
Boqueirão	3 (2,7)	Pium Manauá	7 (6,6)
Canauanim	1 (0,9)	Placa II	1 (0,9)
Canta Galo	2 (1,8)	Raposa	8 (7,5)
Caraparu IV	1 (0,9)	Raposa II	1 (0,9)
Centro Morro	1 (0,9)	Sabiá	1 (0,9)
Contão	3 (2,7)	Santa Cruz	1 (0,9)
Coqueirinho	1 (0,9)	Santa Rosa	1 (0,9)
Enseada	1 (0,9)	São Jorge	3 (2,7)
Guariba	4 (3,6)	Serra da Moça	2 (1,8)
Ingarumã	1 (0,9)	Serra do Truaru	5 (4,7)
Jabuti	3 (2,7)	Súcuba	1 (0,9)
Jacamim	2 (1,8)	Uiramutã	3 (2,7)
Jatapuzinho	3 (2,7)	Vista Nova	3 (2,7)
Malacacheta	4 (3,6)	Wapum	1 (0,9)
Mangueira	3 (2,7)	Waromadá	1 (0,9)
Maruwai	1 (0,9)	Xumina	3 (2,7)

n (%): frequências absoluta e relativa.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2023.

Das 48 comunidades indígenas nomeadas pelos participantes, destaca-se a maior representatividade da comunidade Raposa (7,5%), seguida por Pium Manauá (6,6%) e pelas comunidades Araçá (4,7%) e Serra do Truaru (4,7%). Outras comunidades, como Anauá, Guariba e Malacacheta, eram representadas por 4 discentes cada, enquanto 13 comunidades eram representadas por 3 discentes. Por outro lado, 6 comunidades eram representadas por 2 discentes e 22 delas por apenas 1 discente.

A Tabela 3 apresenta uma distribuição dos participantes com base em suas terras indígenas e nos municípios em que estão localizadas. Dentre os discentes, 38,4% eram da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) e 18,2% eram do município de Normandia, sendo os mais representados.

Tabela 3 - Terras Indígenas e municípios dos discentes incluídos no estudo (n = 110)

	n (%)
Terras indígenas	
Araçá	12 (10,9)
Jacamim	3 (2,7)
Malacacheta	4 (3,6)
Pium	7 (6,4)
Raposa Serra do Sol	42 (38,4)
São Marcos	13 (11,8)
Serra da Moça	10 (9,1)
Anaro	1 (0,9)
Aningal	1 (0,9)
Boqueirão	3 (2,7)
Canauanim	1 (0,9)
Jabuti	3 (2,7)
Ouro	2 (1,8)
Tabaio	1 (0,9)
Trombetas-Mapuera	3 (2,7)
Wai-Wai	4 (3,6)
Municípios	
Alto Alegre	4 (3,6)
Amajari	16 (14,6)
Boa Vista	16 (14,6)
Bonfim	13 (11,8)
Cantá	5 (4,5)
Caroebe	3 (2,7)
Normandia	20 (18,2)
Pacaraima	16 (14,6)
São João da Baliza	4 (3,6)
Uiramutã	13 (11,8)

n (%): frequências absoluta e relativa.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2023.

A Tabela 4 oferece dados sobre a distribuição das etnias e etnorregiões geográficas dos discentes. Observa-se que a etnia Macuxi era a mais prevalente (66,4%), seguida pela Wapichana, que compreendia 24,5% dos discentes. As etnias minoritárias incluíam Wai-Wai (6,4%), Sapará (0,9%) e Taurepang (1,8%). Além disso, em relação às etnorregiões, a Raposa (18,2%), Serra da Lua (16,3%) e Amajari (14,5%) eram as mais representadas pelos discentes.

Tabela 4 - Etnias e Etnorregiões dos discentes incluídos no estudo (n = 110)

	n (%)
Etnias	
Macuxi	73 (66,4)
Sapará	1 (0,9)
Taurepang	2 (1,8)
Wai-Wai	7 (6,4)
Wapichana	27 (24,5)
Etnorregiões	
Região Alto Contigo	2 (1,8)
Região Alto São Marcos	7 (6,4)
Região Amajari	16 (14,5)
Região Baixo São Marcos	6 (5,5)
Região Murupu	10 (9,1)
Região Raposa	20 (18,2)
Região Serra da Lua	18 (16,3)
Região Serras	11 (10)
Região Surumu	9 (8,2)
Região Tabaio	4 (3,6)
Região Wai-Wai	7 (6,4)

n (%): frequências absoluta e relativa.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2023.

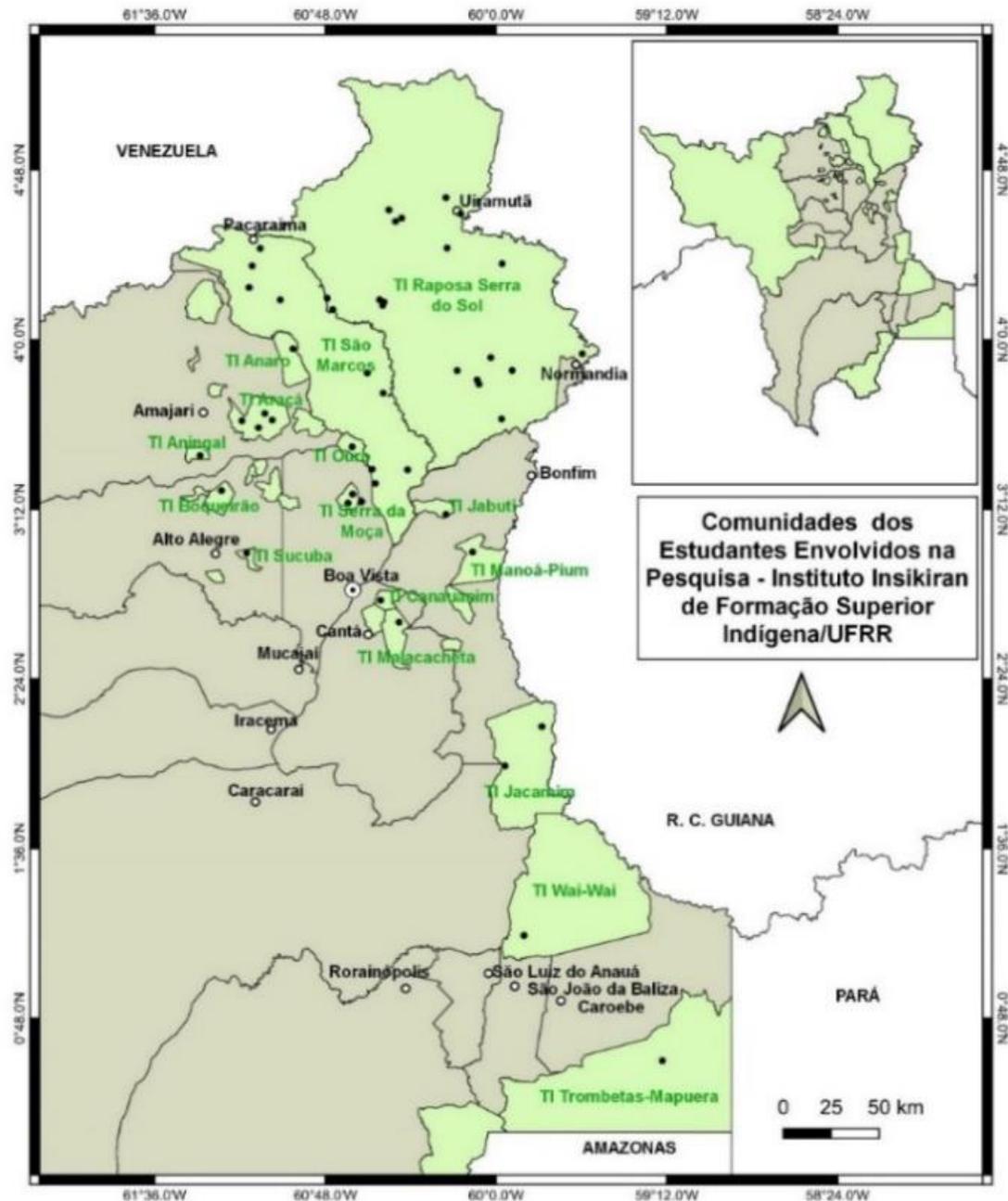
A Figura 1 mostra o mapa das comunidades, das terras indígenas e dos municípios dos discentes incluídos no estudo, revelando uma amostra diversificada com origens em várias etnorregiões geográficas. Este mapa é fundamental para compreender a distribuição espacial dos participantes e a diversidade cultural envolvida na pesquisa.

O mapa ilustra claramente a dispersão dos discentes por diferentes terras indígenas e municípios, destacando uma ampla cobertura geográfica. A forte presença da etnia Macuxi, como identificado na Tabela 4, está refletida nas áreas geográficas que correspondem às terras indígenas Raposa Serra do Sol, São Marcos e Serra da Lua, onde a etnia Macuxi é predominante. Essa distribuição geográfica enfatiza a importância dessas regiões na composição da amostra.

Além da predominância da etnia Macuxi, a presença de outras etnias como Wapichana, Wai-Wai, Sapará e Taurepang indica uma diversidade significativa. Essa diversidade é crucial

para a representatividade da pesquisa, permitindo uma análise abrangente dos fatores sociais que influenciam o processo educacional, que podem variar entre diferentes etnias e regiões.

Figura 1 – Mapa dos territórios (comunidades), terras indígenas e municípios dos discentes incluídos no estudo (n = 110)



Fonte: Programa QGis versão 3.10, juntamente ao *Shapefiles* do IBGE (base cartográfica contínua e BR_UFs) e do DSEI-Leste (comunidades para o ano de 2021).

Os municípios de Normandia, Pacaraima, Boa Vista e Uiramutã estão destacados no mapa, corroborando os dados das tabelas anteriores sobre a distribuição dos discentes. A concentração de discentes nesses municípios pode ser indicativa de melhores infraestruturas de

saúde e educação, facilitando a participação nas pesquisas. A diversidade geográfica e étnica revelada pelo mapa destaca a necessidade de políticas educacionais adaptáveis e culturalmente sensíveis, que favoreçam a permanência dos estudantes no ensino superior. Isso implica considerar as especificidades regionais e étnicas para que essas políticas sejam eficazes.

A Figura 1 complementa os dados das tabelas apresentadas, oferecendo uma visualização clara da distribuição dos discentes por terras indígenas e municípios. Essa distribuição espacial é essencial para entender as variáveis geográficas que podem influenciar os resultados do sucesso educacional dos estudantes e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção que atendam de forma equitativa todos os povos indígenas presentes no Insikiran envolvidos no estudo.

4 DISCUSSÃO

O perfil sociodemográfico dos discentes indígenas que participaram do estudo é diversificado, com maior prevalência do sexo feminino, o que pode indicar maior acesso das mulheres de diferentes aspectos econômicos e diversidade étnica ao ensino superior (SANTOS *et al.*, 2024; FAUSTINO; NOVAK; RODRIGUES, 2020). Além disso, a maioria dos discentes ainda estava no estágio inicial da vida adulta, apesar de haver discentes nas faixas etárias subsequentes, estabelecendo que a universidade acolhe também pessoas mais maduras. Com relação ao estado civil, o fato de a maioria afirmar ser solteira pode também estar relacionado à faixa etária mais jovem. No entanto, a presença de discentes com filhos demonstra a necessidade de políticas e ações de apoio àqueles com responsabilidades familiares.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, uma parcela significativa da amostra estava empregada, indicando uma jornada dupla de trabalho e estudo, o que poderia impactar a rotina acadêmica. Além disso, a renda familiar inferior ao piso salarial mínimo e o fato de muitos viverem em contexto comunitário também sublinham a importância de políticas de apoio financeiro e estrutural.

De acordo com alguns estudos (MELO *et al.*, 2020; SANTOS; REPETTO, 2020; KARAJÁ, 2019), os principais desafios para os discentes indígenas permanecerem no ensino superior são sociais e econômicos, já que a maioria é de baixa renda e vive em contextos comunitários. Para melhorar a renda familiar, os discentes necessitam trabalhar, dificultando o foco nos estudos. Ademais, os territórios indígenas estão localizados em áreas rurais ou isoladas e de difícil acesso, o que dificulta o deslocamento para as universidades.

A presença de discentes nos cursos de CGSCI, CLI e CGTI reflete uma procura por formações que dialoguem com as realidades e as necessidades das comunidades indígenas. A

distribuição uniforme dos participantes pelos períodos sugere uma continuidade nos estudos, embora seja necessário aprofundar a investigação sobre os índices de retenção e evasão. Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) observaram um aumento significativo na procura por vagas em vestibulares pelos povos indígenas, inclusive por mulheres, ao longo de cinco anos de processo seletivo. A maioria dos candidatos indígenas optou por cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Educação, Direito e Ciências da Terra.

Em relação aos desafios culturais e educacionais, estão como pano de fundo o racismo, a discriminação e o preconceito pela sociedade não indígena, o que pode dificultar a adaptação do discente indígena ao ambiente acadêmico. A inadequação dos currículos das universidades, cuja maioria não leva em consideração os saberes e as culturas indígenas, pode desmotivar os discentes indígenas durante a jornada acadêmica (MELO *et al.*, 2020; SANTOS; REPETTO, 2020; KARAJÁ, 2019).

Devido às dificuldades enfrentadas pelos discentes indígenas, a universidade instituiu programas de apoio à permanência no ambiente acadêmico, mas esses programas têm limitações e não atendem completamente às necessidades específicas dessa população (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018). Na presente pesquisa, a maioria se beneficia da Bolsa Permanência, indicando a relevância desse auxílio na manutenção dos discentes indígenas na universidade.

Com foco em uma universidade federal no interior do Ceará, Lima e Kanikadan (2020) estudaram as estratégias de permanência de indígenas no ensino superior, destacando que os discentes indígenas em situação de vulnerabilidade socioeconômica poderiam solicitar financiamento da universidade por meio do Programa de Assistência ao Estudante. Porém, o excesso de burocracia dificultava o acesso dos discentes indígenas a tal política, mesmo sendo elegíveis para o Programa Bolsa Permanência. A grande maioria esperava mais de seis meses para receber uma bolsa ou financiamento após chegar à instituição.

O Programa Bolsa Permanência é importante para a formação dos discentes indígenas, pois é um auxílio financeiro que ajuda a cobrir as despesas básicas, como alimentação, moradia e transporte (LIMA *et al.*, 2023; ALVES *et al.*, 2021; LIMA; KANIKADAN, 2020). Isso é essencial para que os discentes indígenas possam se concentrar nos estudos e evitar o abandono do curso. Além desse auxílio, faz-se necessário incluir apoio psicológico para lidar com os desafios do ensino superior, como a discriminação e o preconceito. Da mesma forma, é essencial fomentar o respeito à cultura indígena no ambiente acadêmico, possibilitando a manutenção das identidades culturais e acadêmicas dos discentes indígenas e contribuindo para uma formação decolonial.

Herbetta e Nazareno (2020) destacaram que os povos indígenas precisavam de políticas educacionais que permitissem a inclusão e a permanência de seus membros. Por outro lado, a falta dessas ações resultaria em um desconhecimento da pluriversidade e de outras ontologias. Dessa forma, uma atitude política, crítica, intercultural e decolonial torna-se imprescindível na busca do pluriversal.

Segundo Freitas (2017) e Alves (2020), os cursos de CLI, CGTI e CGSCI ofertados pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena revelaram-se como um marco no processo de reconhecimento e valorização dos saberes indígenas dentro do ambiente universitário. Dessa forma, faz-se necessária uma abordagem que considere as particularidades culturais e sociais dos discentes, promovendo um diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Existem vários desafios e potencialidades para a implementação de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade cultural indígena. Nesse sentido, o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena surge como uma resposta institucional para atender às demandas específicas dos povos indígenas de Roraima, proporcionando um espaço de interlocução entre saberes tradicionais e o conhecimento acadêmico (FREITAS; ALVES; BARBOSA, 2020; FREITAS, 2017).

A diversidade de comunidades e terras indígenas representadas na amostra da pesquisa sublinha a heterogeneidade cultural e territorial dos discentes indígenas na UFRR. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) destacou-se como a mais representada, o que pode estar relacionado tanto à sua extensão territorial quanto à sua proeminência política e social, uma vez que apresenta uma extensão territorial de 1.747 mil hectares distribuídos entre os municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã. Nesse território habitam os povos Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang e Patamona (TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL, 2024). Além disso, Silva (2018) analisou as repercussões políticas e sociais da homologação da TIRSS pelo Supremo Tribunal Federal, evidenciando sua influência em decisões sobre outras terras indígenas no Brasil.

Os municípios de Normandia, Amajari, Boa Vista e Pacaraima concentravam a maior parte dos discentes do estudo, refletindo o acesso à universidade dos povos locais. Nesse contexto, cabe citar o Campus Amajari do Instituto Federal de Roraima, onde há um esforço para incluir aspectos culturais das comunidades indígenas locais em seus currículos. Dessa forma, sublinha-se a importância de valorizar a diversidade cultural e oferecer um ensino que respeite e integre sua identidade cultural (OLIVEIRA, 2019).

A heterogeneidade cultural dos povos indígenas beneficia toda a sociedade, uma vez

que oferece diferentes pontos de vista, opiniões e informações. Conforme estabelecido por diversas legislações e convenções nacionais e internacionais (BRASIL, 2016; LDB, 2023; OIT, 2011; BRASIL, 2002), o conhecimento e o reconhecimento da diversidade cultural indígena nas escolas, do ensino básico ao ensino superior, é uma questão de direitos humanos. Sendo assim, um passo importante é promover a diversidade cultural indígena no sistema educacional para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e plural (SIMÃO, 2022; NASCIMENTO *et al.*, 2021; SILVA; RIBEIRO; NAZARENO, 2020).

Celarie e Repetto (2020) abordaram as políticas indigenistas e os movimentos indígenas no Brasil, destacando a complexidade das relações entre o Estado e os povos indígenas. Os autores apontaram a importância de políticas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural indígena, incentivando a autodeterminação e a participação desses povos na construção de políticas públicas que possam interferir no bem viver em seu território. Devido à educação indígena estar inserida em um contexto mais amplo, é importante levar em consideração os fatores sociodemográficos ao criar e implementar políticas educacionais adequadas ao contexto indígena.

Outros achados sociodemográficos na primeira fase desta pesquisa foram a maior representatividade das etnorregiões Raposa, Serra da Lua e Amajari, bem como das etnias Macuxi e Wapichana. Tais dados podem sugerir que as especificidades culturais e linguísticas desses grupos devam ser levadas em consideração no ambiente universitário. Com aproximadamente 30 mil pessoas vivendo em 22 terras indígenas, o povo Macuxi é a etnia mais populosa do estado de Roraima (LISBOA, 2017). Assim como o povo Macuxi, a etnia Wapichana é atuante em suas organizações, lutando por seus direitos essenciais e pela preservação da sua cultura nas universidades (SILVA, 2019).

Para Silva (2019, p.95), “a diversidade linguística também pode ser identificada no Estado de Roraima, incluído área urbana na capital Boa Vista”. Nesse sentido, Cunha (2012) afirmou que existem 12 línguas indígenas faladas no estado: Macuxi, Wapichana, Taurepang, Atoraiu, Yanomami, Ye'kuana, Patamona, Ingarikó, Waimiri-Atroari, Sanumã, Wai-Wai e Yanomama. Ensinar literatura e línguas indígenas nas escolas ajuda a preservar esse conhecimento, permitindo que seja transmitido para novas gerações. Já na universidade, a introdução da diversidade cultural indígena ajuda a criar um ambiente intercultural, em que pessoas de diversos costumes aprendem umas com as outras, respeitando e valorizando suas diferenças. Além disso, aprender sobre a cultura, língua e história indígenas pode fortalecer o senso de identidade e pertencimento dos discentes indígenas. Sendo assim, a descolonização do conhecimento é facilitada pela inclusão da sabedoria desses povos no sistema educacional,

questionando e expandindo além dos paradigmas ocidentais predominantes (MACHADO; RAPOSO; DORRICO, 2023; NASCIMENTO *et al.*, 2021; ZAMBRANO; SILVA; LIMA, 2021).

Ao examinar a formação de intelectuais indígenas e o processo de escolarização, Lisboa (2017) enfatizou a importância da educação no processo de emancipação desses povos, demonstrando que as políticas educacionais devem apoiar a autodeterminação e a afirmação das identidades indígenas. Na região da Amazônia, Silva *et al.* (2022) investigaram a educação profissional adotando o conceito de formação humana integral como eixo norteador. Essa pesquisa defendeu uma educação emancipadora, que cultivasse a consciência crítica dos indivíduos em contraposição à formação profissional superficial, fragmentada e dualista. Destaca-se, assim, o papel dessa abordagem educativa na luta contra as desigualdades sociais e a influência do capitalismo na educação profissional.

A formação inicial de professores indígenas no contexto da matemática intercultural na educação básica foi explorada por Faustino, Novak e Borges (2022), que ressaltaram a necessidade de abordagens pedagógicas que incorporassem elementos culturais indígenas no ensino, visando proporcionar uma aprendizagem mais significativa e contextualizada para os discentes. Outro estudo que corrobora as perspectivas das pesquisas supracitadas é o de Santos e Repetto (2020), no qual foi examinada a educação indígena na Escola Estadual Indígena Adolfo Ramiro Levi, localizada na Terra Indígena Serra da Moça, em Boa Vista-RR. Esses autores enfatizaram a importância da valorização dos saberes tradicionais indígenas e da participação da comunidade no processo educativo.

O estudo de Bao, Silva e Ribeiro (2021) abordou a interculturalidade e a educação escolar e superior para os povos indígenas a partir do contexto da Região Sul do país. Os autores destacaram a complexidade dessa questão e a necessidade de uma abordagem que fosse além das políticas compensatórias, a fim de buscar uma transformação estrutural que respeitasse e valorizasse as diversidades culturais. Além disso, afirmaram a necessidade de uma interculturalidade crítica que propusesse a superação da dominação epistêmica e sociocultural associada à colonialidade do poder, cujo pano de fundo refere-se às categorias das “raças” intrinsecamente ligadas à estrutura de classes sociais. Logo, a interculturalidade crítica vai além da temática da diversidade cultural; é uma luta contra a estruturação desigual da sociedade na modernidade/colonialidade (BAO; SILVA; RIBEIRO, 2021).

A interculturalidade sugere uma relação de respeito e compreensão na forma de entender objetivamente o mundo em um procedimento de informação, educação e formação (YAJAHUANCA; DINIZ; CABRAL, 2015). Os termos “interculturalidade na educação” e

“educação intercultural” referem-se a uma abordagem pedagógica destinada a fomentar a colaboração, o respeito e a concordância entre diversas culturas e indivíduos. Essa orientação visa a preservação das identidades culturais, a troca de experiências e o desenvolvimento mútuo (MAGALHÃES, 2019).

Silva e Rebolo (2017) discutiram as dificuldades da educação intercultural e as consequências para o professor e a escola. Os autores argumentaram que a educação intercultural requer uma revisão crítica das práticas pedagógicas e das estruturas educacionais, a fim de garantir o respeito à diversidade cultural e promover um diálogo eficaz entre diferentes saberes. Dentro desse contexto, Freitas (2017) ressaltou a relevância do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena como um espaço de afirmação identitária e de construção de autonomia para os povos indígenas.

Dessa forma, percebe-se a importância das dinâmicas sociopolíticas envolvidas na criação e na consolidação do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, evidenciando sua relevância não apenas no âmbito educacional, mas também como um instrumento de luta e resistência indígena em Roraima.

Apesar dos resultados obtidos proporcionarem um panorama detalhado e inédito sobre essa população específica, é fundamental destacar as limitações deste estudo. A coleta de dados ocorreu em contexto pandêmico, o que possivelmente influenciou a participação e as respostas dos discentes. Além disso, a utilização de questionários autoadministrados pode ter gerado viés nas respostas, uma vez que depende da percepção e sinceridade dos respondentes.

Diante desta discussão, buscou-se refletir sobre as especificidades dos discentes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, a fim de pensar em maneiras eficazes de promover a inclusão, a permanência e o sucesso acadêmico. Para construir um ensino superior verdadeiramente inclusivo e equitativo, deve-se priorizar uma abordagem que leve em consideração a diversidade cultural, os desafios socioeconômicos e as necessidades especiais desses alunos.

5 CONCLUSÃO

Faz-se necessário refletir sobre os aspectos sociodemográficos dos discentes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, os quais se revelaram ricos e diversificados. Essa heterogeneidade, evidenciada pelos dados coletados e analisados, corrobora a necessidade de políticas educacionais inclusivas e adaptadas à realidade desses discentes.

As políticas públicas de educação superior precisam ser continuamente revisitadas e adaptadas para atender às necessidades específicas dos discentes indígenas, promovendo um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e equitativo. Ações afirmativas e programas de apoio devem ser fortalecidos, visando ao acesso, à permanência e à conclusão dos cursos por esses discentes.

Assim, recomenda-se a realização de estudos longitudinais para acompanhar a trajetória acadêmica dessa população, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam sua permanência e sucesso na universidade.

Ademais, estudos qualitativos seriam de grande valia para explorar as vivências, expectativas e desafios enfrentados por esses discentes de maneira mais detalhada e contextualizada. Por fim, ressalta-se a importância de valorizar a diversidade cultural indígena dentro do ambiente universitário como um compromisso social e ético, bem como um meio de enriquecer o ambiente acadêmico, promovendo uma educação superior mais plural, crítica e reflexiva.

3 PRÁTICAS E NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES, (RE)ELABORADOS POR ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSTITUTO INSIKIRAN³

3.1 INTRODUÇÃO

As práticas alimentares incluem atividades e comportamentos ligados à alimentação, tais como a escolha dos alimentos, seu preparo, consumo e o ato de compartilhar as refeições. Essas práticas são moldadas por fatores comportamentais, emocionais, sociais e culturais, desempenhando um papel crucial na manutenção da vida e na promoção da qualidade de vida (SILVEIRA; JARDIM, 2022; JAIME, 2019).

O conceito de “hábito alimentar” diz respeito à repetição de ações relacionadas à alimentação. Por outro lado, o comportamento alimentar engloba os aspectos psicológicos da ingestão de alimentos, influenciado por fatores ambientais, psicológicos e biológicos. Esses fatores moldam as atitudes em relação à alimentação e afetam diretamente a saúde do indivíduo (BILA; SILVA; GUSMÃO, 2019; SCHEUNEMANN; LOPES, 2019).

Klotz-Silva, Prado e Seixas (2017) criticam a simplificação do termo “hábito alimentar” na área de Alimentação e Nutrição, propondo uma visão mais integrada. Eles argumentam que essa simplificação ignora a complexidade das práticas alimentares, que são influenciadas por uma série de fatores interconectados. Para abordar essa complexidade, os autores sugerem adotar o conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1983).

O *habitus* considera que as práticas alimentares não são apenas escolhas individuais ou reflexos de necessidades biológicas, mas também são moldadas por influências culturais e sociais. Esse conceito permite uma compreensão mais ampla e integrada dos comportamentos alimentares, reconhecendo que as escolhas alimentares são condicionadas por experiências passadas, pela educação, pelo contexto social e cultural em que os indivíduos estão inseridos, bem como por suas trajetórias de vida (BOURDIEU, 1983). Assim, ao incorporar a perspectiva do *habitus* de Bourdieu, é possível desenvolver uma abordagem mais completa e realista para estudar e intervir nas práticas alimentares, levando em conta a diversidade e a riqueza das influências que as moldam.

Roque *et al.* (2020) apontam para a discrepância entre o conhecimento sobre alimentação saudável e as práticas alimentares reais entre estudantes do ensino fundamental,

³Essa seção foi publicada como artigo na Revista *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*: ALVES, A. P. B.; RODRIGUES, F. dos S.; PEREIRA, M. J. A Práticas e novos hábitos alimentares, (re)elaborados por estudantes do Instituto Insikiran. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8252>

ressaltando a importância de promover hábitos saudáveis desde a infância. Romani e Strey (2019) investigam a influência das emoções na reeducação alimentar por meio de um estudo qualitativo com nutricionistas no Rio Grande do Sul. Oliveira *et al.* (2018) exploram as percepções de mulheres no Rio de Janeiro sobre suas práticas alimentares, evidenciando o conflito entre seguir recomendações de saúde e ceder ao prazer imediato. Esses estudos sublinham a necessidade de uma constante reavaliação das práticas alimentares, levando em consideração as restrições sociais e econômicas.

Essa pesquisa investiga a complexidade das percepções sobre práticas e hábitos alimentares de estudantes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Utiliza-se a Teoria das Representações Sociais, conforme proposto por Moscovici (2011, 1978) e Jodelet (2005), em conjunto com o pensamento complexo de Edgar Morin (2018, 2011a, 2011b).

Moscovici (2011, 1978) salienta que as representações sociais (RS) atuam como um conhecimento prático, integrando o saber espontâneo do grupo a conceitos científicos adaptados à vida cotidiana. Esse conhecimento comum orienta os indivíduos em seus ambientes e promove a comunicação dentro da comunidade. Seguindo a ampliação teórica de Chamon, Miragaia e Monteiro (2020) sobre o trabalho de Moscovici, este estudo busca entender como as representações sociais facilitam a compreensão do desconhecido por meio dos processos de objetivação e ancoragem. Esses processos transformam conceitos abstratos em elementos concretos e integram novas ideias ao contexto familiar do grupo, respectivamente. Tal mecanismo permite a assimilação eficaz de novas informações, conectando-as ao conhecimento pré-existente e facilitando a adaptação e a comunicação dentro da comunidade.

As representações sociais (RS) desempenham quatro funções principais: cognitiva, identitária, orientadora e justificadora. A função cognitiva permite o indivíduo compreender e explicar a realidade, facilitando assim a comunicação social. A função identitária contribui para a construção e manutenção das identidades de grupo. A função orientadora influencia ações e interações, enquanto a função justificadora oferece explicações para os comportamentos observados. Essas funções são fundamentais para a interação social e a coesão grupal, conforme demonstrado em estudos recentes, como os de Machado *et al.* (2021), Porcino, Coelho e Oliveira (2018) e Hirt *et al.* (2017).

A abordagem da complexidade, proposta por Morin (2018, 2011b), desafia a tendência à simplificação e promove uma visão holística, reconhecendo a interdependência e a multidimensionalidade dos fenômenos. Essa perspectiva implica a adoção de uma metodologia

flexível e adaptativa, que respeita a dinâmica constante do objeto de estudo, conforme apontado por Públio Júnior (2018).

Este estudo adota o pensamento complexo e as narrativas como fundamentos teóricos para a análise das representações sociais nos discursos dos participantes, com foco na manutenção da identidade indígena e na adaptação a novos contextos educacionais e culturais. Esta pesquisa destaca-se por evidenciar como tradições e influências externas moldam os hábitos alimentares dos estudantes indígenas, revelando a complexidade desse fenômeno que desafia as ciências disciplinares. O objetivo foi compreender as práticas alimentares cotidianas e os novos hábitos dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran, com ênfase na influência da formação acadêmica e na interação com diversas culturas.

3.2 MÉTODOS

Esta pesquisa, de caráter exploratório, descritivo e qualitativo (MEDEIROS, 2023; GIL, 2018), foi realizada no Instituto Insikiran da UFRR, situado em Boa Vista, Roraima. A seleção dos participantes ocorreu por meio de amostragem por conveniência (GONÇALVES, 2020; ANHAS, ROSA, SILVA, 2018; PANCIERI *et al.*, 2018). Durante as aulas, solicitou-se permissão aos professores para apresentar os objetivos da pesquisa e convidar os estudantes a participarem de entrevistas semiestruturadas.

Participaram do estudo 22 acadêmicos indígenas, matriculados nos cursos de Licenciatura Intercultural, Bacharelado em Gestão Territorial Indígena e Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena da instituição. Os critérios de inclusão foram: fluência em português, idade superior a 18 anos e aceitação voluntária para participar do estudo. Foram excluídos aqueles que não preenchiam esses requisitos. Dos 22 entrevistados, 17 eram do sexo feminino, com predominância da etnia Macuxi (10), seguida pela etnia Wapichana com nove participantes e apenas uma representação da etnia Wai-Wai. A faixa etária mais comum foi de 21 a 30 anos (16 participantes), seguida pelas faixas de 31 a 40 anos (2 participantes) e 41 a 50 anos (2 participantes). A maioria dos estudantes indígenas estava matriculada no Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena (CGSCI) (17), com dois participantes no Curso de Licenciatura Intercultural (CLI) e um no Curso de Gestão Territorial Indígena (CGTI).

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pela Plataforma Brasil, pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima (CEP/UFRR) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Recebeu parecer favorável sob o número 5.460.390, CAAE: 55309321.6.0000.5302.

A coleta de dados foi realizada entre 20/06/2022 e 30/01/2024, adotando medidas de prevenção contra a COVID-19 e considerando a disponibilidade dos participantes. Após o

consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os participantes foram entrevistados individualmente em uma sala reservada no Instituto Insikiran, assegurando privacidade e confidencialidade.

Os instrumentos de coleta de dados foram constituídos por um questionário com 11 questões, que abordaram dados demográficos e informações sobre a comunidade, terra indígena, região, município, curso, período de matrícula, trabalho e renda familiar. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com duração média de 80 minutos, que exploraram temas como a definição de alimento, hábitos alimentares cotidianos, acesso e disponibilidade de alimentos, consumo na cidade e/ou na comunidade, principais ingredientes da alimentação, práticas alimentares tradicionais e a introdução de novos hábitos, incluindo o consumo de alimentos processados e industrializados, bem como suas formas de preparo. Os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas para garantir a compreensão das questões. As entrevistas foram gravadas e identificadas por números sequenciais para preservar o anonimato dos participantes, como por exemplo: N 01 a N 22.

Os dados do questionário foram organizados em planilhas utilizando o Excel, e as análises estatísticas foram realizadas com o *software* IBM® SPSS® (versão 24). As variáveis quantitativas foram descritas utilizando medidas de tendência central (média, mediana e moda) e medidas de dispersão (desvio padrão e quartis 25-75%). As variáveis categóricas foram apresentadas por meio de frequências absoluta e relativa (VIEIRA, 2022).

A organização e análise dos dados coletados nas entrevistas foram realizadas utilizando o *software* IRaMuTeQ, o que permitiu a identificação de padrões, temas recorrentes e a estruturação dos dados para contribuir na compreensão dos aspectos investigados. O IRaMuTeQ, desenvolvido em Python com funcionalidades R, é uma plataforma robusta para a análise estatística de textos. Introduzido no Brasil em 2013, tornou-se essencial para os estudos de representações sociais e expandiu seu uso para outras áreas, aprimorando a análise qualitativa em diversas disciplinas (SOUZA *et al.*, 2018).

O IRaMuTeQ é utilizado para a realização de Análise Lexicográfica Clássica, Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial por Correspondência (AFC), Análise de Similitude e geração de Nuvens de Palavras (GÓES *et al.*, 2021; CAMARGO; JUSTO, 2013). Nesta pesquisa, a escolha desse *software* se deve à sua capacidade de processar grandes volumes de texto, garantindo uma análise rigorosa e detalhada dos dados textuais, permitindo uma interpretação profunda das dinâmicas alimentares na população estudada. Após a organização dos dados textuais, foram realizadas três análises no IRaMuTeQ, versão 0.7: Análise Lexicográfica Clássica, Análise de Similitude e criação de Nuvens de Palavras.

A Análise Lexicográfica Clássica foi aplicada para explorar a estrutura do texto obtido das narrativas dos participantes, focando na contagem total de palavras, frequência de uso e identificação de termos únicos (*hapax legomena*). Este método detalha o uso de palavras, incluindo a lematização para suas formas base e a criação de um dicionário simplificado. Além disso, analisa-se o uso de formas verbais ativas e estruturas passivas, enriquecendo a compreensão das características linguísticas e semânticas do texto, conforme Camargo e Justo (2013). A Análise de Similitude tem como objetivo identificar o núcleo central da representação, focando nos elementos consensuais que a definem e nos aspectos mais abstratos. Em contraste, as zonas periféricas tratam de detalhes específicos que facilitam a adaptação dos indivíduos ao cotidiano, incorporando características únicas organizadas em torno dos elementos-chave (GÓES *et al.*, 2021; MACHADO *et al.*, 2021).

Baseada na teoria dos grafos, a Análise de Similitude auxilia no estudo das relações entre objetos de um modelo matemático. Realizada no *software* IRaMuTeQ, essa análise apresenta um grafo que mostra a ligação entre as palavras de um corpus, permitindo inferir a estrutura do texto e os temas de relativa importância a partir da coocorrência entre as palavras (MAHEMA, 2022; SALVIATI, 2017). A Nuvem de Palavras, por outro lado, é uma análise mais simples que apresenta uma representação gráfica baseada na frequência das palavras (CAMARGO; JUSTO, 2021).

Nesta pesquisa, ainda foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2016), aplicada em três etapas: pré-análise, na qual o material coletado foi organizado e examinado para identificar ideias-chave e elaborar um plano de análise; exploração do material, momento em que os dados foram codificados e categorizados a partir de unidades de registro, como parágrafos ou trechos significativos das entrevistas; e tratamento dos resultados, que incluiu a interpretação inferencial dos dados categorizados.

A categorização dos dados adotou uma abordagem semântica, organizando as informações em categorias temáticas conforme suas características similares. Por exemplo, informações relativas a práticas alimentares foram reunidas na categoria “Práticas Alimentares”, e dados sobre hábitos alimentares, na categoria “Hábitos Alimentares”. Essa organização facilitou significativamente a análise e interpretação dos dados, contribuindo para uma compreensão mais detalhada e precisa do fenômeno estudado.

Na etapa final de interpretação inferencial, analisou-se detalhadamente os dados categorizados para extrair percepções significativas. Esse processo possibilitou a identificação de padrões e tendências nas narrativas dos participantes, contribuindo para a validação dos

resultados. As categorias de análise e suas respectivas subcategorias emergiram dessa fase, revelando aspectos importantes sobre as práticas alimentares investigadas.

3.3 RESULTADOS

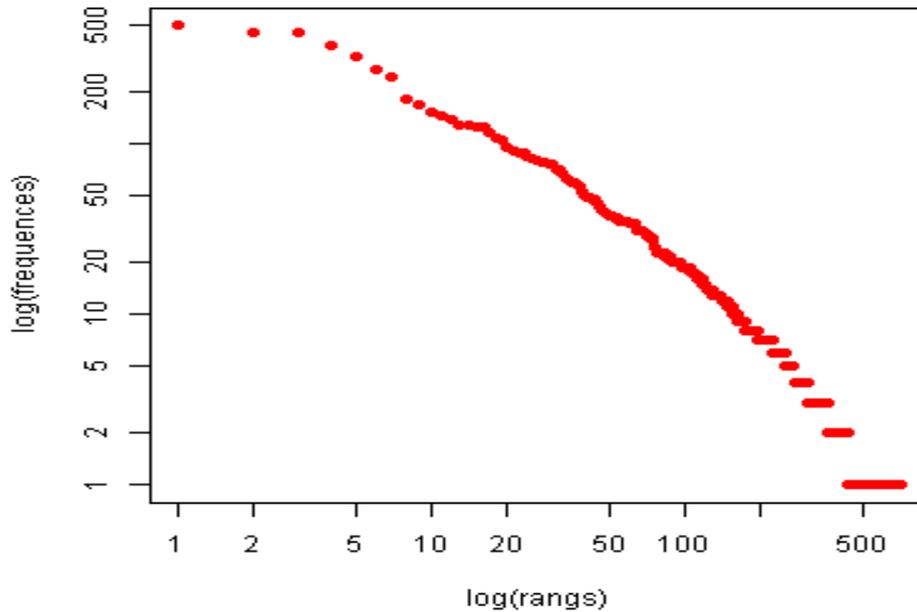
A pesquisa contou com a participação de 22 estudantes indígenas, e a caracterização dos participantes baseou-se em variáveis como sexo, idade, faixa etária, etnia, curso e período de estudo. Os resultados mostram uma predominância do sexo feminino, que representa 76,36% (n=17) dos participantes, enquanto o sexo masculino corresponde a 22,73% (n=5) da amostra.

Em relação às idades, notou-se uma significativa predominância na faixa etária de 21 a 30 anos, que abrange 81,82% (n=18) do total da amostra. Os indivíduos dessa faixa etária têm idades variando de 22 a 26 anos, com destaque para a presença de participantes de 26 anos (n=7, 31,82%). A idade mediana dos participantes é de 26 anos, com um desvio padrão (DP) de aproximadamente 8,14 anos. Quanto à etnia, há uma maior representatividade dos grupos Macuxi e Wapichana, que correspondem a 50% (n=11) e 40,91% (n=9) dos participantes, respectivamente.

A etnia Wai-Wai foi a menos representada, com apenas 4,55% (n=1) dos entrevistados. A maioria dos participantes do estudo estava matriculada no CGSCI, representando 77,27% (n=17) do total. Por outro lado, os CLI e CGTI apresentaram uma participação mais reduzida, com cada um contribuindo com 9,09% (n=2) do total de participantes. Quanto à distribuição dos participantes pelo período de estudo, observou-se um equilíbrio entre os períodos de “3 a 5” e “9 ou mais”, ambos com 40,91% (n=9) dos participantes. No entanto, o período de “6 a 8” apresentou uma frequência menor, com apenas 18,18% (n=4) dos entrevistados.

Na análise lexical ou estatística textual clássica do corpus, observou-se a relação de frequência e a quantidade de unidades lexicais no texto. Sem a lematização, ou seja, sem reduzir as palavras às suas raízes, o corpus textual foi composto por 22 textos (22 entrevistas), totalizando 9.917 ocorrências. Foram identificados 708 vocábulos distintos, dos quais 263 tiveram uma única ocorrência (hapax), representando 2,65% das ocorrências e 37,15% das formas. A média de ocorrências por texto foi de 450,77 vocábulos. O número de lemas alcançou 708; foram registradas 579 formas ativas e 118 formas suplementares. Entre as formas ativas, 283 apresentaram frequência igual ou superior a 3, com uma média de formas por segmento de 32,30, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Diagrama de Zipf com o comportamento das palavras no corpus textual sobre as práticas e novos hábitos alimentares de estudantes indígenas do Insikiran, Boa Vista-RR, Brasil, 2024



Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

A relação entre a frequência e a quantidade de unidades lexicais sugere que um pequeno número de palavras (unidades lexicais) responde por uma grande parte do conteúdo do texto. Isso é típico na linguagem natural, em que palavras comuns como preposições, conjunções, substantivos e verbos frequentemente usados dominam o texto, enquanto muitas palavras menos comuns compõem o restante. Em resumo, o diagrama segue o padrão esperado da Lei de Zipf, comum em corpora de linguagem natural.

O eixo X (abscissa) representa o logaritmo do rank das palavras. O rank é determinado pela frequência de ocorrência da palavra no corpus, com a palavra mais frequente recebendo o rank 1, a segunda mais frequente o rank 2, e assim por diante. Ao tomar o logaritmo desses ranks, espaçamos uniformemente as palavras no eixo horizontal, o que facilita a visualização e a interpretação quando há muitos dados. O eixo Y (ordenada) representa o logaritmo da frequência das palavras. A frequência é o número de vezes que cada palavra aparece no corpus. Assim como no eixo X, a utilização de uma escala logarítmica permite que um amplo intervalo de frequências seja visualizado de forma mais conveniente.

A interpretação dos achados sugere que o corpus segue a tendência esperada pela Lei de Zipf: um pequeno número de palavras é usado com muita frequência, enquanto a maioria das palavras é usada raramente. Esse fenômeno é comum em muitos idiomas naturais e está

presente em diversos tipos de corpus textuais. Isso tem implicações importantes para o processamento de linguagem natural e outras áreas da linguística computacional, pois muitos modelos e algoritmos podem ser otimizados sabendo-se que um número limitado de palavras ocorre com alta frequência. Portanto, diante do exposto, o emprego desses termos se justifica pelas percepções dos participantes do estudo sobre alimento, práticas alimentares, alimentos tradicionais e novos hábitos alimentares.

Com a Análise de Similitude (ver figura 3), foi possível identificar, além das ocorrências das palavras, as conexões (ligações) entre elas, o que auxilia na identificação da estrutura do conteúdo lexical. Destaca-se que, para essa análise, foram incluídas as palavras com ocorrência máxima de 126 e mínima de 20 vezes. Essa análise foi materializada nas figuras 3 e 4, nas quais as arestas indicam que, quando o sujeito pensa em uma palavra, esta está vinculada a outra. Os números sobre as arestas apontam a quantidade de coocorrência entre as palavras. A palavra central foi aquela de maior frequência e coocorrência.

Pode-se observar, conforme apresentado na figura 3, que as cinco palavras que mais se destacaram (comer, mais, alimentação, casa, carne) assumiram posição de centralidade:

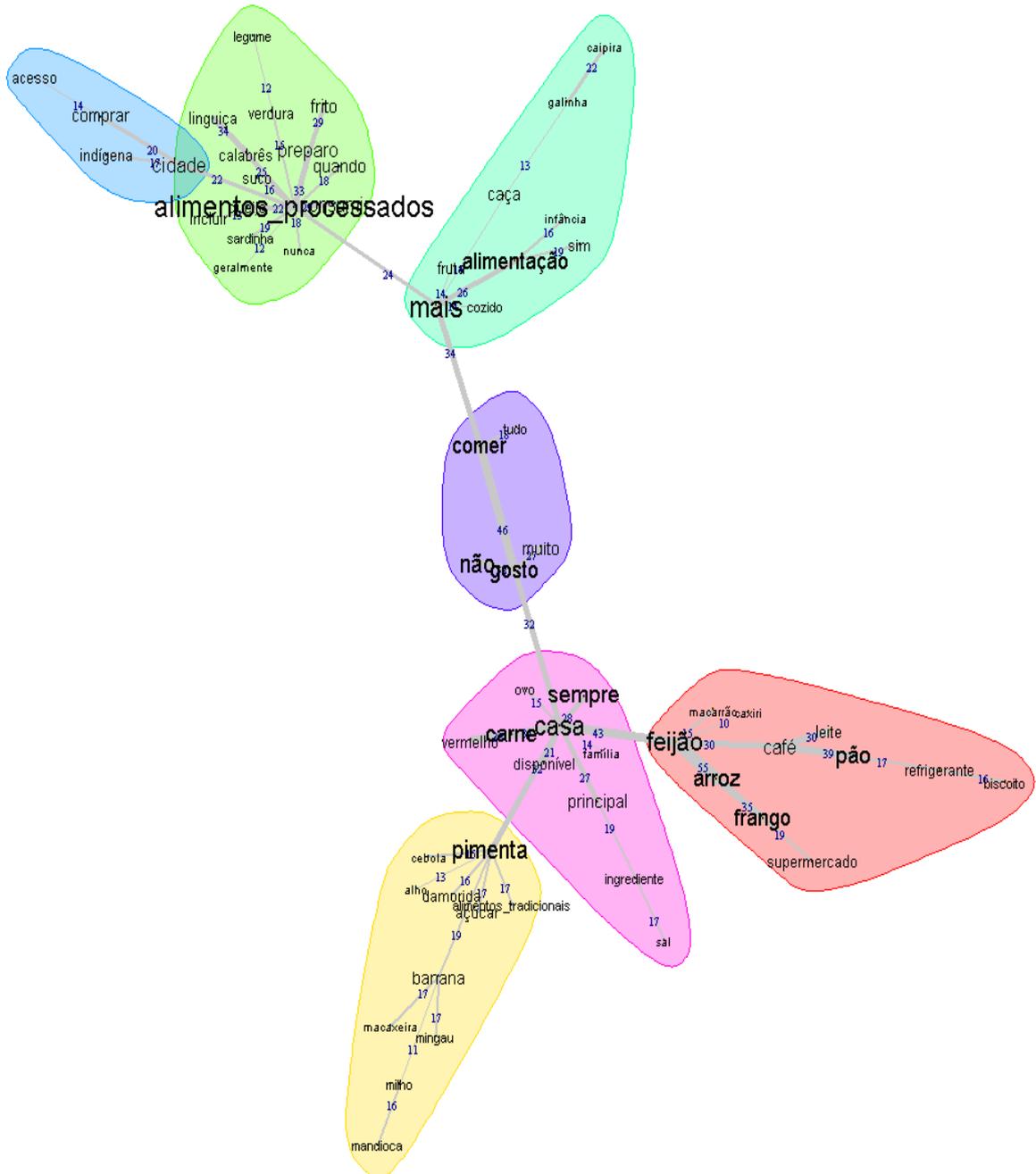
- “Comer”: está diretamente ligado a “mais”, “fruta”, “não gosto”, e “alimentação”. Isso indica que o ato de comer está central na análise, possivelmente relacionado a preferências alimentares, com ênfase em frutas e um comentário sobre desgosto que pode estar associado a algum alimento ou hábito alimentar;
- “Mais”: conecta-se diretamente a “comer”, “alimentação”, “fruta” e “cozido”. A palavra “mais” pode indicar uma quantidade ou frequência maior em relação aos itens aos quais está conectada, sugerindo talvez um desejo ou prática de comer mais frutas ou alimentos cozidos.
- “Alimentação”: central no contexto, está conectada a “comer”, “mais”, “fruta”, “cozido”, “quando”, “alimentos processados” e “sim”. Isso sugere que a alimentação é o tema principal do mapeamento, com um foco específico em frutas, alimentos cozidos e processados, bem como uma possível aceitação ou concordância (indicada pela palavra “sim”) em relação a alguns aspectos da alimentação.
- “Casa”: conectada a “carne”, “sempre”, “disponível”, “principais” e “vermelho”. A palavra “casa” pode estar indicando o local onde a alimentação ocorre, com uma ênfase em carne, sugerindo que a carne é um alimento sempre disponível e talvez um dos principais componentes da dieta no contexto doméstico.
- “Carne”: liga-se a “casa”, “sempre”, “disponível” e “vermelho”. A conexão com “casa” e “sempre” sugere que a carne (especialmente a vermelha) é uma presença constante e significativa na alimentação dentro do contexto domiciliar.

As linhas que conectam essas palavras representam as relações semânticas, que podem indicar a força da associação, a frequência com que esses conceitos são mencionados juntos ou até mesmo uma relação de causa e efeito ou preferência. O tamanho das palavras e a espessura das linhas geralmente são proporcionais à importância ou à frequência das palavras e conexões no conjunto de dados analisados.

As palavras que formam grupos periféricos e têm menos conexões podem indicar subtemas ou tópicos mais específicos. Por exemplo, o grupo que contém “feijão”, “arroz”, “frango”, “pão”, “supermercado” pode estar relacionado a alimentos básicos e locais de compra. O grupo com “pimenta”, “habitantes”, “tradicional”, “alho”, “cebola” pode estar falando sobre temperos e tradições culinárias. “Alimentos processados” conecta-se com “indignação”, “cidade”, “comprar”, “acesso”, indicando uma possível discussão sobre o consumo de alimentos processados e questões de acesso e opinião pública. Outras palavras periféricas como

“refrigerante”, “biscoito”, “macaxeira”, “mingau”, “banana” são alimentos relacionados a contextos específicos que podem representar preferências individuais e culturais.

Figura 4 - Análise de Similitude (halo) com a ligação e as conexidades entre as palavras relacionadas práticas e novos hábitos alimentares de estudantes indígenas do Insikiran, Boa Vista-RR, Brasil, 2024



Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

A figura 4 mostra um gráfico de similitude com diferentes clusters coloridos que parecem categorizar as palavras em grupos temáticos. O grupo azul, com palavras como “legume”, “fruto”, “verdura”, “linguiça”, e “indígena”, indicam alimentos naturais e talvez a

significado cultural e social. Adicionalmente, a presença de palavras específicas como “café”, “banana”, “farinha”, “pimenta”, “arroz”, “frango” e “carne” aponta para uma possível exploração de ingredientes particulares e de proteínas animais dentro do contexto estudado. A menção de “mercado” e “supermercado” pode denotar uma atenção a disponibilidade, acesso, e distribuição dos alimentos e suas interações com as práticas de consumo. Portanto, a análise da Nuvem de Palavras sugere que o corpus abrange uma investigação detalhada das práticas alimentares, incluindo aspectos culturais, sociais e econômicos que influenciam a forma como os estudantes indígenas se relacionam com a comida.

Na análise de conteúdo desse estudo, as categorias temáticas foram estabelecidas com base nos objetivos de investigação relacionados às práticas alimentares dos estudantes indígenas. A primeira categoria é “Práticas Alimentares”, que se subdivide em “Percepção da Alimentação” e “Disponibilidade e Acesso de Alimentos”. Esta categoria abrange como as pessoas veem e entendem a alimentação em seu contexto cultural e pessoal, assim como a facilidade com que podem obter os alimentos necessários. A segunda categoria, “Hábitos Alimentares”, é dividida em “Hábitos Tradicionais” e “Novos Hábitos”. Esta se refere aos padrões de consumo alimentar que são enraizados na tradição e àqueles que emergem com mudanças no estilo de vida, influências culturais ou disponibilidade de novos alimentos. Juntas, essas categorias e subcategorias formam um quadro para explorar e compreender as complexidades dos comportamentos alimentares dos estudantes indígenas do Insikiran, como ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Duas categorias temáticas e suas subcategorias



Categoria Temática I: Práticas Alimentares

Esta categoria explora os significados atribuídos pelos estudantes às suas práticas alimentares.

- Percepção da Alimentação:

As declarações dos participantes revelam variadas percepções do que consideram alimento, incluindo uma ampla variedade de alimentos tradicionais (mandioca, farinha, milho, caça e damorida) e universais (carne vermelha, feijão, verduras e peixes), como observado na Nuvem de Palavras (ver Figura 5) mais citadas nesta categoria. Nota-se ainda a mistura de alimentos tradicionais com itens industrializados, indicando a adaptação a diferentes estilos alimentares:

“Alimento é tudo aquilo que posso consumir, incluindo mandioca, farinha, milho, feijão, damorida, caxiri doce, verduras e peixes” (N01).

“Alimento é tudo aquilo que posso comer e que me agrada, como damorida de peixe com pimenta, damorida de carne, damorida de caça, farinha, além de arroz, feijão, carne vermelha, frango, pão, salsicha, linguiça calabresa, salgadinhos e refrigerante” (N11).

“Alimento é tudo aquilo que posso comer e que me satisfaz, como farinha, peixe, paçoca, macarronada, mandioca, porco frito, mingau de banana, jerimum e frutas, como banana, abacate, laranja, caju e buriti” (N12).

Os resultados exibem uma interação dinâmica entre a preservação de tradições culturais e a adaptação a novos ambientes. A alimentação dos estudantes mostra uma combinação de alimentos tradicionais e modernos, destacando uma adaptação às condições urbanas e acadêmicas sem renunciar à herança cultural. Essa dualidade nas escolhas alimentares evidencia a flexibilidade dos estudantes em adotar novos alimentos, mantendo ao tempo um compromisso com a preservação de elementos significativos de sua identidade cultural.

Em algumas narrativas, destaca-se a ênfase na saúde física como critério para as escolhas alimentares, indicando uma percepção da alimentação atrelada ao bem-estar físico, à nutrição humana e ao bem-estar geral, com um enfoque em uma dieta equilibrada:

“Alimento é tudo que pode beneficiar meu corpo, mantendo-me bem fisicamente” (N02).

“Alimento é tudo que sustenta e traz benefícios físicos ao meu corpo e ao meu bem-estar” (N07).

“Alimentos são itens como carne bovina, peixe, frutas, legumes e grãos, essenciais para alimentar, saciar a fome e nutrir o ser humano” (N15).

“Alimento é tudo aquilo que posso consumir de maneira equilibrada e nutritiva para satisfazer minha fome” (N16).

“Alimento é tudo que pode contribuir para o bem-estar do meu corpo, mantendo-me saudável fisicamente” (N19).

Essas observações revelam uma perspectiva avançada na qual os alimentos são escolhidos não apenas para saciar a fome, mas também para promover o bem-estar físico e uma nutrição balanceada. Os participantes selecionam alimentos como carnes, peixes, frutas, legumes e grãos devido aos seus benefícios para a saúde. Esta abordagem indica uma integração do conhecimento tradicional com conceitos modernos de alimentação saudável, sugerindo uma influência marcante da formação acadêmica e do acesso a informações atualizadas sobre nutrição. Outras narrativas dos participantes mostram uma visão mais abrangente da alimentação, mesclando itens tradicionais e não indígenas, o que reflete uma alimentação diversificada e a capacidade de adaptação a novos contextos:

“Alimento é tudo aquilo que podemos consumir, abrangendo os alimentos tradicionais da minha cultura, como mandioca, farinha, milho, feijão, peixe, caça, frutas e verduras, tudo o que é proveniente da natureza. Inclui também alimentos de origem não indígena, como pizzas, pães, hambúrgueres e bolos” (N04).

“Alimento é tudo o que posso comer, tudo o que incluo em minhas refeições diárias, como café da manhã, almoço e jantar. Isso engloba itens como leite, café, pão, feijão, arroz, peixe, carne moída, entre outros, que me deixam satisfeita e fornecem energia” (N10).

“Alimento é comida, como a mandioca, farinha, milho, caxiri, até pão, café, leite, feijão, peixe, caça, frutas e verduras, além de pizzas, pães, refrigerantes, biscoitos recheados, biscoitos salgados, sorvetes, hambúrgueres e bolos” (N22).

Os estudantes adotam uma abordagem inclusiva e adaptativa em relação à alimentação, combinando alimentos tradicionais, como mandioca e peixe, com itens da culinária global, como pizzas e hambúrgueres. Essa mistura cultural nas práticas alimentares demonstra a capacidade de adaptação dos estudantes a novos ambientes e variedades alimentares, revelando uma estratégia deliberada de preservação da identidade cultural diante da exposição a diferentes contextos.

Os participantes relacionam uma alimentação saudável com produtos naturais e tradicionais, evidenciando uma consciência sobre a saúde:

“Alimento é tudo aquilo que posso comer e que me dá força e energia, deixando-me satisfeito, incluindo produtos da roça como mandioca e milho”(N05).

“Alimento é tudo o que posso comer, que é bom, gostoso e me dá ânimo, energia e saciedade, incluindo produtos da roça como frutas, ovos, mandioca e milho” (N08).

“Alimento é tudo o que é saudável, como frutas, legumes, carnes frescas de caça, peixe, mingau de carimã, tapioca, cuscuz, pupunha, buriti, tucumã e uma boa damorida” (N14).

As práticas alimentares dos estudantes demonstram uma valorização significativa de alimentos tradicionais e produtos agrícolas locais, como mandioca, milho, frutas e ovos. Esses alimentos são fontes de energia e satisfação, reforçando a conexão dos estudantes com sua ancestralidade e território. A ênfase na origem e qualidade dos alimentos sublinha a relevância de uma dieta baseada em produtos naturais e tradicionais para o bem-estar físico e a preservação da identidade cultural.

- Disponibilidade e acesso aos alimentos:

Quanto à disponibilidade de alimentos, tanto na cidade quanto na comunidade, a maioria dos participantes relatou acesso constante a itens básicos como feijão, farinha, pimenta, leite, café, pão e açúcar. Na cidade, o acesso a esses itens é facilitado, enquanto na comunidade, a dieta inclui alimentos tradicionais como mingau de banana, diversas frutas, peixe e pimenta:

“Em minha casa, tenho disponíveis arroz, feijão, óleo, açúcar, farinha. Na comunidade, não compramos frutas como manga, banana, laranja, caju; colhemos diretamente da árvore. Os alimentos sempre presentes na minha comunidade são peixes, farinha, pimenta e frutas” (N03).

“Em casa, geralmente tenho óleo de cozinha, arroz, feijão, açúcar, alguns alimentos processados como linguiça calabresa e salsicha, frango e, às vezes, peixe. Na minha comunidade, conseguimos obter alimentos sem problemas, alguns são cultivados por nós” (N06).

“Na minha casa na cidade, sempre tenho disponíveis feijão, farinha, pimenta, leite, café, pão e açúcar. Na comunidade, os alimentos sempre disponíveis incluem mingau de banana, frutas, peixe, farinha e pimenta” (N09).

“Em casa, tenho disponíveis damorida de peixe, pimenta, farinha, beiju, banana, abacaxi e cará, que plantamos na roça. Na cidade, compro os alimentos que consumo no supermercado ou nas feiras, enquanto na comunidade tenho acesso aos alimentos que cultivo e produzo na roça” (N18).

Nas narrativas, nota-se que, enquanto na cidade o acesso a alimentos básicos e essenciais é facilitado pela compra em feiras e supermercados, nas comunidades indígenas predomina uma dieta rica em alimentos tradicionais e naturais, adquiridos diretamente do

ambiente. Esse equilíbrio entre a preservação das práticas alimentares tradicionais e a adaptação às realidades urbanas evidencia uma dinâmica complexa de (re)elaboração de hábitos alimentares. Essa dinâmica reflete a intersecção entre cultura, sustentabilidade e modernidade nas práticas alimentares dos estudantes indígenas.

Nos depoimentos, os participantes indicam que, em sua maioria, obtêm alimentos cultivando em seus quintais (como verduras) e fazendo compras em feiras e supermercados, seja pela mudança de local de residência ou pela redução do cultivo próprio:

“Eu acesso os alimentos cultivando no meu quintal, como as verduras que plantei em vasos: alface, couve, cebola, pimenta. Aquilo que não consigo cultivar, compro na feira ou em supermercados” (N01).

“Compramos o frango, a carne de boi e a banana. Temos caju e manga no quintal. O pão, café e leite também são comprados. Na comunidade, o peixe é pescado pelo meu marido, e a carne de boi eu compro no mercadinho. Na cidade, tudo é adquirido na feira ou supermercado, diferente da comunidade. As verduras e a mistura compramos” (N03).

“Quanto ao acesso a alimentos, não temos dificuldades em nossa comunidade. Alguns alimentos são cultivados em nossa própria terra, e quando precisamos comprar, não enfrentamos problemas” (N04).

“Na comunidade, o acesso aos alimentos vem da natureza, através da pesca, caça ou cultivo. A compra de alimentos também é uma opção, embora adquirir carne bovina seja mais desafiador. A carne de boi é comprada mensalmente dos vaqueiros da comunidade, o que exige planejamento e recursos financeiros devido à sua disponibilidade limitada” (N05).

Os estudantes compartilham experiências que navegam entre os desafios da urbanização e a preservação de suas tradições alimentares. A adaptação aos ambientes urbanos manifesta-se pela dependência de mercados e supermercados para acessar os alimentos, enquanto a prática de cultivar em quintais urbanos demonstra um esforço para manter aspectos da agricultura tradicional. Ao mesmo tempo, a continuidade de práticas de subsistência, como pesca, caça e agricultura familiar nas comunidades, destaca um compromisso inabalável com a sustentabilidade alimentar e a cultura indígena.

Categoria Temática II: Hábitos Alimentares

Os participantes detalham seus hábitos alimentares, abordando os tipos de alimentos consumidos, o modo de preparo e a diferenciação entre alimentos tradicionais e novos alimentos incorporados à sua alimentação.

- Hábitos Alimentares Tradicionais:

As narrativas enfatizam a apreciação pela culinária indígena e pelo conhecimento local na preparação de alimentos. Nesta categoria, identificam-se os tipos de alimentos considerados tradicionais pelos participantes. Destaca-se a conexão com a terra e a relevância da autossuficiência na produção e no cultivo local de alimentos tradicionais, como peixes, pimentas e damorida. A mandioca é frequentemente citada como elemento central na dieta tradicional, conforme observado nas narrativas:

“Os alimentos tradicionais incluem peixe, a pimenta usada na damorida, a farinha de mandioca e as verduras. Na comunidade, também fazemos farinha de puba, que consideramos menos prejudicial que a farinha de mandioca. A farinha de puba é muito apreciada. Quando produzimos farinha de mandioca, utilizamos tudo o que é possível da mandioca: a goma, a farinha, o tucupi, aproveitamos integralmente a mandioca” (N01).

“Vejo como alimentos tradicionais os peixes, as pimentas, a farinha, a goma, o tucupi e a damorida, todos produzidos e cultivados em nosso território” (N07).

“Para mim, os alimentos tradicionais são o peixe, a pimenta, a farinha, o tucupi, o beiju e a goma” (N11).

“Os alimentos tradicionais abrangem damorida, peixe moqueado, caxiri, beiju, farinha, farinha de tapioca, goma, carimã e pimenta” (N14).

“Dentre os alimentos tradicionais, destacam-se o cuscuz, mingau de milho, mingau de arroz, peixe frito, damorida, farinha, macaxeira, batata doce e frutas como melancia, mamão, banana, laranja, buriti, tucumã, manga e caju” (N15).

As declarações ressaltam a importância dos hábitos alimentares tradicionais para os estudantes indígenas do Instituto Insikiran, refletindo uma conexão profunda com suas tradições culturais e práticas sustentáveis. A valorização de alimentos como peixe, pimenta e farinha de mandioca, além da variedade de pratos e bebidas tradicionais, como damorida e caxiri, enfatiza a relevância da autossuficiência e da conservação do conhecimento local na preparação dos alimentos. A utilização versátil da mandioca e a preferência por produtos cultivados e coletados localmente evidenciam a resistência cultural frente às mudanças modernas e a importância da alimentação na preservação da identidade indígena.

- Novos Hábitos Alimentares:

Os participantes descrevem mudanças em seus hábitos alimentares, destacando a inclusão de alimentos industrializados, como pão, refrigerantes, biscoitos, embutidos e enlatados.

“Sim, consumo alimentos processados, principalmente sardinha, miojo, suco de caixinha, salgadinho, pizza, chocolate e açai. Geralmente, preparo os alimentos processados fritos com farinha, como linguiça calabresa e sardinha” (N13).

“Sim, consumo alimentos processados, especialmente conservas desfiadas e sardinha. Faço a conserva desfiada com cebola e a sardinha com cheiro-verde, tomate e cebola, servidos com arroz quente” (N14).

“Recentemente, incorporei alimentos processados à minha dieta, incluindo pão, refrigerantes, biscoitos e alguns enlatados. Consumo alimentos processados como frango congelado, suco de caixinha, refrigerantes, pão, iogurte, biscoitos e miojo. Normalmente, preparo esses alimentos no almoço, preferindo opções rápidas e fritas” (N17).

“Não costumo comer alimentos processados, mas, ocasionalmente, na cidade, consumo linguiça calabresa, linguiça de frango, sardinhas, miojo, queijo com pão, suco de caixinha, achocolatado, refrigerantes, biscoitos, salgadinhos, óleo, margarina, café, chocolate, pão de queijo, Danone. Quando preparo, geralmente é frito com farinha ou faço com macarrão, com arroz” (N18).

As narrativas indicam uma transição nos hábitos alimentares dos estudantes indígenas, caracterizada pela crescente inclusão de alimentos processados em sua alimentação. Essa mudança reflete uma adaptação aos estilos de vida urbanos e acadêmicos, nos quais a conveniência e a rapidez na preparação dos alimentos se destacam como fatores decisivos na escolha alimentar.

Os participantes relatam a introdução de alimentos industrializados em suas dietas, como calabresa, linguiça, pão, refrigerantes, biscoitos e enlatados, evidenciando uma mudança nos hábitos alimentares em resposta aos estilos de vida urbanos e acadêmicos:

“Sim, consumo alimentos processados, sendo os mais frequentes sardinha, miojo, suco de pacote, salgadinho, pizza, chocolate e açai. Geralmente, preparo e consumo alimentos processados fritos com farinha, como linguiça calabresa e sardinha” (N13).

“Sim, consumo alimentos processados, especialmente conserva de desfiar e sardinha. Faço a conserva de desfiar com cebola e a sardinha com cheiro verde, tomate e cebola, servidos com arroz quente” (N14).

As declarações revelam uma adaptação às conveniências da vida urbana, com foco na praticidade e rapidez na preparação dos alimentos. Observa-se ainda que a introdução de alimentos ultraprocessados se inicia desde a infância:

“Não vejo muita diferença entre minha alimentação atual e a de quando eu era criança . Sempre consumi linguiça calabresa frita com farinha e salsicha. Eu preparo os alimentos processados, principalmente fritos com farinha, especialmente a linguiça calabresa, enquanto a sardinha, uso na macarronada. Estou lembrando agora das bolachas; consumimos muitas bolachas, muitos biscoitos doces, biscoitos salgados e fazemos bastante suco de pacote. Também consumimos bastante Nescau e todinho” (N03).

“Minha alimentação atual não mudou muito em relação à minha infância. Naquela época, também consumia bastante alimentos processados, como arroz, feijão, carne, linguiça calabresa e frango” (N05).

“Não percebi muita diferença na minha alimentação de adulto em comparação com a infância, pois cresci na cidade. Sim, consumo alimentos processados, principalmente salsicha, linguiça calabresa, conservas de carne, sardinha, enlatados e frango. Geralmente, preparo e consumo os alimentos processados fritos, acompanhados de farinha. A sardinha geralmente vai na macarronada com queijo e creme de leite” (N10).

As narrativas evidenciam uma mudança significativa nos hábitos alimentares dos estudantes indígenas, refletindo a influência da urbanização e da formação acadêmica na escolha de itens industrializados, embora alguns alimentos da dieta tradicional ainda sejam mantidos.

Nas declarações, nota-se uma preocupação com a alimentação e a saúde, especialmente em relação ao consumo de gordura e açúcar e ao risco de doenças como Diabetes *Mellitus* tipo 2, associadas ao alto consumo de açúcar:

“Acredito que nossa alimentação pode levar a problemas de saúde. Minhas filhas estão substituindo o consumo de frutas por alimentos processados, como salgadinhos, bolachas e Todynho. Isso pode nos prejudicar, uma vez que deixamos de obter as vitaminas das frutas de maneira natural” (N03).

“Sim, consumo alimentos processados, como queijo, presunto, café e pão. Fui diagnosticada com diabetes gestacional e percebi que nossa alimentação tem um impacto direto na saúde, especialmente quando predominam alimentos não saudáveis” (N06).

“Estou ciente de que minha dieta atual não é a mais adequada e pode ter efeitos negativos na minha saúde, principalmente devido ao

consumo elevado de sorvetes, doces e alimentos ricos em gordura” (N09).

Fica evidente que, entre os entrevistados, está ocorrendo uma significativa mudança em suas práticas alimentares, caracterizada pela introdução precoce e prevalência de alimentos ultraprocessados desde a infância. Essa alteração na dieta, refletindo uma adaptação ao estilo de vida urbano e às conveniências modernas, contrasta com as práticas alimentares tradicionais indígenas. Adicionalmente, uma crescente consciência sobre os impactos negativos dessa alimentação na saúde, especialmente em relação a Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão, destaca a complexidade de equilibrar tradição e modernidade.

3.4 DISCUSSÃO

As práticas alimentares dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran representam uma resposta adaptativa às transformações sociais e culturais contemporâneas, refletindo de maneira profunda sua cultura, território, organização e relações sociais (MOSCOVICI, 2011).

A alimentação transcende a mera necessidade fisiológica, englobando símbolos, significados e práticas sociais que expressam a identidade cultural e a conexão com o território (SOUZA; CADETE, 2018). Morin (2011a, 2018) ressalta a complexidade das práticas alimentares, que vão além de fronteiras rígidas e demandam uma análise sociocultural. Essa abordagem evidencia a interação entre alimentação e identidade cultural, permitindo que os estudantes atendam suas necessidades nutricionais enquanto preservam sua herança ancestral.

Liberato (2019) reforça essa perspectiva ao destacar a importância do território, da herança cultural e da soberania alimentar indígena. Sua pesquisa defende abordagens holísticas e contextualizadas que vão além de concepções simplistas, ressaltando a relação entre comunicação, ancestralidade e mobilização social. Para as comunidades indígenas, a terra é essencial, pois nela residem os conhecimentos fundamentais para a prática do seu bem viver (SILVA, 2023).

O conceito de “bem viver”, realçado pelas mulheres indígenas das etnias Pankararu e Pataxó, sublinha a harmonia com a natureza, a sustentabilidade e a preservação de práticas culturais. Enfatiza a vida coletiva e a autossuficiência alimentar, apontando para um modelo de vida que valoriza o equilíbrio e a interdependência com o meio ambiente (LIBERATO, 2019).

Os conhecimentos indígenas sobre o uso e a conservação dos ecossistemas amazônicos são fundamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e soberania alimentar, em contraste com práticas produtivas que degradam os recursos naturais e comprometem a autonomia indígena. Contudo, a soberania alimentar indígena não é uma prioridade para o

Estado brasileiro, que prefere investir em grandes projetos e no agronegócio em terras indígenas, focando na produção de *commodities* e biocombustíveis (RAMOS; NODA; MARTINS, 2021).

Os povos indígenas no Brasil enfrentam uma tripla carga de doenças: infecciosas, crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão, além de problemas sociais como depressão e abuso de álcool (CARIOCA *et al.*, 2021; ALVES *et al.*, 2019). A substituição da dieta tradicional indígena por dietas ricas em calorias e com baixo valor nutricional contribui para a obesidade e impacta negativamente tanto a saúde quanto o meio ambiente, desafiando os princípios de sustentabilidade (MARTINELLI; CAVALLI, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2010, define alimentação sustentável como padrões de consumo que promovem segurança alimentar e nutricional, baixo impacto ambiental e estilos de vida saudáveis para as gerações presentes e futuras (BURLINGAME; DERNINI, 2012).

Uma alimentação saudável é fundamental para o crescimento, desenvolvimento e prevenção de doenças, sendo que uma dieta equilibrada pode aumentar a expectativa de vida (ALVES; CUNHA, 2020). O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) ressalta a importância de consumir uma variedade de alimentos em quantidades adequadas, enfatizando a importância da variedade, moderação e equilíbrio na dieta.

Santos *et al.* (2021) salientam que as práticas alimentares são influenciadas por uma diversidade de fatores, incluindo aspectos nutricionais, demográficos, econômicos, culturais, ambientais, psicológicos e sociais. Eles destacam a vulnerabilidade de estudantes universitários a práticas alimentares inadequadas devido a pressões sociais e à adaptação a novos ambientes.

Os padrões alimentares contemporâneos, que privilegiam dietas ricas em calorias e com baixa diversidade nutricional, contribuem para o aumento da obesidade e geram impactos ambientais negativos. A valorização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e da sociobiodiversidade é fundamental para ampliar a diversidade alimentar em populações vulneráveis. Mudanças individuais na dieta, a incorporação da sustentabilidade nas orientações dietéticas e o estímulo à produção local são vitais para diminuir a pressão sobre os sistemas alimentares globais (MARTINELLI; CAVALLI, 2019).

A disparidade no acesso a alimentos entre zonas urbanas e comunidades indígenas é marcante. Enquanto indivíduos dessas comunidades se deslocam para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de vida, a sustentabilidade alimentar nas comunidades é preservada por meio de práticas como a pesca, a caça e a agricultura familiar (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019).

O debate sobre SAN está intrinsecamente ligado à soberania alimentar dos povos tradicionais, levando em consideração o papel socioambiental de seus territórios (COSTA; SILVA, 2017). A promoção de uma alimentação saudável exige uma abordagem abrangente que englobe produção sustentável, processamento, distribuição e consumo consciente de alimentos (MARTINELLI; CAVALLI, 2019). O Guia Alimentar para a População Brasileira serve como exemplo de recomendações que integram práticas sustentáveis e ressalta a importância da colaboração intersetorial para superar os desafios relacionados à alimentação saudável e sustentável (BRASIL, 2014; MARTINELLI; CAVALLI, 2019).

O estudo de Machado *et al.* (2021) destaca a complexidade da saúde, abordando aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais, e sublinha a importância de uma alimentação saudável, estabilidade financeira e infraestrutura de higiene para o bem-estar socioeconômico e a promoção da saúde. O estudo aponta que as condições socioeconômicas têm um impacto maior nas desigualdades de saúde do que as características biológicas, ressaltando a necessidade de políticas públicas que assegurem acesso a uma dieta equilibrada e a serviços essenciais.

3.5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa ressalta a complexa interação entre as tradições alimentares ancestrais e as influências do ambiente acadêmico e urbano nos estudantes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Os resultados confirmam que as práticas alimentares cotidianas desses estudantes, embora baseadas em tradições culturais, estão em constante adaptação às novas realidades acadêmicas e urbanas.

A adaptação observada é notável, pois reflete não apenas a disponibilidade de alimentos nos contextos urbanos, mas também a disposição dos estudantes em experimentar e integrar novas experiências alimentares em suas dietas, mantendo, no entanto, uma conexão com suas raízes culturais. Os participantes demonstraram uma compreensão ampla do conceito de alimento, incluindo uma variedade de produtos, desde itens tradicionais indígenas até alimentos ultraprocessados.

Os resultados indicam uma adaptação dinâmica desses estudantes às novas realidades, caracterizada pela inclusão de alimentos industrializados e pela preservação de aspectos importantes de suas culturas alimentares tradicionais. Essa dualidade nas práticas alimentares mostra uma estratégia de sobrevivência cultural, na qual a integração cultural e a soberania alimentar são essenciais.

A apreciação dos alimentos tradicionais e a crescente conscientização sobre os impactos da alimentação na saúde física indicam uma combinação do conhecimento tradicional com

visões contemporâneas sobre nutrição saudável. Contudo, a frequência do consumo de itens ultraprocessados evidencia a interação entre as tradições culturais indígenas e as influências alimentares externas, apresentando um desafio em manter o equilíbrio entre a preservação da identidade cultural e as exigências da vida moderna.

Esta pesquisa apresentou algumas limitações que devem ser levadas em consideração. Primeiramente, os participantes foram limitados aos estudantes do Instituto Insikiran, o que pode restringir a generalização dos resultados para outros contextos indígenas. Ademais, a coleta de dados foi baseada em narrativas, que podem estar sujeitas a vieses de memória ou a tendências de desajustabilidade social nas respostas.

Pesquisas futuras devem explorar mais profundamente a relação entre as práticas alimentares de estudantes indígenas e a saúde, incluindo mais instituições e comunidades para compreender as variações culturais e geográficas. Estudos longitudinais poderiam esclarecer como essas práticas evoluem com a formação acadêmica e a vida urbana. É essencial avaliar intervenções educacionais e de saúde em colaboração com comunidades indígenas para promover práticas alimentares saudáveis que respeitem as tradições culturais diante dos desafios da modernidade.

Em conclusão, esta pesquisa sublinha a importância de desenvolver políticas e programas que apoiem os estudantes indígenas na manutenção de uma dieta equilibrada e saudável, respeitando suas identidades culturais e promovendo a saúde e o bem-estar em seus contextos de vida contemporâneos. Ao enfrentar as limitações e explorar novas áreas de pesquisa, podemos contribuir para o desenvolvimento de estratégias que fortaleçam a sustentabilidade e a soberania alimentar indígena diante das transformações sociais e culturais.

4 Representações Sociais da Saúde-Doença-Cuidado, Segurança e Soberania Alimentar dos Estudantes Indígenas do Insikiran⁴

4.1 INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) refere-se a garantir que a humanidade tenha acesso a alimentos fundamentais, adequados e seguros, em quantidade suficiente, de forma consistente e sem comprometer a obtenção de outras necessidades essenciais. Baseia-se em hábitos alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma vida digna e desenvolvimento integral (SANTOS; HENRIQUE, 2018). Os princípios e diretrizes da SAN determinam que as práticas alimentares promotoras de saúde devem respeitar a diversidade cultural e ser social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004). A SAN, como um direito humano, abrange aspectos éticos e estruturais, incluindo o enfrentamento das questões sociais e econômicas desiguais (RIBEIRO; PILLA, 2013).

Nesta pesquisa, serão abordadas as representações sociais (RS) desenvolvidas pelos estudantes indígenas do Instituto Insikiran em relação à saúde-doença-cuidado, SAN, insegurança e soberania alimentar. Assim, a pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar que interliga áreas como Educação, Saúde e Ciências Sociais Aplicadas.

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (2012; 1978), serve como uma base teórica e metodológica essencial para pesquisas em áreas como educação, saúde, medicina, antropologia e psicologia (Sobral, 2022). Esta teoria destaca as RS como formas de conhecimento prático, geradas na vida cotidiana e na realidade vivida pelos indivíduos. Moscovici (2012, 1978) enfatiza que essas representações integram o conhecimento espontâneo do grupo com conceitos científicos adaptados à vida diária, orientando os indivíduos em seus contextos sociais e facilitando a comunicação dentro da comunidade.

Estudos recentes, como os de Sobral (2022) e Chamon, Miragaia e Monteiro (2020), expandiram as ideias de Moscovici, explorando como as representações sociais auxiliam na interpretação do desconhecido por meio dos processos de objetivação e ancoragem. Esses processos transformam conceitos abstratos em elementos concretos e incorporam novas ideias ao contexto familiar do grupo, promovendo a assimilação eficiente de novas informações.

⁴Este artigo foi publicado em inglês: ALVES, A. P. B.; RODRIGUES, F. dos S.; PEREIRA, M. J. A. *Social representations of health-disease-care, security, and food sovereignty of indigenous students from Insikiran. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/issue/view/43>

Sobral (2022) enfatiza que, no campo da saúde, a aplicação da Teoria das Representações Sociais tem contribuído para enriquecer o conhecimento e a compreensão na medicina e na saúde coletiva, considerando o indivíduo em suas várias dimensões e não apenas sob uma perspectiva biológica. Ele destaca a importância da teoria para repensar práticas e cuidados no campo da saúde mental com a população indígena. Correa e Maia (2021) afirmam que estudos utilizando essa abordagem podem ajudar a desconstruir estereótipos culturais, promovendo o respeito pela cultura indígena.

Este estudo é de inestimável relevância, pois aborda as representações sociais (RS) de saúde-doença-cuidado, segurança, insegurança e soberania alimentar entre os estudantes indígenas, preenchendo assim uma lacuna significativa na literatura acadêmica. A análise é conduzida no contexto do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, proporcionando uma compreensão contextualizada dessas percepções. Portanto, surge a seguinte questão: quais são as representações sociais de saúde-doença-cuidado, segurança, insegurança e soberania alimentar entre os estudantes do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena?

Assim, por meio de uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, esta pesquisa captura a complexidade das RS dos estudantes, fornecendo reflexões pertinentes que contribuem não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para a formulação de políticas e práticas inclusivas que respeitem a diversidade cultural e promovam a saúde e o bem-estar das comunidades indígenas. Portanto, este estudo buscou analisar as representações sociais de saúde-doença-cuidado, segurança, insegurança e soberania alimentar entre os estudantes indígenas do Instituto Insikiran.

4.2 MÉTODOS

Esta pesquisa foi um estudo de caso exploratório, descritivo e qualitativo que utilizou um corpus textual composto pelas respostas de 22 estudantes indígenas, relativas às perguntas norteadoras que formaram a estrutura das entrevistas semiestruturadas, abrangendo 7 temas principais, acompanhados por 10 perguntas preestabelecidas. As entrevistas tiveram uma duração média de 80 minutos cada. Os temas específicos explorados nas entrevistas incluíram as percepções dos participantes sobre saúde, doença, cuidados de saúde, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Insegurança Alimentar e Soberania Alimentar.

O contexto acessado foi o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena (Insikiran), uma unidade acadêmica associada à Universidade Federal de Roraima (UFRR), localizado na cidade de Boa Vista, Roraima.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e, posteriormente, encaminhada ao Comitê

de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima (CEP/UFRR) e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (MS), conforme estipulado nas Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 7 de abril de 2016, e seus complementos, que tratam dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. O estudo recebeu parecer de aprovação com o número 5.460.390 e CAAE 55309321.6.0000.5302.

Várias abordagens foram adotadas para convidar os participantes. Inicialmente, durante as aulas, foi obtida permissão dos professores para apresentar os objetivos da pesquisa aos estudantes e, posteriormente, convidá-los a participar das entrevistas semiestruturadas. Além disso, o recrutamento também ocorreu por meio de contatos iniciais feitos nas áreas comuns do Insikiran e por meio de comunicação prévia via e-mail ou WhatsApp, que serviram para agendar os encontros para as entrevistas.

Os participantes da pesquisa foram 22 estudantes indígenas, todos matriculados em um dos três cursos de graduação disponíveis no Insikiran: o Curso de Licenciatura Intercultural (CLI), o Curso de Bacharelado em Gestão Territorial Indígena (CGTI) e o Curso de Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena (CGSCI). Eles foram selecionados com base em critérios de inclusão específicos: serem falantes e leitores da língua portuguesa, terem mais de 18 anos de idade e concordarem voluntariamente em participar do estudo. Aqueles que não atenderam a esses critérios foram excluídos da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu entre 20 de junho de 2022 e 30 de janeiro de 2024, adaptando-se à disponibilidade dos participantes. Após aceitarem participar por meio de um convite formal e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram realizadas entrevistas individuais. Estas foram conduzidas pela pesquisadora principal do projeto em uma sala privada no Instituto Insikiran, garantindo a privacidade e a confidencialidade das informações coletadas. Com a permissão dos participantes, as entrevistas foram gravadas para documentação e análise subsequente. Para organizar os dados e preservar o anonimato dos entrevistados, cada um foi designado com um código numérico sequencial (01, 02, 03, 04, etc.), correspondente à ordem em que as entrevistas foram realizadas.

As informações sobre os participantes foram organizadas em planilhas do Excel, e análises estatísticas descritivas foram realizadas utilizando o *software* IBM® SPSS® (versão 24). Variáveis como sexo, idade, etnia, curso e período de estudo foram consideradas e expressas em frequências absolutas e relativas (VIEIRA, 2022).

Para a análise das entrevistas, foi utilizado o *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), uma ferramenta

proeminente em análise textual. Criado por Pierre Ratinaud, o IRaMuTeQ estava inicialmente disponível apenas em francês, mas desde 2009 expandiu seu suporte para diversos idiomas, aumentando seu uso em pesquisas globais (SOUZA *et al.*, 2018; CAMARGO; JUSTO, 2013).

Desenvolvido na linguagem Python e incorporando funcionalidades do *software* estatístico R, o IRaMuTeQ oferece uma plataforma robusta para diversas análises estatísticas de dados textuais. Sua implementação no Brasil, a partir de 2013, marcou um avanço significativo, especialmente em estudos de representações sociais. Desde então, sua aplicação se expandiu para outras áreas de pesquisa, fortalecendo a análise qualitativa em diversos domínios do conhecimento (SOUZA *et al.*, 2018).

O IRaMuTeQ oferece uma variedade de funcionalidades, incluindo a quantificação da frequência de palavras, análises multivariadas como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), bem como técnicas como nuvens de palavras e análise de similitude. Essas ferramentas permitem uma investigação detalhada de dados textuais, como entrevistas e documentos, facilitando a detecção de padrões, tendências e estruturas no corpus analisado (SOUZA *et al.*, 2018; CAMARGO; JUSTO, 2013). As configurações padrão do *software* foram preservadas para garantir uma análise consistente, alinhada com as características linguísticas e semânticas do corpus. Após a organização do corpus textual, foram realizadas duas análises: Análise Lexicográfica Clássica e Classificação Hierárquica Descendente (CHD) de segmentos de texto, todas realizadas com o auxílio do *software* IRaMuTeQ, versão 0.7.

A Análise Lexicográfica Clássica examinou a estrutura e o vocabulário do corpus textual, realizando contagens de palavras e identificando hapax legomena. Este método enriqueceu a compreensão dos aspectos linguísticos e semânticos por meio da análise detalhada das unidades lexicais. A lematização para formas básicas e a criação de um dicionário de formas reduzidas foram essenciais para discernir padrões de uso linguístico, destacando tanto formas verbais ativas quanto passivas, seguindo as diretrizes de Camargo e Justo (2021).

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é uma técnica de análise de clusters descrita por Mendes *et al.* (2019), que organiza palavras de um texto em classes lexicais com base na frequência e na posição. Utilizando tabelas de contingência para registrar a coocorrência dessas palavras, a CHD facilita a visualização das relações entre classes lexicais e auxilia na identificação de padrões e categorias semânticas. Este método revela a estrutura subjacente das narrativas, destacando as conexões entre diferentes temas e conceitos (CAMARGO; JUSTO, 2013).

4.3 RESULTADOS

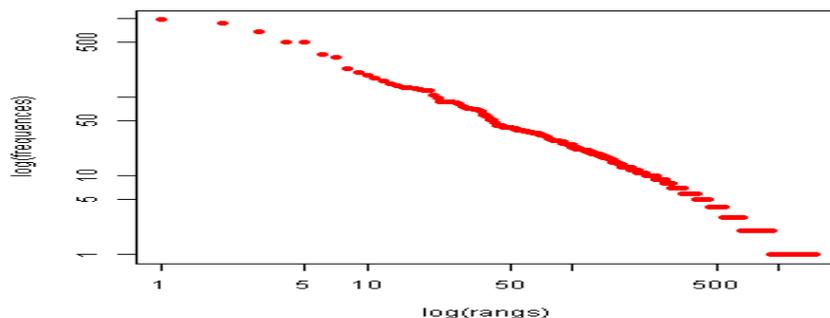
A pesquisa envolveu 22 estudantes indígenas, cuja caracterização considerou variáveis como sexo, idade, etnia, curso e período de estudo. Observou-se uma predominância do gênero feminino, representando 76,36% (n=17) dos participantes, enquanto o gênero masculino representou 22,73% (n=5) da amostra. Em termos de idade, houve uma concentração significativa na faixa etária de 21 a 30 anos, abrangendo 81,82% (n=18) dos participantes, com idades variando entre 22 e 26 anos. Notavelmente, a presença de participantes com 26 anos foi significativa, correspondendo a 31,82% (n=7) da amostra. A idade mediana foi de 26 anos, com um desvio padrão de aproximadamente 8,14 anos.

Em relação à etnia, os grupos Macuxi e Wapichana foram os mais representativos, correspondendo a 50% (n=11) e 40,91% (n=9) dos participantes, respectivamente. A etnia Wai-Wai teve a menor representação, com 4,55% (n=1) da amostra. A maioria dos estudantes estava inscrita no curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena, representando 77,27% (n=17) do total.

Os cursos de Licenciatura Intercultural e Gestão Territorial Indígena tiveram menor participação, cada um contribuindo com 9,09% (n=2) do total de participantes. Quanto à distribuição por período de estudo, houve um equilíbrio entre os períodos “3 a 5” e “9 ou mais”, ambos representando 40,91% (n=9) dos participantes. O período “6 a 8” teve uma frequência menor, representando 18,18% (n=4) da amostra.

A Análise Lexicográfica do corpus textual, composto por 22 entrevistas (22 textos), revelou um total de 15.141 ocorrências, incluindo palavras e diversas formas. Entre estas, identificamos 1.494 palavras distintas. Substancialmente, 556 dessas palavras (37,22% do total de formas distintas) foram classificadas como hapax, ou seja, termos que apareceram apenas uma vez, representando 3,67% do total de ocorrências. A análise detalhada indica uma média de 688,23 ocorrências por texto, demonstrando a riqueza lexical e a diversidade temática abordada pelos participantes nas entrevistas, conforme mostrado na Figura 7.

Figura 7 - Estatística Textual do Corpus das Representações Sociais sobre saúde-doença-cuidado; segurança, insegurança e soberania alimentar

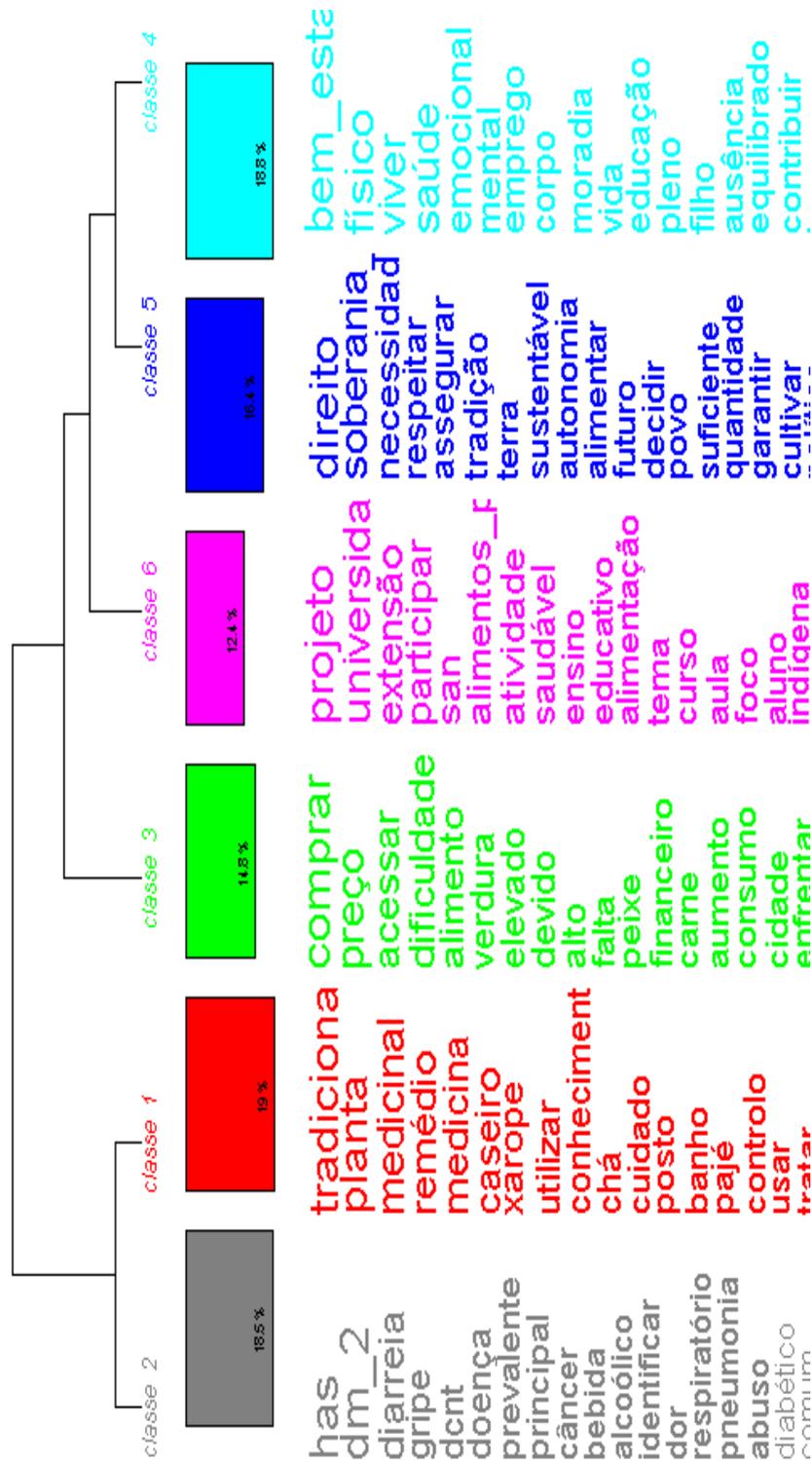


Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

Após a lematização do corpus textual, foram identificadas 1.322 palavras ativas e 160 formas suplementares. Entre as palavras ativas, as seis mais frequentes foram: “ser”(verbo suplementar, 323 ocorrências); “ter” (verbo suplementar, 205 ocorrências); “alimento” (substantivo, 189 ocorrências); “comunidade” (substantivo, 161 ocorrências); “doença” (substantivo, 134 ocorrências); e “saúde” (substantivo, 123 ocorrências). Além disso, o *software* IRaMuTeQ classificou 378 dos 429 segmentos de texto (88,11% do corpus), demonstrando alta eficiência na utilização dos dados para análise. Este resultado destaca a prevalência do vocabulário relacionado à saúde e à soberania alimentar entre os participantes, bem como a importância dessas categorias no contexto das entrevistas.

A Figura 8 ilustra os resultados obtidos pela CHD, resumindo dados extraídos do corpus textual: 22 textos, 429 segmentos de texto, 2.239 formas, 15.141 ocorrências, 1.494 lemas, 1.322 formas ativas, 160 formas suplementares, das quais 553 formas ativas tiveram uma frequência de três ou mais. O número médio de formas por segmento foi de 35,29, e seis agrupamentos foram identificados, com 378 segmentos (88,11% do total) classificados, resultando na formação de seis classes lexicais distintas.

Figura 8 - Dendrograma das seis classes lexicais obtidas a partir da CHD das Representações Sociais sobre saúde-doença-cuidado; segurança, insegurança e soberania alimentar



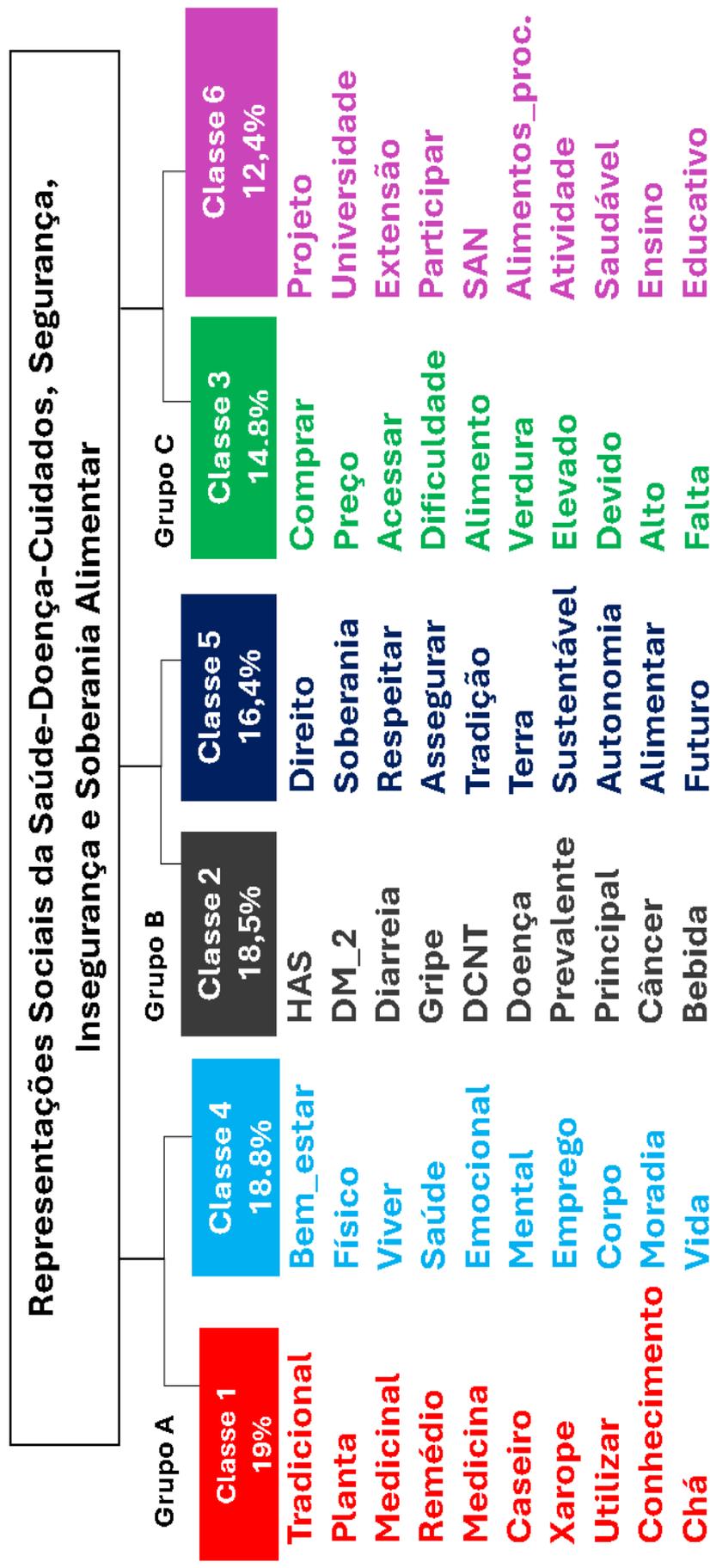
Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

A aplicação da CHD permitiu a organização das classes lexicais identificadas no corpus em três grupos temáticos principais, denominados A, B e C, conforme descrito a seguir:

- Grupo A: este agrupamento abrange a Classe 1, que representa 19,05% (72/378) do total e foca no cuidado com a saúde, e a Classe 4, que compreende 18,78% (71/378) e se concentra nas percepções de saúde. A proximidade percentual entre essas classes indica uma relação temática estreita, destacando a importância do cuidado com a saúde e das percepções nas representações sociais dos participantes.
- Grupo B: consiste na Classe 2, que abrange 18,52% (70/378) do total e aborda representações sociais relacionadas à doença, e na Classe 5, que representa 16,4% (62/378) e se concentra nas concepções de soberania alimentar. Este grupo reflete uma segunda área de interesse temático, destacando preocupações distintas, mas igualmente importantes, dentro do corpus.
- Grupo C: composto pelas Classes 3 e 6, que abordam, respectivamente, as compreensões sobre Insegurança Alimentar (14,81% - 56/378) e as Noções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como as atividades relacionadas à SAN na universidade (12,43% - 47/378). Este grupo revela um terceiro eixo temático significativo, destacando as preocupações dos participantes com os aspectos nutricionais e a segurança alimentar.

A organização das classes lexicais em três grupos principais será meticulosamente ilustrada em uma figura adaptada a partir do dendrograma (ver Figura 8) elaborado pelo IRaMuTeQ, que ainda incluirá as 10 palavras ativas mais proeminentes por classe (ver Figura 9). Esta disposição das classes e a delimitação dos grupos temáticos centrais fornecem uma perspectiva estruturada e abrangente das dinâmicas semânticas manifestadas nas entrevistas. Tal estruturação serve como base para interpretações subsequentes e análises mais detalhadas dos dados coletados.

Figura 9 - Grupos e suas Classes Lexicais



Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

De acordo com a Figura 9, a análise das classes lexicais pela CHD mostra que o Grupo A é o mais representativo, abrangendo 37,5% dos segmentos de texto analisados. Dentro deste grupo, a Classe 1, focada no cuidado com a saúde, é a mais proeminente, seguida pela Classe 4, que trata das percepções de saúde, destacando a importância dos temas de saúde e cuidado entre os participantes. Em seguida, o Grupo B, com a Classe 2 sobre representações sociais de doença e a Classe 5 sobre soberania alimentar, formam o próximo nível de representatividade, mostrando outras áreas temáticas de interesse.

As Classes 3 e 6 formam o Grupo C, que abordam, respectivamente, a insegurança alimentar e a segurança alimentar e nutricional (SAN), além de atividades relacionadas à SAN na universidade. Elas representam temas subsequentes, enfatizando preocupações com a alimentação e a nutrição. Esta ordem de representatividade indica a priorização temática nas representações sociais dos participantes, desde questões gerais de saúde até aspectos específicos da segurança alimentar.

A distribuição dos segmentos de texto entre as classes lexicais revelou a diversidade temática e a riqueza das representações sociais no corpus. A proeminência do Grupo A indica uma ênfase em temas específicos, refletindo as principais preocupações e percepções dos participantes. A hierarquia dentro das classes sugere uma gradação nos temas abordados, proporcionando uma base sólida para a análise das narrativas.

Esses resultados foram essenciais para compreender as nuances das representações sociais dos participantes, oferecendo uma visão detalhada dos temas discutidos nas entrevistas. A categorização das palavras em classes lexicais e sua organização em grupos possibilitou uma análise estruturada do corpus, revelando padrões discursivos nas narrativas dos participantes. As classes lexicais foram nomeadas de acordo com os principais temas emergentes, representando as diversas representações sociais sobre saúde, doença, segurança, insegurança e soberania alimentar entre os participantes. As denominações foram atribuídas com base nos temas identificados:

a) Grupo A:

- Classe 1: designada “Práticas Tradicionais de Cuidados com a Saúde”, é focada nos cuidados primários de saúde, tanto individuais quanto familiares. Este título está totalmente relacionado às representações dos estudantes sobre os cuidados com a saúde:

“O nosso conhecimento tradicional é utilizado para cuidar da nossa família e para o benefício de todos os membros da comunidade indígena. Dependendo da doença, o residente da comunidade continua a consultar o médico, realizar avaliações e exames médicos, e continua tomando medicamentos industrializados” (N01).

“Acredito que o conhecimento tradicional dos povos indígenas pode ser muito útil no cuidado e controle das doenças identificadas em minha comunidade. A medicina tradicional pode não ser a solução para todas as doenças, mas certamente tem seu valor, especialmente para aliviar os sintomas de resfriados e diarreias. Normalmente preparamos xaropes e chás caseiros para essas condições, assim como para casos de vômito. Existem práticas tradicionais de saúde para tratar tumores, como o uso da folha de pirarucu aplicada diretamente no tumor, ajudando a extrair a secreção purulenta e aliviar o problema” (N06).

As cinco palavras mais proeminentes, juntamente com seus respectivos percentuais de ocorrência e classificações gramaticais, foram identificadas. Essas palavras refletem a valorização das práticas tradicionais de saúde entre os participantes:

- Tradicional (adjetivo) - mencionada 47 vezes, presente em 78,33% das ocorrências nesta classe, destacando a importância atribuída às práticas de saúde consagradas pelo tempo;
- Planta (substantivo) - referida 31 vezes, aparece em 100% das ocorrências dentro de sua categoria, enfatizando o valor das plantas medicinais no cuidado com a saúde;
- Medicinal (adjetivo) - mencionada 27 vezes, representando 100% das ocorrências, reforçando a relevância das propriedades curativas dos elementos naturais;
- Remédio (substantivo) - apareceu 26 vezes, constituindo 96,3% das ocorrências, indicando uma preferência por tratamentos naturais e caseiros;
- Medicina (substantivo) - citada 26 vezes, apareceu em 89,66% das ocorrências, abrangendo o conhecimento e as práticas relacionadas à saúde.

A Classe Lexical 1 enfatiza a valorização dos métodos tradicionais e dos remédios naturais. Termos como “tradicional”, “planta”, “medicinal” e “remédio” destacam a preferência por tratamentos naturais e o uso de preparações caseiras. A palavra “conhecimento” sublinha a importância da sabedoria ancestral na saúde, enquanto “uso” indica a aplicação prática desse conhecimento. Esta classe lexical ressalta a relevância das práticas tradicionais na promoção da saúde e no tratamento de doenças, mostrando a conexão entre saberes ancestrais e a qualidade de vida. Assim, a Classe 1 destaca a importância da medicina tradicional no cuidado com a saúde e a preferência por tratamentos naturais em detrimento dos métodos convencionais.

- A Classe 4, intitulada “Dimensões Holísticas da Saúde”, expressa as percepções dos estudantes sobre saúde que vão além dos aspectos biológicos, como podemos observar nas narrativas:

“Saúde significa muito mais do que apenas não estar doente fisicamente, envolve também o bem estar mental e emocional. É ter comida na mesa, um emprego estável e garantir que nossos filhos recebam uma boa educação. Saúde é se sentir bem por dentro e por fora, sem desconfortos ou enfermidades, e manter relações sociais positivas. Inclui ter paz

mental, uma casa própria, acesso à terra para cultivar e um meio ambiente saudável onde possamos plantar, colher e nos sustentar. Saúde é viver em harmonia emocional, possuir estabilidade e contentamento, e ter uma qualidade de vida que nos permita viver bem em nossas comunidades sem medo de perder nossas terras para invasores” (N08).

“Saúde é o bem estar de cada um, tanto físico, mental e social, como ter moradia digna, acesso a uma alimentação de qualidade, saneamento básico, trabalho para obter uma renda adequada todo mês, acesso à educação de qualidade para minha família, transporte próprio e momentos de lazer. E ter uma qualidade de vida, e ter um bem viver” (N19).

Assim, listamos as cinco palavras mais frequentes na Classe 4, acompanhadas de seus respectivos percentuais e categorias gramaticais:

- Saúde: a palavra mais citada, aparecendo 44 vezes e representando 41,9% das ocorrências nesta classe. Classificação gramatical: substantivo;
- Bem-estar: mencionada 22 vezes, com uma porcentagem de 75,96% das ocorrências para este termo. Classificação gramatical: substantivo;
- Vida: presente 21 vezes, constituindo 50,0% das ocorrências. Classificação gramatical: substantivo;
- Físico: aparece 20 vezes, o que representa 80,0% das ocorrências. Classificação gramatical: adjetivo;
- Viver: citado 16 vezes, com 84,21% das ocorrências. Classificação gramatical: verbo.

Esses termos enfatizam uma visão holística da saúde, entendida não meramente como a ausência de doença, mas como um estado de bem-estar físico, mental e social, influenciado por fatores sociais. A ênfase em “Saúde”, “Bem-estar” e “Vida” indica uma abordagem integrada que prioriza a qualidade de vida. “Físico” e “Viver” destacam a importância da saúde corporal e da experiência de uma vida plena, sublinhando a interação entre o bem-estar físico e os aspectos sociais, psicológicos e ambientais.

A Classe Lexical 4 aborda diferentes concepções de saúde, que vão desde visões tradicionais até aquelas moldadas por contextos urbanos e educacionais. A designação “Dimensões Holísticas da Saúde”, captura a essência das discussões dos participantes sobre as várias dimensões da saúde, oferecendo uma visão detalhada de como eles percebem e vivenciam a saúde em suas vidas diárias. Enfatiza a conexão entre o bem-estar físico, fatores psicológicos e condições socioeconômicas.

b) Grupo B:

- Classe 2: nomeada “Doenças Prevalentes e Condições de Saúde”, reflete as representações sociais dos participantes sobre as doenças e condições de saúde mais comuns em sua família e comunidade:

“Doença é quando eu estou sofrendo fisicamente, ou emocionalmente, quando estou com alguma dor, uma preocupação. As doenças que identifico na minha comunidade são as viroses, as diarreias e problemas respiratórios, principalmente em tempo de chuva, e as DCNT como HAS e a DM_2, e o abuso da bebida alcoólica que está presente entre mulheres, homens e jovens. Antigamente, essas doenças, a has e a DM_2, nem existiam na minha comunidade. As doenças mais prevalentes na minha família são as DCNT como HAS e a DM_2, e o abuso da bebida alcoólica” (N02).

“Doença é não poder realizar minhas atividades diárias, não trabalhar, fazer o que gosto, me sentir indisposta, triste, mal, não ter uma família estruturada e não ter alimento para meus filhos. As principais doenças que identifico na comunidade são depressão, vícios como o alcoolismo, DM_2, a has e doenças respiratórias em crianças, como pneumonia e diarreias” (N14).

As cinco palavras mais mencionadas nesta classe, juntamente com suas frequências de menção, percentuais e classificações gramaticais, foram:

- HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica) (substantivo) - mencionada 54 vezes, correspondendo a 88,52% das ocorrências nesta classe, sublinhando a hipertensão como uma condição de saúde significativa.
- DM_2 (Diabetes Mellitus Tipo 2) (substantivo) - citada 55 vezes, com 82,09% das ocorrências, destacando a diabetes tipo 2 como uma preocupação prevalente em saúde.
- Diarreia (substantivo) - referida 33 vezes, representando 94,28% das ocorrências, indicando a importância desta condição como um problema de saúde comum.
- Gripe (substantivo) - mencionada 26 vezes, constituindo 83,87% das ocorrências, enfatizando a gripe como uma enfermidade frequente na comunidade.
- DCNT (Doenças Crônicas Não Transmissíveis) (substantivo) - citada 23 vezes, com 85,19% das ocorrências, ressaltando a relevância das doenças crônicas como um assunto central de saúde.

Esta classe lexical destaca a preocupação dos participantes com doenças crônicas e infecciosas prevalentes em seu contexto, evidenciando as principais inquietações em termos de morbidade. As palavras mais citadas, como HAS, DM_2, diarreia e gripe, refletem a atenção dada às condições de saúde mais relevantes ou alarmantes, incluindo a ênfase em doenças

crônicas e infecções agudas (Diarreia e a Gripe). A expressão DCNT e o termo “doença” abarcam um espectro amplo de enfermidades crônicas, enquanto adjetivos como “prevalente” e “principal” reforçam a importância dessas condições. A menção de “bebida” sugere preocupações com hábitos de consumo e seus impactos na saúde. A classe 2 “Principais Condições de Saúde e Doenças Prevalentes”, encapsula as discussões e preocupações dos participantes sobre as condições de saúde mais significativas que afetam sua comunidade, sublinhando a complexidade e a diversidade das representações sociais sobre saúde.

- Classe 5: intitulada “Noções de Soberania Alimentar”, expressa as representações sociais dos participantes em relação à soberania alimentar, destacando a importância da autonomia e do controle sobre os recursos alimentares:

“A soberania alimentar é o direito do povo de determinar sua própria política alimentar, sem imposições externas, garantindo acesso a alimentos saudáveis e adequados culturalmente. Esse direito assegura também a valorização e preservação de práticas agrícolas tradicionais, fortalecendo a conexão com nossas raízes e saber tradicional” (N07).

“Soberania alimentar é o direito de ter acesso regular e sustentável a alimentos saudáveis, de acordo com a cultura e identidade alimentar de cada povo, incluindo a garantia de ter terra para plantar e a liberdade de decidir como e quais alimentos cultivar” (N13).

As cinco palavras mais mencionadas, acompanhadas com suas frequências de citação, percentuais e categorias gramaticais são:

- Direito (substantivo) - mencionado 28 vezes, representando 84,85% das ocorrências nesta classe, destacando a percepção da soberania alimentar como um direito fundamental.
- Soberania_alimentar (substantivo) – referida 20 vezes, com 90,91% das ocorrências, ressaltando a centralidade do conceito na discussão.
- Necessidades (substantivo) - aparece 20 vezes, correspondendo a 74,07% das ocorrências, indicando a ênfase nas necessidades alimentares básicas dentro do contexto de soberania alimentar.
- Respeitar (verbo) - citado 14 vezes, representando 82,35% das ocorrências, enfatizando a importância de respeitar as práticas alimentares tradicionais e os direitos alimentares.
- Assegurar (verbo) - aludido 13 vezes, com 86,67% das ocorrências, sublinhando a responsabilidade de garantir o acesso a alimentos adequados e sustentáveis.

A Classe Lexical 5, “Noções de Soberania Alimentar”, destaca conceitos fundamentais como o “direito” à alimentação adequada, a “soberania alimentar” como autonomia sobre os recursos alimentares, as “necessidades” de segurança alimentar, o “respeito” às tradições

alimentares e a “garantia” de acesso a alimentos sustentáveis. Essas expressões refletem a ênfase dos participantes na importância da soberania alimentar, englobando aspectos como direitos, tradições e sustentabilidade. Em resumo, esta classe lexical revela a complexidade das representações sociais dos participantes sobre a soberania alimentar, destacando preocupações com direitos alimentares, práticas tradicionais e sustentabilidade.

C) Grupo C:

- A Classe Lexical 3 designada como “Sentidos sobre Insegurança Alimentar”, expressa as representações sociais dos participantes sobre as suas concepções e dificuldades associadas à insegurança alimentar:

“Insegurança alimentar é quando percebo que não tenho nada em casa para alimentar minha família. Eu me preocupo muito com isso, especialmente com minhas filhas, pensando em como obter alimento. Fiquei sabendo sobre algumas pessoas na comunidade, em algum momento já passaram necessidade devido à falta de comida, embora isso não tenha acontecido na minha família. Já enfrentei dificuldades para acessar ou comprar alimentos, mas atualmente contamos com o auxílio do governo do Estado, um suporte para nós que moramos na cidade, inclusive em situações na comunidade. Esse auxílio é muito útil. Os preços dos alimentos estão elevados, tudo está caro, com 100 reais hoje, pouco se compra” (N20).

“A insegurança alimentar, acontece devido a problemas com o clima que prejudica a agricultura, os altos preços dos alimentos, a falta de emprego isso afeta o nosso acesso aos alimentos e nos deixa vulneráveis. Pessoalmente, já vivenciei épocas de falta de alimentos, enfrentando desafios pela ausência de alimentos básicos. Houve dias em que na hora do almoço não tinha nenhuma refeição, embora à noite conseguíamos preparar algo simples. Eu recordo de que, desde os tempos de menino, o café da manhã por vezes representava nosso único sustento no dia” (N22).

As cinco palavras mais referidas nesta classe, juntamente com suas frequências de citações, porcentagens e classificações gramaticais, são:

- Comprar (verbo) - citado 24 vezes, representando 89,89% das ocorrências nesta classe, destacando a ação de adquirir alimentos como um desafio na insegurança alimentar.
- Preço (substantivo) - referido 22 vezes, com 73,33% das ocorrências, ressaltando a preocupação com o custo dos alimentos como um fator crítico na acessibilidade alimentar.
- Acessar (verbo) - mencionado 14 vezes, correspondendo a 93,33% das ocorrências, indicando a dificuldade em obter alimentos como uma questão central na insegurança alimentar.
- Dificuldade (substantivo) - citado 15 vezes, representando 88,24% das ocorrências, enfatizando os obstáculos enfrentados no acesso a uma alimentação adequada.

- Alimento (substantivo) - referido 43 vezes, com 33,44% das ocorrências, sublinhando a centralidade dos alimentos na discussão sobre insegurança alimentar.

Termos como “comprar” e “preço” destacam a importância da capacidade financeira e do custo dos alimentos na acessibilidade alimentar. “Acesso” e “dificuldade” apontam para os desafios na obtenção de alimentos adequados, enquanto “alimento” sublinha a centralidade dos alimentos na discussão. A Classe Lexical 3, “Percepções de Insegurança Alimentar”, demonstra a preocupação dos participantes com questões de acessibilidade e disponibilidade de alimentos, destacando a natureza multifacetada das representações sociais de insegurança alimentar entre os entrevistados.

- Classe 6: intitulada “Conceitos e Iniciativas Universitárias em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN),” expressa as representações sociais dos participantes em relação aos conceitos e sua participação em atividades e projetos relacionados à SAN na UFRR:

“A SAN é sobre os alimentos, dependendo do que eu como, os alimentos podem ser benéficos ou maléficos para minha saúde. Fazer uso de alimentos orgânicos é importante pois são inofensivos e benéficos, sem causar danos à nossa saúde. Na universidade, participei de uma atividade de extensão sobre SAN, que buscou formas de levar para os estudantes indígenas o conhecimento sobre os alimentos e a reflexão sobre nosso consumo alimentar, e nos orientou sobre o consumo de uma alimentação saudável. Conseguimos levar o projeto de extensão para uma comunidade indígena e fazer uma orientação sobre os riscos do consumo dos alimentos processados e os benefícios para a saúde do consumo de uma alimentação saudável, e acredito que falar sobre alimentação saudável tem relação com a SAN” (N01).

“A SAN significa possuir a garantia de acesso a quantidades adequadas de alimentos, independentemente de serem nutritivos ou menos benéficos. Realizei atividades de ensino e pesquisa voltadas para san na universidade, eu cursei um tema contextual saúde e qualidade de vida na licenciatura que incluíam aulas educativas, estudos sobre alimentação tradicional, alimentos processados e comida de verdade. As aulas na universidade me ajudaram a pensar junto com os assuntos importantes para a comunidade em uma atividade para ser executada na escola que eu trabalho” (N09).

“A SAN representa o acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade adequada para a família, sem comprometer outras necessidades essenciais, é um direito fundamental de todos. Este direito inclui o respeito e a valorização das diversas práticas alimentares e culturas Participei de um projeto na universidade sobre san, uma experiência extremamente valiosa. O projeto envolveu trabalho com comunidades indígenas, educação sobre alimentos saudáveis e os perigos dos alimentos processados, além de atividades interativas com crianças, jovens e adultos” (N15).

As cinco palavras mais citadas nesta classe, suas frequências de citações, porcentagens e classificações gramaticais, são:

- Projeto (substantivo) - citado 19 vezes, representando 95,0% das ocorrências nesta classe, destacando a importância de iniciativas planejadas para promover a SAN.
- Universidade (substantivo) - referido 21 vezes, com 80,77% das ocorrências, ressaltando o papel da instituição de ensino superior na implementação de projetos relacionados à SAN.
- Extensão (substantivo) - mencionado 13 vezes, correspondendo a 92,86% das ocorrências, referindo-se às atividades de extensão universitária voltadas para a aplicação do conhecimento acadêmico em contextos reais para promover a SAN.
- Participar (verbo) - citado 15 vezes, representando 78,95% das ocorrências, enfatizando a ação de envolver-se ativamente em projetos e atividades de SAN.
- SAN (substantivo) - referido 25 vezes, com 51,02% das ocorrências, sendo o termo central que denota a Segurança Alimentar e Nutricional, sublinhando a temática principal da classe.

O termo “projeto” destaca a importância de iniciativas planejadas para abordar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), enquanto “universidade” enfatiza o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento e implementação desses projetos. “Extensão” refere-se às atividades universitárias que aplicam o conhecimento acadêmico em contextos reais para promover a SAN. O verbo “participar” sublinha o envolvimento ativo em projetos relacionados à SAN. O termo “SAN” é central, indicando a preocupação dos participantes com a segurança alimentar e nutricional.

Essas palavras demonstram o foco nas iniciativas educacionais e nas práticas acadêmicas voltadas para a promoção da SAN, destacando a diversidade das representações sociais de SAN entre os participantes. Portanto, a Classe Lexical 6, “Conceitos e Iniciativas Universitárias em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”, destaca as percepções e experiências dos participantes em relação às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade relacionadas à SAN.

4.4 DISCUSSÃO

Para identificar as Representações Sociais (RS) de saúde-doença-cuidado, SAN, insegurança e soberania alimentar desenvolvidas por estudantes indígenas, foi observado que o conhecimento comum está ancorado na compreensão biomédica, mas com uma perspectiva holística. Os participantes abordaram o processo saúde-doença considerando determinantes biopsicossociais, espirituais e socioambientais (COSTA *et al.*, 2018).

A percepção de saúde-doença-cuidado entre os povos indígenas transcende a perspectiva biomédica; as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde

devem considerar os “aspectos socioculturais e espirituais, valores e experiências vividas dos povos indígenas (...)” (SOUZA, 2017, p.157). Essa abordagem pode estar relacionada à tridimensionalidade das RS, sustentada pela “informação” que um grupo específico (estudantes indígenas) possui sobre saúde-doença-cuidado, seja por meio dos estudos universitários ou dos diálogos cotidianos e da mídia. Além disso, o “campo de representação” é mencionado como um unificador das tensões internas e do posicionamento de “atitudes” em relação à saúde e à doença, influenciadas pela cultura (COSTA *et al.*, 2018; COSTA; COUTINHO, 2018; MOSCOVICI, 2012).

As doenças mais frequentemente mencionadas pelos participantes do estudo em suas famílias e comunidades indígenas foram abuso de álcool, DCNTs, especialmente hipertensão e diabetes *mellitus* tipo 2, diarreia e resfriados. Em comparação com a população não indígena no Brasil, os povos indígenas sofrem com o acesso insuficiente a água potável de qualidade, resultando em um perfil epidemiológico relacionado à prevalência e incidência histórica de doenças infecciosas e parasitárias (SCOPEL; DIAS-SCOPEL; DIEHL, 2017).

Entre os povos indígenas, estão presentes doenças infecciosas e contagiosas, infecções sexualmente transmissíveis, doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) (como diabetes *mellitus* tipo 2, hipertensão e neoplasias, entre outras), doenças relacionadas a desordens sociais (como transtornos psiquiátricos, abuso de álcool, violência, mortes por suicídio e causas externas) (CARIOCA *et al.*, 2021; ALVES *et al.*, 2019; MALTA *et al.*, 2017).

Em relação às práticas de cuidados com a saúde, as RS dos participantes são baseadas tanto em seu conhecimento tradicional quanto na compreensão biomédica. Eles valorizam e reconhecem a eficácia de sua Medicina Tradicional, identificando que certas doenças requerem cuidados tradicionais, enquanto outras, típicas de não indígenas, necessitam de terapêuticas ocidentais. Frequentemente, esses tratamentos são utilizados de forma complementar. Esse fenômeno é observado no estudo de Mura e Silva (2012) sobre “A Tradição do Conhecimento, Processos Experienciais e Práticas de Cura entre os Kaiowa.”

Alguns estudos exploram a complexa interação entre os cuidados de saúde tradicionais e biomédicos entre os povos indígenas. Machado, Luz e Martins (2022) enfatizam a importância de os profissionais de saúde respeitarem e compreenderem as visões de mundo e as práticas de saúde únicas dos povos indígenas. Oliveira (2017) destaca o papel crucial da espiritualidade na saúde, frequentemente associada às práticas tradicionais de cura. Las Casas e Mattos (2022) sublinham a necessidade de humanização no atendimento biomédico e apontam especificamente para a importância de reconhecer e integrar as práticas tradicionais de cura nos

serviços de saúde. Esses estudos defendem uma abordagem holística da saúde que valoriza e combina práticas tradicionais e biomédicas para um tratamento verdadeiramente diferenciado.

Em relação aos itinerários terapêuticos praticados por comunidades tradicionais, é essencial observar todo o processo envolvido em suas práticas de cura. Isso inclui o cultivo e/ou extração de plantas medicinais, seu uso subsequente, bem como rituais de bênção, xamanismo, ebós e outras práticas de cura espiritual. Além disso, a compreensão de questões relacionadas ao território, ao uso da biodiversidade e aos recursos naturais constitui um vasto patrimônio de conhecimentos e práticas no cuidado da vida. No entanto, relatos indicam que o conhecimento nativo é frequentemente estigmatizado no contexto do atendimento à saúde das populações tradicionais (LAS CASAS; MATTOS, 2022).

Outro fundamento das RS dos estudantes indígenas reside nos conceitos de segurança, insegurança, soberania e nas iniciativas universitárias sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Isso destaca a diversidade de RS sobre esses conceitos entre os participantes e demonstra sua capacidade de integrar o conhecimento acadêmico com seu conhecimento tradicional, enfatizando sua autonomia. Os povos indígenas buscam determinar sua autonomia e esforçam-se para estabelecer comunicação com a sociedade nacional por meio dos campos da “educação, alimentação, medicina, ecologia e bem-estar”. Assim, eles visam fortalecer sua identidade, dignidade e conhecimento ancestral (LIBERATO, 2019, p. 50).

Freitas (2017) afirma que, com conquistas nos campos do território e da educação, os povos indígenas agora buscam a formação de seus pares em diversas áreas para proteger a autonomia de suas comunidades. Os povos indígenas continuam a resistir e a buscar a recuperação de seus direitos, que foram historicamente retirados pelo processo de dominação e colonização. Portanto, lutam por sua cultura, igualdade e justiça, respeitando as diferenças e suas etnias. Em relação aos seus modos de ser e viver no mundo, apresentam sua própria cosmologia e cosmogonia. Independentemente das características da paisagem de seus territórios, criam suas próprias formas relacionais e conhecimentos tradicionais (FREITAS, 2017).

Atualmente, existem estudos realizados por pesquisadores indígenas e não indígenas sobre a mudança nos hábitos alimentares e a incidência de doenças que anteriormente não existiam entre essas sociedades. Os alimentos tradicionais estão perdendo espaço para alimentos processados ricos em sódio, gorduras e açúcares. Essas mudanças precisam ser estudadas entendendo as significativas transformações sociais que ocorreram ao longo dos anos entre esses povos. Além disso, existem complexidades nos perfis de nutrição e fatores

determinantes, como deficiências, excessos e inadequações alimentares (TSERENHE'OMO, 2017; BANIWA, 2012; LEITE, 2012).

O ambiente desempenha um papel importante no processo de SAN. Pode-se destacar a extensão do espaço demográfico, pois ela permite o acesso aos alimentos e a prática de hábitos e costumes tradicionais. Portanto, é necessário considerar os aspectos culturais, a adaptação ao ambiente e a disponibilidade de recursos naturais para os meios de sustento da vida de cada povo (BRITO, 2019).

Liberato (2019) reitera essa visão ao enfatizar a relevância do território, do patrimônio cultural e da soberania alimentar indígena. Ele defende abordagens holísticas e contextualizadas que transcendem concepções simplistas, destacando a conexão entre comunicação, ancestralidade e mobilização social. Para as comunidades indígenas, a terra é fundamental, pois abriga o conhecimento essencial para a prática de seu bem viver (SILVA, 2023).

O conceito de soberania alimentar surge da relação entre as condições de fome e desnutrição e as políticas agrícolas e comerciais influenciadas por grandes corporações preocupadas em preservar seus níveis de lucro. Portanto, a soberania alimentar visa estabelecer políticas públicas que apoiem a produção indígena por meio de práticas agrícolas localmente adaptadas e incorporem a cultura alimentar das populações (RODRIGUES; SANTOS, 2018).

O conhecimento indígena sobre o uso e a conservação dos ecossistemas amazônicos é essencial para a segurança e soberania alimentar, em contraste com as práticas produtivas que degradam os recursos naturais e afetam a autonomia indígena. No entanto, a soberania alimentar indígena não é uma prioridade para o Estado brasileiro, que opta por investir em grandes projetos e no agronegócio em terras indígenas, priorizando a produção de commodities e biocombustíveis (RAMOS; NODA; MARTINS, 2021).

4.5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais de saúde-doença, cuidados de saúde, segurança, insegurança e soberania alimentar entre os estudantes indígenas do Instituto Insikiran. Os resultados revelam um complexo mosaico de percepções que refletem a interação entre o conhecimento tradicional e acadêmico, bem como a influência do contexto cultural e educacional específico dos participantes.

A análise lexicográfica destacou a riqueza lexical e a diversidade temática presentes nas entrevistas, com ênfase particular nas categorias relacionadas à saúde e soberania alimentar. Por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foi possível organizar as representações sociais em três grupos temáticos principais, revelando as preocupações dos estudantes em relação aos cuidados de saúde, doenças prevalentes e aspectos relacionados à

segurança alimentar e nutricional.

O Grupo A, composto por classes focadas nos cuidados de saúde e nas percepções de saúde, destaca a importância atribuída aos aspectos holísticos da saúde, que vão além dos aspectos biológicos e englobam o bem-estar físico, mental e social. Este resultado ressalta a valorização das práticas tradicionais de saúde e a percepção ampliada de saúde como sinônimo de bem viver. O Grupo B, que aborda as representações sociais relacionadas a doenças e soberania alimentar, reflete uma segunda área de interesse temático, destacando preocupações distintas, mas igualmente importantes, no contexto das entrevistas. A ênfase nas doenças crônicas não transmissíveis e nas questões relacionadas à autonomia e controle sobre os recursos alimentares ilustra as percepções dos estudantes sobre os desafios enfrentados em suas comunidades.

O Grupo C, composto por classes que discutem a insegurança alimentar, bem como a segurança alimentar e nutricional, revela um terceiro eixo temático significativo, enfatizando as preocupações dos participantes com os aspectos nutricionais e a segurança alimentar. A análise destaca a importância da participação dos estudantes em projetos e iniciativas universitárias voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Foi observada uma conexão entre os conceitos de saúde, doença, alimentação e comunidade, destacando a estrutura do campo representacional dos fatores associados às representações sociais dos participantes.

No entanto, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A amostra foi limitada a estudantes do Instituto Insikiran, o que pode restringir a generalização dos resultados para outros contextos indígenas. Além disso, são necessários estudos comparativos com estudantes que vivem exclusivamente em ambientes urbanos e comunitários para ampliar a compreensão das representações sociais sobre os temas abordados. Ademais, a coleta de dados foi baseada em narrativas, o que pode estar sujeita a vieses de memória ou tendências de desejabilidade social nas respostas.

Em resumo, os resultados deste estudo fornecem uma visão detalhada das representações sociais dos estudantes indígenas do Instituto Insikiran em relação à saúde-doença, cuidados de saúde, segurança, insegurança alimentar e soberania alimentar. As percepções identificadas refletem a interseção entre o conhecimento tradicional e acadêmico e destacam a importância de abordagens interdisciplinares e culturalmente sensíveis na promoção da saúde e do bem-estar nas comunidades indígenas. As limitações do estudo indicam a necessidade de pesquisas futuras para ampliar a compreensão dessas representações sociais em diferentes contextos e entre diferentes populações indígenas.

5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E AMBIENTE DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO INSIKIRAN⁵

5.1 INTRODUÇÃO

Este estudo explora as representações sociais de saúde, alimentação e ambiente entre estudantes do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, empregando a Teoria das Representações Sociais para entender como essas representações orientam os indivíduos e facilitam a comunicação na sociedade (BERTONI; GALINKIN, 2017; JODELET, 2005; MOSCOVICI, 2011; 1978).

Segundo Moscovici (1978), a representação social é um conjunto organizado de conhecimentos que permite as pessoas compreenderem a realidade física e social, inserindo-se em grupos e interações cotidianas, liberando a criatividade. As representações sociais (RS) são conhecimentos compartilhados baseados em um objeto específico e formam uma rede de comunicação que pode mudar com o tempo e as interações sociais. Essas RS variam entre os membros do grupo e conforme o contexto sociocultural. Jodelet (2001) afirma que membros de um mesmo grupo podem criar RS contraditórias em relação a outros grupos, resultando em trocas e mudanças constantes. Moscovici (2011) destaca que as RS são produtos da construção social da sociedade em que vivemos e incluem comportamentos e práticas de interação entre o objeto e o grupo.

A saúde é entendida como um conceito que transcende o bem-estar físico, mental e social, sendo influenciada por dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e religiosas (MACHADO *et al.*, 2021). A alimentação é uma ação que engloba fatores econômicos, sociais e culturais, é fundamental para a identidade cultural e a coesão social (DUARTE; BRISOLA; RODRIGUES, 2021). No contexto indígena, a diversidade cultural e a adoção de novas práticas alimentares são consideradas essenciais (BANIWA, 2012; LEITE, 2012; 2007).

Natureza, meio ambiente e ambiente são conceitos distintos, mas inter-relacionados. O ambiente inclui o meio ambiente e aspectos sociais, culturais, econômicos e tecnológicos que afetam a vida dos seres vivos (DULLEY, 2004). A investigação sobre o ambiente por meio das representações sociais possibilita a compreensão dos conhecimentos que um segmento específico da população tem sobre a condição do planeta e os recursos naturais (VIEIRA *et al.*, 2023).

⁵Essa seção foi submetida como artigo na Revista Ambiente & Sociedade em 04/04/2024. Disponível em: <https://mc04.manuscriptcentral.com/asoc-scielo>

As representações sociais, construídas para lidar com situações novas, influenciam comportamentos individuais e coletivos (BERTONI; GALINKIN, 2017; POLLI; CAMARGO, 2015). No contexto indígena, essas representações são especialmente relevantes, pois estão ligadas às cosmovisões, crenças e práticas tradicionais (CORREIA; MAIA, 2021; CARIOCA *et al.*, 2021; SILVA, 2022; SILVA; RIBEIRO; NAZARENO, 2021; SILVA, 2019). Entretanto, existem lacunas na compreensão dessas representações entre os estudantes indígenas do ensino superior.

Este trabalho preenche uma lacuna na literatura, adotando uma metodologia exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para analisar as percepções dos estudantes. A análise dos dados foi realizada com o *software* IRaMuTeQ, destacando os mundos lexicais mais frequentes e fornecendo subsídios para a interpretação qualitativa (SOUZA *et al.*, 2018; CAMARGO; JUSTO, 2021). O estudo é relevante por esclarecer as representações sociais de estudantes indígenas sobre saúde, alimentação e ambiente, contribuindo para práticas sustentáveis e preservação cultural, além de oferecer reflexões para políticas e práticas educacionais e de saúde voltadas às necessidades indígenas.

Esta pesquisa investigou as representações sociais sobre saúde, alimentação e ambiente entre os estudantes indígenas do Instituto Insikiran, e como essas representações influenciam suas práticas e percepções cotidianas. O objetivo principal foi descrever os sentidos e significados da saúde, alimentação e ambiente elaborados pelos estudantes, buscando compreender como essas percepções influenciam suas práticas cotidianas.

2 MÉTODOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem exploratória, descritiva e qualitativa (MEDEIROS, 2023; GIL, 2018). Foi realizada no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena (Insikiran), na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista-Roraima, entre 20/06/2022 e 30/01/2024. A aprovação ética foi obtida da Plataforma Brasil, do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRR e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, com o parecer positivo número 5.460.390 e CAAE: 55309321.6.0000.5302.

Os participantes deste estudo foram selecionados por amostragem por conveniência, de forma similar ao método de Pancieri *et al.* (2018). O recrutamento foi realizado por meio de contatos iniciais nas áreas comuns do Insikiran e comunicação prévia por e-mail ou *WhatsApp*, utilizados para agendar as entrevistas.

A pesquisa envolveu 22 estudantes indígenas de três cursos de graduação que funcionam no Insikiran: Curso de Licenciatura Intercultural (CLI), Curso de Bacharelado em

Gestão Territorial Indígena (CGTI) e o Curso de Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena (CGSCI). Os critérios de inclusão foram fluência em português, idade acima de 18 anos e consentimento voluntário. As entrevistas foram realizadas individualmente em uma sala privada no Instituto Insikiran, gravadas com permissão dos participantes, e cada um recebeu um código numérico sequencial para garantir anonimato.

Os dados foram organizados em planilhas no Excel e analisados estatisticamente no *software* IBM® SPSS® (versão 24). Os resultados foram estratificados por sexo, idade, faixa etária, etnia, curso e período de estudo, sendo expressos em medidas de tendência central (média, mediana e moda) e desvio-padrão. As frequências absoluta e relativa foram usadas para apresentar as variáveis categóricas (VIEIRA, 2022).

O estudo coletou respostas dos estudantes às perguntas estruturadas do roteiro das entrevistas, abordando saúde, alimentação e ambiente por meio de 20 questões pré-definidas. As questões da pesquisa buscavam entender as percepções dos estudantes sobre saúde, alimentação e ambiente, e como esses aspectos estão interligados em suas vidas. As entrevistas, com duração média de 80 minutos, permitiram esclarecer dúvidas e garantir a compreensão das questões discutidas.

Para análise dos dados qualitativos, foi utilizado o *software* IRaMuTeQ, uma ferramenta robusta para manuseio de grandes volumes de texto e realização de diversas técnicas analíticas, incluindo Análise Lexicográfica Clássica, Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC), Análise de Similitude e Nuvem de Palavras (SOUZA *et al.*, 2018; CAMARGO; JUSTO, 2021). O IRaMuTeQ, versão 0.7 foi usado para analisar as respostas das entrevistas, identificando padrões e temas recorrentes, o que permitiu uma compreensão aprofundada das representações sociais no grupo estudado (GÓES *et al.*, 2021; CAMARGO; JUSTO, 2021).

Duas análises principais foram realizadas: a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a análise de similitude. A CHD agrupa palavras ativas de um texto em classes lexicais, baseando-se em frequência e posição, para destacar relações entre grupos e identificar padrões e categorias de significado (Camargo; Justo, 2021; Mendes *et al.*, 2019).

A análise de similitude, baseada na teoria dos grafos, gera um grafo que mostra as conexões entre as palavras de um corpus, permitindo deduzir a estrutura do texto e os temas relevantes a partir da coocorrência das palavras (MAHEMA, 2022; CAMARGO; JUSTO, 2021; COSTA *et al.*, 2018; SALVIATI, 2017). Essa análise proporciona uma representação visual das relações entre os elementos do modelo matemático, complementando a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

5.3 RESULTADOS

A maioria dos participantes da pesquisa era do sexo feminino (77,27%) e tinha entre 21 e 30 anos (81,82%), com destaque para a idade de 26 anos (31,82%). A Tabela 5 mostra a distribuição dos participantes por sexo, idade, etnia, curso e período de estudo, oferecendo uma visão geral das características demográficas e acadêmicas dos estudantes indígenas entrevistados.

Tabela 5 - Distribuição dos Participantes por sexo, idade, etnia, curso e período de estudo

Participantes	Sexo	Idade	Faixa etária	Etnia	Curso	Período
01	Feminino	26	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	9 ou +
02	Feminino	26	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	9 ou +
03	Feminino	35	31 a 40 a	Wapichana	CGSCI	9 ou +
04	Feminino	26	21 a 30 a	Wapichana	CGSCI	3 ao 5
05	Masculino	26	21 a 30 a	Macuxi	CLI	6 ao 8
06	Feminino	23	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	3 ao 5
07	Feminino	24	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	3 ao 5
08	Masculino	26	21 a 30 a	Macuxi	CLI	6 ao 8
09	Masculino	26	21 a 30 a	Macuxi	CGTI	6 ao 8
10	Feminino	22	21 a 30 a	Wapichana	CGSCI	6 ao 8
11	Feminino	23	21 a 30 a	Wapichana	CGSCI	3 ao 5
12	Feminino	22	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	9 ou +
13	Feminino	23	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	9 ou +
14	Feminino	50	41 a 50 a	Wapichana	CGSCI	9 ou +
15	Feminino	50	41 a 50 a	Wapichana	CGSCI	9 ou +
16	Feminino	22	21 a 30 a	Wapichana	CGSCI	3 ao 5
17	Feminino	36	31 a 40 a	Macuxi	CGSCI	3 ao 5
18	Feminino	23	21 a 30 a	Wai-Wai	CGSCI	3 ao 5
19	Feminino	24	21 a 30 a	Wapichana	CGSCI	3 ao 5
20	Feminino	26	21 a 30 a	Wapichana	CGSCI	9 ou +
21	Masculino	24	21 a 30 a	Macuxi	CGSCI	9 ou +
22	Masculino	33	31 a 40 a	Macuxi	CGTI	9 ou +

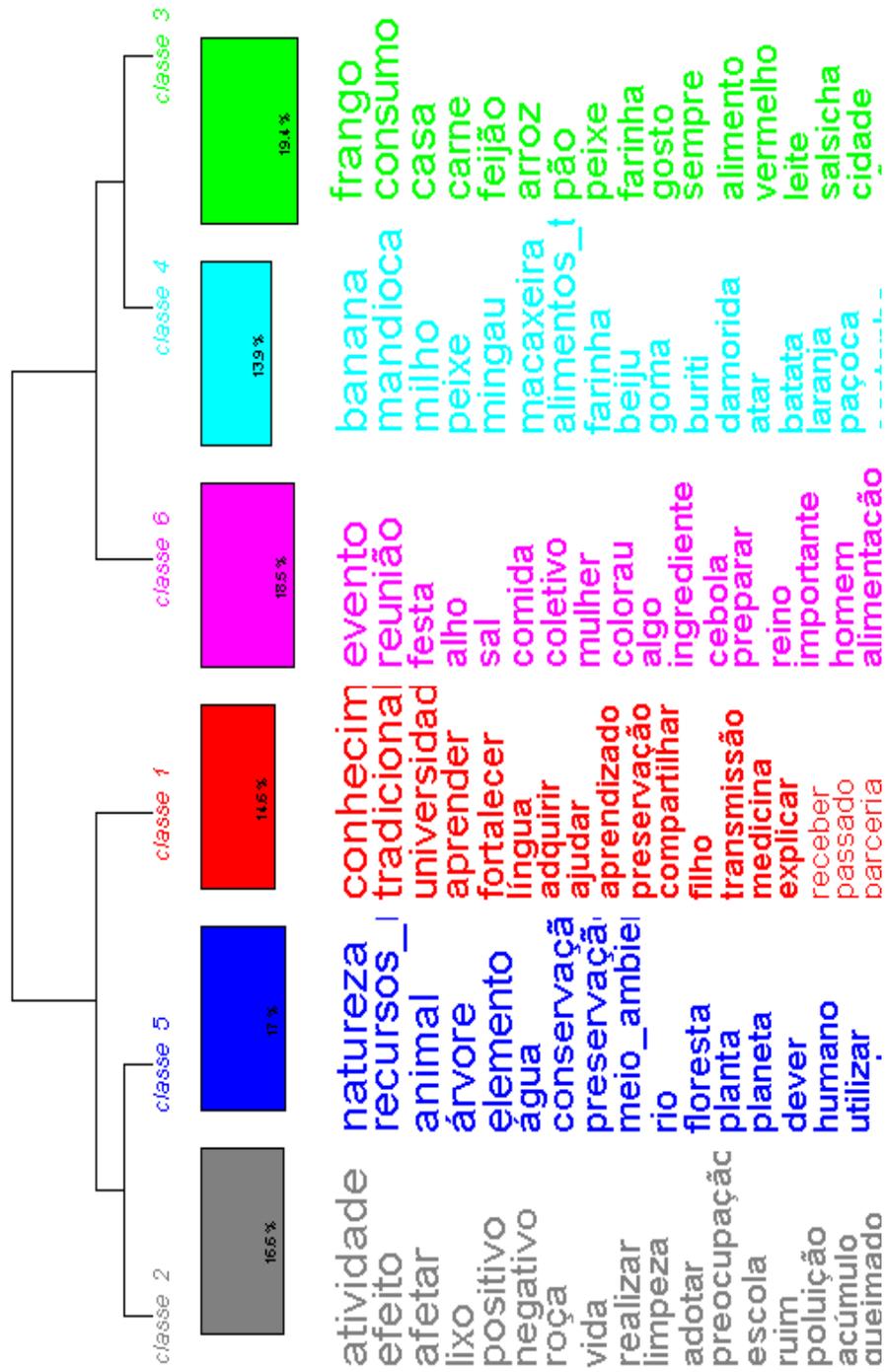
Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira, 2024

A análise demográfica dos participantes revelou que a maioria tinha entre 21 e 30 anos (77,27%), sendo menos representados na faixa de 41 a 50 anos (9,09%). Os Macuxi foram a etnia mais representada (54,55%), seguidos pelos Wapichana (40,91%) e Wai-Wai (4,55%). O curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena (CGSCI) teve a maior adesão (81,82%), enquanto os cursos de Licenciatura Intercultural (CLI) e Gestão Territorial Indígena (CGTI) tiveram cada

um 9,09% de adesão. A maioria dos participantes estava no 9º período ou mais (45,45%), seguida pelos intervalos de 3º a 5º período (36,36%) e 6º a 8º período (18,18%).

A análise CHD dos 22 textos identificou 2138 formas distintas em 19739 ocorrências, distribuídas em 585 segmentos de texto. Destes, 459 segmentos (78,46%) foram classificados em 6 classes diferentes. Em média, cada segmento continha cerca de 33,74 formas, indicando a densidade lexical. A Figura 10 mostra a eficácia do método em agrupar os segmentos de texto em seis classes lexicais, com 378 segmentos (88,11% do total) classificados de acordo com suas afinidades semânticas ou estruturais.

Figura 10 - Dendrograma das seis classes lexicais obtidas a partir da CHD das Representações Sociais sobre Saúde, Alimentação e Ambiente

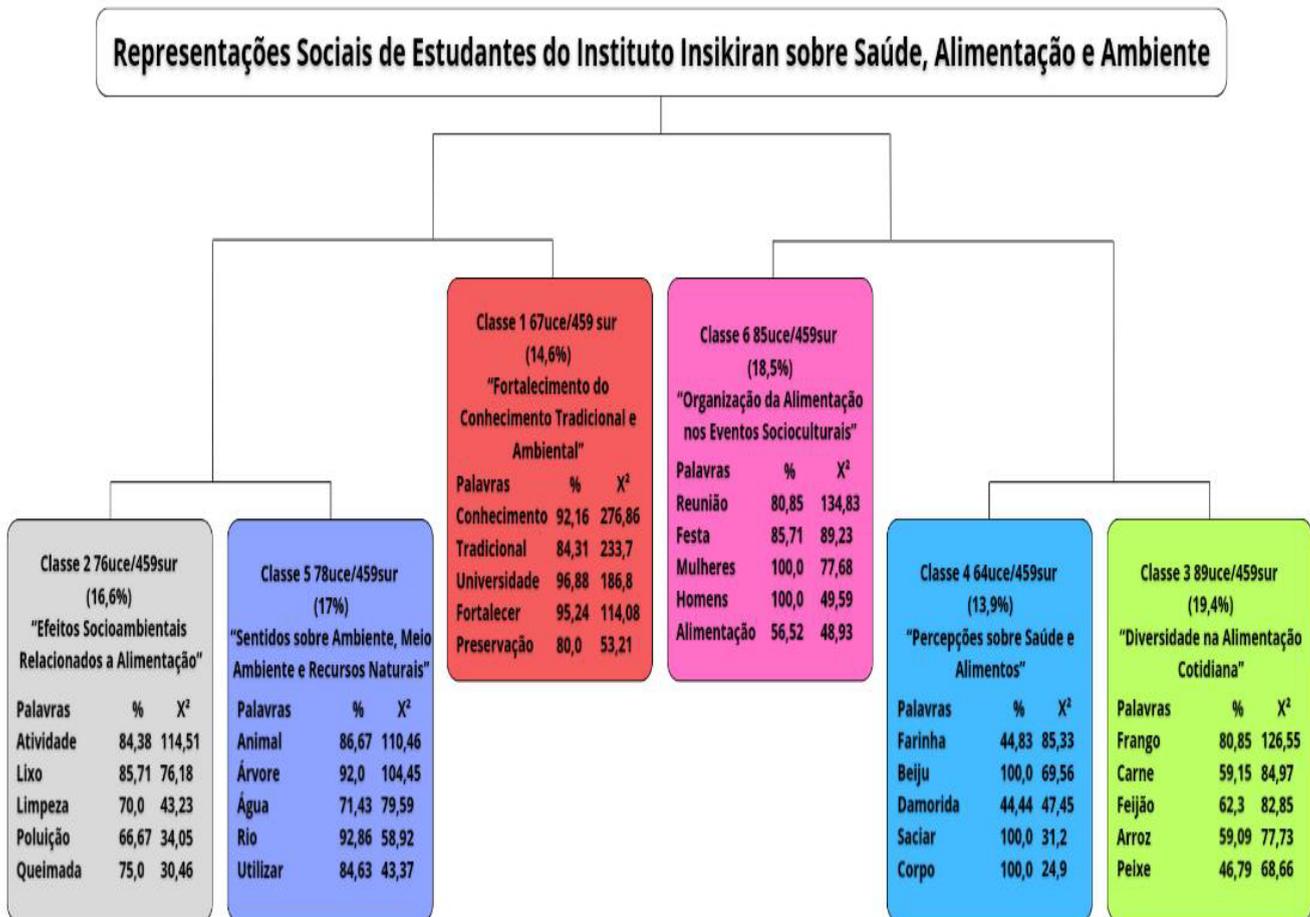


Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

Na Figura 10 acima, apresenta as seis classes lexicais, cada uma representada por uma cor diferente, com as porcentagens indicando a proporção de segmentos de texto classificados em cada categoria. Esta análise possibilitou a identificação clara de padrões, agrupando temas com base na frequência e na relação entre as palavras nos textos.

A Figura 11 apresenta uma representação gráfica das seis classes lexicais identificadas, refletindo os significados atribuídos pelos participantes às representações sociais. Palavras-chave foram selecionadas com base em sua importância, indicada por percentuais e valores de qui-quadrado (X^2). Esse método proporcionou um entendimento aprofundado dos temas e conceitos discutidos, destacando a diversidade e riqueza das representações sociais sobre saúde, alimentação e ambiente.

Figura 11 - Nomeação das 6 Classes Lexicais



Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

Legenda: UCE representa unidades de contexto elementar, que são fragmentos de texto analisados. SUR indica o total de unidades de contexto no corpus de dados. Assim, "87uce/459sur" significa que 87 unidades de contexto elementar foram analisadas de um total de 459 unidades no corpus. Essa análise é usada para interpretar padrões ou temas em dados textuais.

A Classe 1, denominada Fortalecimento do Conhecimento Tradicional e Ambiental, corresponde a 14,6% dos segmentos de texto e foca na transmissão de conhecimentos tradicionais, valores culturais, interculturalidade, proteção de terras e conservação ambiental, destacando a importância da educação formal na preservação dessas práticas. Os segmentos de texto a seguir ilustram essa classe:

“Sim, o que aprendi na universidade pode ajudar a fortalecer meus conhecimentos tradicionais. Ao unir o aprendizado acadêmico com nosso conhecimento tradicional, ganhamos mais força para preservar e proteger nossas terras” (N04, sexo feminino, 26 anos, Wapichana, CGSCI).

“Aprendi muito na universidade isso fortalecer meus conhecimentos tradicionais, como outras línguas e culturas, e a compreender a diversidade entre etnias. A preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais ocorrem principalmente por meio da aprendizagem prática” (N09, sexo masculino, 26 anos, Macuxi, CLI).

A Classe Lexical 1 enfatiza a integração do aprendizado acadêmico com o conhecimento tradicional para fortalecer a proteção das terras, destaca a importância da aprendizagem prática na preservação e transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais, e ressalta o compartilhamento de conhecimentos sobre sustentabilidade com a comunidade. Essa classe sublinha a valorização do conhecimento tradicional e os benefícios da educação acadêmica para fortalecer a identidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

A Classe 2, denominada Efeitos Socioambientais Relacionados à Alimentação, representa 16,6% dos segmentos de texto e aborda as implicações das práticas alimentares na sociedade e no meio ambiente. Os participantes destacam a influência do clima na agricultura, a importância da conscientização sobre o manejo de resíduos e os desafios do acúmulo de lixo, além das práticas de queimadas e limpeza comunitária. Eles ressaltam o efeito das atividades humanas no ambiente, especialmente na produção e consumo de alimentos. Pode-se observar pelos discursos abaixo:

“Em 2022, nós sofremos grandes perdas ao plantar esperando a chegada da chuva, que, infelizmente, não ocorreu, foi um período de verão prolongado, perdemos a produção de milho e feijão, perdemos a plantação. Mas, temos ainda a plantação de batata, abóbora no nosso quintal que se salvou, porque vamos molhando, e dá para consumir ainda. Essas atividades, para mim, são positivas para o ambiente” (N01, sexo feminino, 26 anos, Macuxi, CGSCI).

“No que diz respeito à questão ambiental, nossa principal preocupação é com a poluição e o acúmulo de lixo, incluindo questões como

queimadas e desmatamento, que afetam negativamente o meio ambiente” (N21, sexo masculino, 24 anos, Macuxi, CGSCI).

A Classe Lexical 2 ressalta a relação entre práticas alimentares e seus efeitos no meio ambiente e na sociedade, destacando a complexidade das interações entre o ambiente e as práticas sociais.

A Classe 3, denominada Diversidade na Alimentação Cotidiana, representa 19,4% do corpus e destaca a variedade na dieta dos participantes. Ela expressa o equilíbrio entre a alimentação tradicional indígena e a inclusão de alimentos ultraprocessados, exemplificado por itens como frango, carne, feijão, arroz, pão, peixe e farinha. Os segmentos de texto a seguir ilustram essa diversidade:

“Na comunidade indígena, consumimos mais peixes, galinhas caipiras, caça, frutas, vinhos de buriti, macaxeira cozida, batata doce, jerimum e mingaus de milho, carimã e goma de tapioca. Na cidade, os principais alimentos que consumo em casa são feijão, arroz, carnes, peixes, pão, manteiga e leite” (N14, sexo feminino, 50 anos, Wapichana, CGSCI).

“Os principais alimentos que consumo em casa na comunidade são peixe, galinha caipira, caça, farinha, tapioca, cebola, pimenta e alguns tipos de alimentos processados. Os principais alimentos que consumo em casa na cidade são peixe, carne vermelha, arroz, feijão, farinha, café, pão, leite” (N22, sexo masculino, 33 anos, Macuxi, CGTI).

A Classe Lexical 3 destaca a diversidade dos padrões alimentares, mostrando a coexistência de práticas tradicionais, como o consumo de peixes e caças, com produtos industrializados, como arroz, pão e leite. Ressalta ainda a variedade de ingredientes na dieta indígena, incluindo proteínas animais, vegetais e produtos de mandioca, refletindo a complexidade do consumo alimentar e a adaptação a novos hábitos.

A Classe 4, chamada Percepções sobre Saúde e Alimentos, representa 13,9% dos segmentos de texto e trata das concepções de saúde, função dos alimentos e importância dos alimentos tradicionais. Termos como banana, mandioca, milho, peixe, mingau e outros salientam a conexão entre saúde abrangendo bem-estar físico, mental e social e a alimentação, seja ela tradicional ou cotidiana. Os seguintes segmentos de texto ilustram essas percepções:

“Saúde é quando a pessoa está bem fisicamente e mentalmente, tem seu emprego e alimento, tem suas necessidades básicas satisfeitas para viver, ter uma educação de qualidade para os filhos. Alimento é tudo que pode fazer bem para meu corpo, para que eu fique bem fisicamente. Alimentos tradicionais são o peixe, a pimenta que faz a damorida, e a farinha que eu consumo todo dia em todas as refeições” (N02, sexo feminino, 26 anos, Macuxi, CGSCI).

“Saúde é o meu bem estar físico e psicológico. Bem estar é ter uma boa moradia, educação de qualidade, alimentos saudáveis, água limpa e tratada, saneamento básico e emprego para custear meu modo de vida. Alimentos são itens como carne, peixe, frutas, legumes que servem para alimentar, matar a fome e nutrir o ser humano. Alimentos tradicionais são mingau de milho, mingau de arroz, peixe frito, damorida, farinha, macaxeira, batata doce e frutas como melancia, buriti, tucumã, manga e caju” (N15, sexo feminino, 50 anos, Wapichana, CGSCI).

A Classe Lexical 4 aborda as representações sociais dos participantes sobre saúde, oferecendo uma visão holística que inclui bem-estar físico, mental, emocional, segurança alimentar e qualidade de vida. A alimentação é destacada como essencial para a saúde, com foco nos alimentos tradicionais indígenas, valorizados por seus aspectos nutricionais e culturais. Essa classe ressalta a complexidade das concepções de saúde e a importância dos alimentos tradicionais para o bem-estar e a vida cotidiana dos participantes.

A Classe 5, intitulada Sentidos sobre Ambiente, Meio Ambiente e Recursos Naturais, compreende 17% dos segmentos de texto e enfoca as interações entre sociedade, alimentação e conservação ambiental. Palavras como natureza, recursos naturais, animal, árvore, água e rio refletem as percepções e valores dos participantes em relação ao ambiente natural e sua importância para a conservação e preservação, conforme expressados nos seguintes segmentos de texto:

“Ambiente é a comunidade indígena onde vivo, enquanto o meio ambiente é o planeta Terra e tudo ao redor, incluindo elementos naturais e a interação entre eles. Os recursos naturais são a água, solo, árvores, plantas e animais. Conservação ambiental significa preservar a natureza em seu estado original, sem interferência humana, enquanto preservação ambiental é manter o ambiente exatamente como sempre foi, sem alterações” (N06, sexo feminino, 23 anos, Wapichana, CGSCI).

“Ambiente refere-se ao espaço onde vivemos, incluindo nossas casas e locais de trabalho. O meio ambiente é mais amplo, englobando a natureza e o ecossistema ao nosso redor. Recursos naturais, como árvores, água e terra, são elementos essenciais do meio ambiente, utilizados em nossos territórios. A conservação ambiental foca na manutenção e proteção do meio ambiente, enquanto a preservação ambiental visa manter os espaços naturais limpos, intactos e livres de poluição” (N11, sexo feminino, 23 anos, Wapichana, CGSCI).

A Classe Lexical 5 expõe as percepções e valores dos estudantes indígenas relacionados à conservação do ambiente natural, destacando sua ênfase na sustentabilidade e preservação da biodiversidade. Os relatos evidenciam uma visão ampla do ambiente, da esfera local à global, e ressaltam a interconexão entre seres humanos e ecossistemas, bem como a importância do

respeito e do equilíbrio ecológico. Essa classe enfatiza a relevância de uma convivência harmoniosa com a natureza.

A Classe 6, denominada Organização da Alimentação em Eventos Socioculturais, representa 18,5% dos segmentos de texto e enfatiza a relevância da comida nas práticas sociais e culturais indígenas. Palavras como evento, festa, alho, sal e pimenta do reino ilustram a conexão entre alimentação e atividades comunitárias, destacando o papel da comida na celebração de eventos, como ilustrado nos seguintes segmentos de texto:

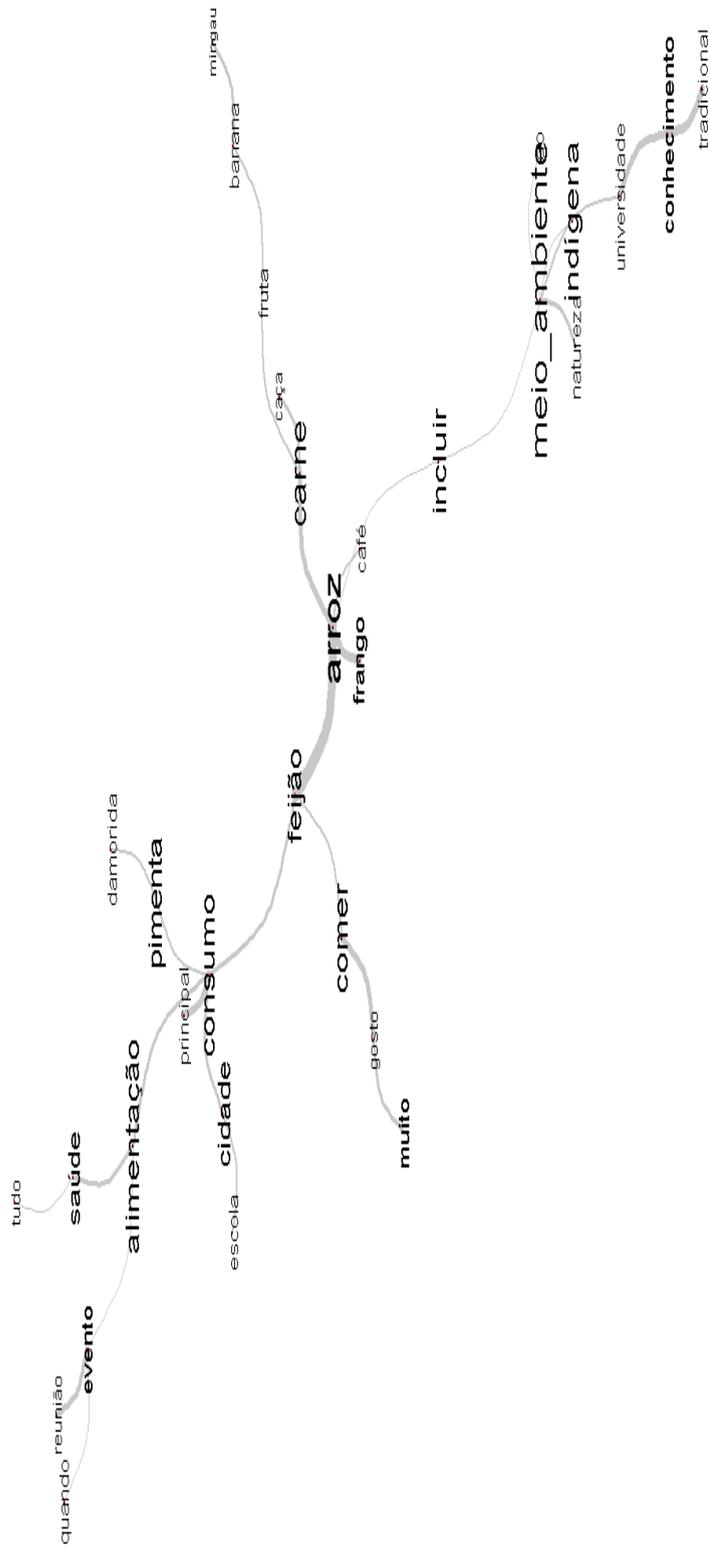
“O tuxaua convoca, os homens abatem um boi, as mulheres preparam os alimentos, e a comunidade toda participa do almoço, que inclui caldo, damorida e churrasco. Em festas, além do almoço comunitário, há barracas de venda de alimentos. A comida é considerada essencial em reuniões ou eventos, sendo uma tradição preparar pratos como churrasco ou galinhada” (N03, sexo feminino, 35 anos, Wapichana, CGSCI).

“A organização da alimentação nas festas ou eventos é coletiva: os homens preparam o local e abatem o boi, enquanto as mulheres cozinham. Cada família contribui com alimentos ou dinheiro. Além disso, há venda de comidas como damorida, suco, paçoca com banana e churrasquinho” (N13, sexo feminino, 23 anos, Macuxi, CGSCI).

A Classe Lexical 6 ressalta a importância da comida nas práticas sociais e culturais indígenas, enfatizando seu papel como elemento de conexão social, tradição e hospitalidade em eventos e festividades. A alimentação é multifuncional, sendo essencial para a celebração coletiva, construção de identidades e fortalecimento dos laços comunitários.

Além da análise lexical, foi feita uma análise de similitude, com frequência de palavras variando entre 293 e 3 ocorrências. A Figura 12 mostra um mapa de similitude ajustado para clareza, destacando palavras com frequência entre 98 e 50 ocorrências. Essa análise ajuda a visualizar as relações entre palavras e a entender a estrutura dos dados textuais.

Figura 12 - Mapa de Similitude acerca das Representações Sociais sobre Saúde, Alimentação e Ambiente



Fonte: Alves; Rodrigues; Pereira (2024)

No mapa de similitude, palavras com maiores coocorrências foram identificadas como centrais nas representações sociais sobre saúde, alimentação e ambiente. As palavras mais relevantes foram: meio ambiente, alimentação, comer, arroz, feijão, frango, evento, pimenta, carne, saúde, indígena, consumo, cidade, conhecimento e tradicional, destacadas no gráfico em negrito e bordas pretas, indicando sua centralidade. A proximidade das palavras sugere um contexto ou tema comum, ajudando a identificar a estrutura das representações sociais. A análise revelou a interconexão entre temas centrais, destacando a importância desses termos na compreensão das percepções dos participantes sobre os tópicos do estudo.

5. 4 DISCUSSÃO

O estudo indicou uma predominância de participantes do sexo feminino, sugerindo maior acesso das mulheres ao ensino superior indígena. A faixa etária mais comum foi de 21 a 30 anos, mostrando um perfil jovem de estudantes. O Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena foi o mais representativo, com a maioria dos participantes no 9º período ou além, apontando para uma possível retenção no curso. Isso ressalta a importância de investigar os índices de retenção e evasão acadêmica nesse contexto.

Estudos anteriores, como os de Aleluia *et al.* (2023) e Gomes *et al.* (2020), encontraram um perfil semelhante em cursos de enfermagem, com predominância de mulheres e jovens, corroborando os resultados deste estudo. Bergamaschi; Doebber e Brito (2018) observaram um aumento na procura de vagas em processos seletivos por povos indígenas, com mais mulheres participando e preferência por cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Educação, Direito e Ciências da Terra.

As etnias Macuxi, Wapichana e Wai-Wai foram as mais representadas no estudo. Os Macuxi são a etnia mais numerosa em Roraima, distribuídos em 22 terras indígenas (LISBOA, 2017). Já os Wapichana, assim como os Macuxi, são conhecidos pela participação em organizações sociais que defendem seus direitos e a preservação de sua cultura nas instituições de ensino superior (SILVA, 2019).

Roraima é uma das Unidades Federativas do Brasil que tem uma expressiva população indígena, que representa 15,29% do total estadual, cerca de 97.320 indivíduos (IBGE, 2023). Além dos Macuxi, Taurepang, Sapará, Ingarikó, Patamona e Wai-Wai, da família linguística Karib, e os Wapichana, da família Aruak, há também os Yanomami, Ye'kuana e Sanumá com presença significativa no estado (IBGE, 2023; ALVES *et al.*, 2019).

A diversidade dos povos indígenas é essencial para a sociedade, e a proteção de seus conhecimentos tradicionais é fundamental, conforme estabelecido por legislações e convenções como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2023), a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) e a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2016a). Essa proteção, que se estende do ensino básico ao superior, está intrinsecamente ligada aos direitos humanos. Portanto, promover a diversidade cultural indígena no sistema educacional é crucial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e diversificada (SIMÃO, 2022; NASCIMENTO *et al.*, 2021; SILVA; RIBEIRO; NAZARENO, 2020; NODER *et al.*, 2019).

Os universitários indígenas possuem concepções holísticas de saúde, considerando o bem-estar físico, social, mental e emocional, e relacionam essas percepções com práticas alimentares e alimentos tradicionais. Amorim; Coelho e Rocha (2021) analisaram as concepções de saúde e doença de estudantes em um curso de saúde na Universidade Federal da Bahia, constatando percepções amplas e multifatoriais, que são inseparáveis dos contextos socioculturais, políticos, econômicos e ambientais.

A pesquisa de Machado *et al.* (2021) salienta a complexidade do conceito de saúde, abrangendo dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais. Destaca também a relevância de nutrição adequada, estabilidade econômica e infraestrutura sanitária para o bem-estar socioeconômico e saúde. Os resultados apontam que as condições socioeconômicas são mais determinantes para as disparidades de saúde do que os fatores biológicos, ressaltando a importância de políticas públicas que assegurem acesso a alimentação saudável e serviços básicos.

A alimentação dos povos indígenas varia conforme suas tradições, região e recursos naturais disponíveis. Geralmente, homens caçam, pescam e derrubam árvores, enquanto mulheres cuidam das crianças e do plantio, colheita e preparo dos alimentos (GARNELO; SAMPAIO; PONTES, 2019; BRASIL, 2016b; LEITE, 2012; LEITE, 2007). As práticas alimentares indígenas estão profundamente ligadas às identidades coletivas, ancestralidade, território e ao tempo, sendo vital para interações pessoais, reciprocidade, memórias e narrativas de organização política e resistência (LEITE, 2012; LEITE, 2007).

Em relação aos papéis sociais de homens e mulheres na organização dos alimentos nos eventos socioculturais, pode-se inferir que os aspectos culturais fundamentam esse processo. Para Morin (2012), a diferença entre os papéis sociais de homens e mulheres não é apenas cultural. Mas, a cultura estabelece, fixa, mantém e amplifica essa diferenciação nos papéis sociais, especialmente nas práticas cotidianas, e sobre determina as diferenças psicológicas.

A pesquisa revelou uma transição nos hábitos alimentares de estudantes indígenas, que agora integram alimentos tradicionais com processados e industrializados. Essa mudança reflete novas preferências alimentares e culturais, além de preocupações com sustentabilidade e impacto socioambiental (STOLZ; SILVA; COSTA, 2024). A interação com a sociedade não indígena, mudanças climáticas, agronegócio, agrotóxicos, garimpo ilegal e alimentos processados têm levado a um menor consumo de alimentos tradicionais indígenas. Essas alterações podem impactar negativamente a saúde humana e ambiental dos territórios indígenas a médio e longo prazo (STOLZ; SILVA; COSTA, 2024; MOLINA *et al.*, 2023; LIMA; CORRÊA; GUGELMIN, 2022; ALVES; RAMIRES, 2020; BERNAL *et al.*, 2020; COIMBRA Jr, 2014).

Os povos indígenas adotam práticas de manejo de resíduos sólidos que mesclam conhecimentos científicos e tradicionais, visando a conscientização sobre o descarte adequado em suas comunidades. Essas iniciativas sublinham a necessidade de mais estudos, políticas públicas e educação ambiental para mitigar impactos ambientais, protegendo a saúde e a cultura indígena (LIMA *et al.*, 2023; CORNÉLIO *et al.*, 2019).

Diversos estudos ressaltam a importância de preservar os direitos de comunidades indígenas e tradicionais em questões ambientais (VIEIRA; MENDES; ALMEIDA, 2023; SILVA, 2022; FLORIT, 2019; TEIXEIRA, 2016). Essas comunidades são afetadas pela degradação ambiental, e seus conhecimentos ancestrais são vitais para a gestão sustentável dos recursos. No entanto, seus direitos são frequentemente desconsiderados, resultando em conflitos e perda de saberes tradicionais. Para solucionar essa questão, é essencial fortalecer a proteção jurídica dessas comunidades, reconhecer seus direitos originários e integrar seus conhecimentos nas decisões ambientais.

5.5 CONCLUSÃO

A pesquisa abordou a interação entre tradição e modernidade nas percepções indígenas, destacando a relevância da saúde, alimentação e meio ambiente na vida indígena contemporânea. Ressaltou a importância de fortalecer o conhecimento tradicional e ambiental, valorizando o legado cultural e integrando saberes tradicionais e acadêmicos, com ênfase no papel das universidades nessa integração. Também destacou a necessidade de conscientização sobre os impactos ambientais das práticas alimentares e a adoção de estratégias sustentáveis para a gestão de resíduos sólidos.

A diversidade alimentar dos estudantes indígenas demonstra a riqueza e adaptação cultural de sua alimentação, mas também aponta para o risco de Doenças Crônicas Não

Transmissíveis. As percepções sobre saúde e alimentação revelam uma visão holística, com ênfase em alimentos tradicionais.

A relação com o ambiente é marcada pelo respeito, sublinhando a importância da conservação e preservação para a sustentabilidade. Além disso, a organização alimentar em eventos socioculturais enfatiza o papel central da comida nas celebrações e na coesão comunitária. O estudo sublinha que saúde, alimentação e ambiente são aspectos fundamentais e interligados no modo de vida indígena, essenciais para a preservação de suas práticas culturais.

A pesquisa ressalta a importância de políticas públicas e programas educacionais adaptados culturalmente para promover e proteger a sustentabilidade e autonomia das comunidades indígenas. Destaca-se o entendimento profundo dos estudantes sobre a interconexão entre saúde, alimentação e ambiente, enfatizando sua relevância para a preservação das práticas culturais e bem viver indígena.

Apesar de limitações como a falta de uma amostra equitativa, a pesquisa explorou os significados das representações sociais, sugerindo a necessidade de futuros estudos com amostragens mais abrangentes ou metodologias mistas para aprimorar o entendimento dessas representações.

6 CONCLUSÃO

A presente tese buscou compreender as representações sociais de estudantes indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR) acerca da alimentação e soberania alimentar. Por meio de uma abordagem metodológica que integrou perspectivas teóricas das Representações Sociais (RS) e do pensamento complexo, foi possível captar as nuances das percepções, práticas e significados atribuídos pelos estudantes indígenas à alimentação e soberania alimentar.

Os aspectos sociodemográficos dos estudantes indígenas revelaram-se ricos e diversificados, corroborando a necessidade de políticas educacionais inclusivas e adaptadas à realidade desses discentes. É fundamental que as políticas públicas para o ensino superior sejam continuamente revisitadas e ajustadas para atender às necessidades específicas dos estudantes indígenas, promovendo um ambiente acadêmico inclusivo e equitativo.

Os achados evidenciam a complexidade das mudanças nos hábitos alimentares entre os estudantes indígenas do Instituto Insikiran, destacando a necessidade de uma abordagem dialética e holística conforme o pensamento complexo. A interação entre tradições alimentares ancestrais e influências da modernidade, como a urbanização e a exposição a alimentos industrializados, revela uma adaptação dinâmica dos estudantes às novas realidades acadêmicas e urbanas. Essa adaptação, no entanto, mantém uma conexão com as raízes culturais, refletindo a interdependência entre saberes tradicionais e acadêmicos. Assim, a dialética do pensamento complexo permite integrar múltiplas dimensões dessas realidades, oferecendo uma visão mais rica e abrangente para a promoção da soberania alimentar e do bem viver indígena.

A análise das Representações Sociais de saúde-doença, cuidados de saúde, segurança, insegurança e soberania alimentar entre os estudantes indígenas do Insikiran exibiu um complexo mosaico de percepções que refletem a interação entre o conhecimento tradicional e acadêmico, bem como a influência do contexto cultural e educacional específico dos participantes. A análise lexicográfica destacou a riqueza lexical e a diversidade temática presentes nas entrevistas, com ênfase nas categorias relacionadas à saúde e soberania alimentar. Por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foi possível organizar as representações sociais em três grupos temáticos principais, revelando as preocupações dos estudantes em relação aos cuidados de saúde, doenças prevalentes e aspectos relacionados à soberania e segurança alimentar e nutricional.

Observou-se a complexa tessitura da relação entre saúde, alimentação, ambiente fato central para a compreensão das representações sociais dos estudantes indígenas. O ambiente não é apenas o local onde os alimentos são cultivados e coletados, mas também um elemento

fundamental que sustenta as práticas culturais e sociais dessas comunidades. A conservação e preservação dos recursos naturais são essenciais para garantir a continuidade das tradições alimentares e o bem viver das populações indígenas. Políticas públicas que promovam a sustentabilidade ambiental, portanto, apresentam um papel vital na proteção da soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, assegurando que os recursos naturais sejam geridos de forma responsável e com sustentabilidade.

A medicina tradicional e as práticas de saúde comunitária são vitais para os povos indígenas, integrando saberes ancestrais e modos de vida modernos. Essas práticas holísticas consideram o bem-estar físico, emocional, espiritual e social, utilizando plantas medicinais, rituais de cura e conhecimentos transmitidos por gerações. Integrar esses saberes com a medicina convencional promove uma abordagem de saúde mais completa e culturalmente adequada, beneficiando tanto as comunidades indígenas quanto o sistema de saúde em geral.

Faz-se necessário enfatizar a importância de envolver as comunidades indígenas na formulação e implementação de políticas públicas. A participação ativa dos estudantes indígenas e de suas comunidades nas decisões que afetam sua alimentação e saúde pode assegurar que essas políticas sejam culturalmente adequadas e eficazes. Dessa forma, promove-se não apenas a soberania alimentar, mas também a autonomia das sociedades indígenas.

Além disso, a inclusão de conteúdos sobre saberes indígenas nos currículos das instituições de ensino superior pode fomentar o respeito e a valorização das culturas indígenas entre todos os estudantes. A educação intercultural deve ser vista como uma via de mão dupla, em que tanto os saberes tradicionais quanto os conhecimentos acadêmicos são valorizados e integrados. Essa abordagem pode enriquecer a formação acadêmica e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro ponto crucial é a necessidade de pesquisas contínuas e abrangentes que explorem as diversas dimensões da alimentação e saúde indígena. Estudos longitudinais que acompanhem as mudanças nos hábitos alimentares e de saúde dos estudantes indígenas ao longo do tempo podem fornecer dados valiosos para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais precisas e eficazes. A colaboração entre universidades, instituições de pesquisa e comunidades indígenas é fundamental para o sucesso dessas iniciativas.

A pesquisa sublinha a relevância de compreender as dinâmicas culturais e sociais que influenciam as práticas alimentares e a soberania alimentar dos estudantes indígenas, considerando o papel da educação superior indígena nesse processo. As conclusões indicam a necessidade de políticas educacionais que incorporem os conhecimentos e valores indígenas, promovendo uma formação que respeite e valorize a diversidade cultural.

A tese corrobora para o fortalecimento do diálogo intercultural e para a promoção da soberania alimentar e da saúde indígena, ressaltando a necessidade de abordagens interdisciplinares, interprofissionais e participativas que respeitem a diversidade e a complexidade das culturas indígenas. Reitera-se a importância de continuar explorando e aprofundando as investigações sobre as representações sociais e práticas alimentares dos povos indígenas, visando contribuir para a construção de um futuro mais justiça social.

Afinal, é essencial reconhecer e enfrentar os desafios impostos pelo capitalismo, globalização e urbanização às culturas alimentares indígenas. Políticas que promovam a segurança alimentar e nutricional devem ser acompanhadas por ações que incentivem a produção e o consumo de alimentos tradicionais. Isso não apenas contribui para a saúde e bem-estar das comunidades indígenas, mas também para a preservação de sua identidade cultural. Ao integrar saberes tradicionais e acadêmicos, podemos construir um futuro mais sustentável e equitativo para todos.

Esta pesquisa contribui para a literatura acadêmica ao aprofundar a compreensão das percepções e práticas alimentares dos estudantes indígenas, enfatizando a necessidade de abordagens holísticas e interdisciplinares. A tese destaca a importância de integrar saberes indígenas na educação superior e nas políticas públicas para fortalecer o bem viver das comunidades indígenas. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas inclusivas e sensíveis às especificidades culturais, confirmando que a integração entre saberes tradicionais e acadêmicos é essencial para práticas alimentares sustentáveis e respeitosas à diversidade cultural e soberania alimentar.

Vale mencionar que as limitações do estudo incluem a amostra restrita aos estudantes do Instituto Insikiran, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos indígenas. Além disso, são necessários estudos comparativos com estudantes que vivem exclusivamente em ambientes urbanos e comunitários para ampliar a compreensão das representações sociais sobre os temas abordados. Ademais, a coleta de dados baseada em narrativas pode estar sujeita a vieses de memória ou tendências de desejabilidade social nas respostas.

Por fim, esta tese reforça o chamado para a continuidade das pesquisas sobre as representações sociais e práticas alimentares dos povos indígenas. Aprofundar o entendimento sobre essas questões é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educacionais e de saúde que sejam efetivas e respeitosas às diversas realidades culturais dos povos indígenas de Roraima como de todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Luciana de Oliveira Alves Bastos et al (org.). **Saúde na educação superior: o que estudantes e professores têm a dizer?** Salvador: EDUFBA, 2021. p. 25-38.

ANDREOLI, Rejane; FOLLADOR, Franciele A. C. Alimentação saudável: prevenção de doenças e cuidados com a saúde. In: **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Produções Didático-Pedagógicas. Cadernos PDE. Versão online. Paraná: SEED, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_cien_unioeste_rejaneandreoli.pdf>.

ANHAS, Danilo de Miranda; ROSA, Karina Rodrigues Matavelli; SILVA, Carlos Roberto de Castro. Afetividade e práxis transformadora na pesquisa qualitativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e177715, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/LNSLPrjx6KMGg7B4HgmkJsp/abstract/?lang=pt>>.

ALVES, Gabriela Manhães; CUNHA, Teresa Claudina de Oliveira. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Revista Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 46-62, fev. 2020. Disponível em: <https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1966>. Acesso em: 17 fev. 2024.

ALELUIA, Emilie dos Santos et al. Perfil do acadêmico de enfermagem de uma instituição de ensino privada de Salvador – Bahia. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 7, e0112734858, 2023. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34858>>.

ALVES, Rita de Cássia et al. Políticas e programas para a formação de professores indígenas: a contribuição do Programa Pibid Diversidade. **Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 7-24, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/4126/3000>>.

ALVES, Solange Cabral; RAMIRES, Milena. TEKÓ ARANDU: A relação entre cultura e hábitos alimentares dos Guarani Mbyá da Aldeia Indígena Ribeirão Silveira em Bertiooga – SP. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 40-57, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rappgs/article/view/49623>>.

ALVES, Ana Paula Barbosa. Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena: relato de experiência. In: GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A interlocução de saberes na antropologia 2** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/38547>>.

ALVES, Ana Paula Barbosa et al. Doenças e agravos mais prevalentes em uma comunidade indígena em Boa Vista-RR: relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 26, p. e673, 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e673.2019>>.

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/155>>.

ASSOCIAÇÃO HUTUKARA. **Garimpo ilegal: documentos.** Disponível em: <<http://www.hutukara.org/index.php/noticias/garimpo-ilegal-documentos>>.

BANIWA, Trinho Trujillo. Saúde e alimentação em áreas rurais e urbanas: um testemunho indígena. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema.** Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 184-205.

BAO, Carlos Eduardo; SILVA, Elizabeth Farias da; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Matizes da interculturalidade: contribuição a uma reflexão crítica sobre educação escolar e ensino superior para povos originários no Brasil. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 274, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/101496>>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTA, Paulo Cesar; ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; ARANTES, Rui. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**.** Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 60-108. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf>.

BARNI, Paulo Eduard et al. Precipitação no extremo norte da Amazônia: distribuição espacial no estado de Roraima, Brasil. **Sociedade & Natureza**, [S.l.], v. 32, p. 439-456, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/BmC6pKbCr48X6SPCJb98Gzb/?format=pdf&lang=pt>>.

BATITOLI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **RUA** [online], v. 25, n. 1, jun. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rua.v25i1.8655545>>.

BERNAL, Nelson et al. Desafios do clima para os povos indígenas: vulnerabilidade socioecológica na região do Submédio da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco/Brasil. **Revista Vínculos**, v. 17, n. 1, p. 42-59, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/vinculos/article/view/15600/15837>>.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>>.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (orgs.). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017. p. 101-122.

BILA, Carla Roberta Ferraz Carvalho; SILVA, Paulo Henrique Fonseca da; GUSMÃO, Michéla Antônia do Nascimento. Conscientização para hábitos alimentares saudáveis na escola. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 22, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/22/conscientizacao-para-habitos-alimentares-saudaveis-na-escola>.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Organizador: Renato Ortiz. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BORGES, Maria Fernanda de Sousa Oliveira; SILVA, Ilce Ferreira da; KOIFMAN, Rosalina. Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 2237-2246, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.12082018>>.

BRASIL. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. **Plano de Trabalho 2023 do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana**. Boa Vista, RR, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

BRASIL. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Distrito Sanitário Especial Indígena – Leste Roraima. **Análise do Plano Distrital de Saúde Indígena – 2020 a 2023**. Roraima, 2020a.

BRASIL. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. **Plano Distrital de Saúde Indígena do período de 2020 a 2023**. Boa Vista, RR, 2020b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016a. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN). Área Temática III – AIS. **Ações de Prevenção a Agravos e Doenças e de Recuperação da Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016b. 78 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Aprova as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. 2016c. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012a. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012, p. 1. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7747&ano=2012&ato=49cgXQq10MVpWT3f1>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012b.** Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 5 fev. 2010, p. 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-64-4fevereiro-2010-601824-publicacaooriginal-123345-pl.html>>.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006, p. 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11346-15-setembro-2006-545529-norma-pl.html>>.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 21 jun. 2002, p. 2, col. 3. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=21/06/2002>>.

BRITO, Aurélia Matos. Segurança alimentar e nutricional e comunidades indígenas: comida e território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XVIII, 2019, Natal. **Anais [...]** Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <<https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1024>>.

BURLINGAME, Barbara; DERNINI, Sandro. Sustainable diets and biodiversity. In: **INTERNATIONAL SCIENTIFIC SYMPOSIUM BIODIVERSITY AND SUSTAINABLE DIETS UNITED AGAINST HUNGER**, 2010, Rome. Proceedings [...]. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i3004e/i3004e00.pdf>>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para o uso do software IRaMuTeQ.** Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC, 22 nov. 2021. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso>.

CARIOCA, Alessandra Tomaz et al. Percepção sobre a Diabetes Mellitus 2 na comunidade indígena Jabuti Bonfim - RR: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e6000, 12 fev. 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6000>>.

CAVALCANTE, Hayanne Rodrigues Carniello et al. Entre comer à vontade e a vontade de comer: o estado da arte sobre soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 830-855, jul./dez. 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/84912>>.

CELARIE, Alina; REPETTO, Maxim. Políticas indigenistas e movimentos indígenas no Brasil. **Antropologías del Sur**, v. 7, p. 35-54, 2020. Disponível em: <<https://revistas.academia.cl/index.php/rantros/article/view/1785>>.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira; MIRAGAIA, Suellen Patareli; MONTEIRO, Patrícia Diana Edith B. de S. Camargo Ortiz. Narrativas e representações sociais: professores do ensino fundamental e fracasso escolar. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 66, p. 1144-1161, jul./set. 2020. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v20n66/1981-416X-rde-20-66-1144.pdf>>.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar**. Brasília: Editora Positiva, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>.

CORNÉLIO, Ilda; MOURA, Gabriela Silva; STOFEL, Janete; MUELBERT, Betina. Estudo dos resíduos sólidos domésticos da terra indígena Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras, PR. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 2, p. 575-584, abr. 2019. Disponível em: <<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1698>>.

CORREIA, Sílvia Barbosa; MAIA, Luciana Maria. Representações sociais do “ser indígena”: uma análise a partir do não-indígena. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e221380, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003221380>>.

COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 855-859, abr. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00031214>>.

COSTA, Fabrycianne Gonçalves et al. Representações sociais sobre diabetes mellitus e tratamento: uma pesquisa psicossociológica. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 36-53, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v10n2/04.pdf>>.

COSTA, Fabrycianne Gonçalves; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. A construção do conhecimento psicossociológico acerca do diabetes mellitus. **Revista PsicoUSF**, v. 23, n. 2, p. 191-201, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusf/a/NR7V9TdwsyNgfMBHYNP4N5B/?lang=en>>.

COSTA, Richelly de Nazaré Lima da; SILVA, Luis Mauro Santos. Soberania alimentar e povos indígenas: a questão territorial e a insegurança alimentar e nutricional. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2017. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/soberaniaalimentarepovosindigenasaquestaoterritorialeainsegurancaalimentarenutricional.pdf>>.

COSTA, Lucélida de Fátima Maia da; SOUZA, Elizabeth Gomes de; LUCENA, Isabel Cristina Rodrigues de. Complexidade e pesquisa qualitativa: questões de método. **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 8, número temático, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/903>>.

CUNHA, Patricia Socorro da Costa. **Bilinguismo: discursos de professores em área de fronteira, Bonfim-RR**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2012.

DUARTE, Maria Benedita do Carmo; BRISOLA, Elisa Maria Andrade; RODRIGUES, Alexandra Magna. População em situação de rua: representações sociais sobre o comer e a comida. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 57-74, ago. 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072021000300005>.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Declaração de Roma sobre segurança alimentar mundial**. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>>.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; BORGES, Fábio Alexandre. Formação inicial de professores indígenas e a matemática intercultural na educação básica. **Imagens da Educação**, v. 12, n. 2, p. 21-44, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/56252>>.

FAUSTINO, Rosangela Celia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; RODRIGUES, Isabel Cristina. O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0103, 2020. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0103>>.

FLORIT, Luciano Félix. Dos conflitos ambientais à ética socioambiental: um olhar a partir dos povos e comunidades tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, p. 261-283, dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/dma.v52i0.59663>>.

FRANCHETO, Bruna. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. **Mana**, v. 14, n. 1, p. 31-59, abr. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000100002>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 165 p.

FREITAS, Marcos Antonio Braga de; ALVES, Ana Paula Barbosa; BARBOSA, Ariosmar Mendes. A formação intercultural de gestores no campo da saúde indígena. In: GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A interlocução de saberes na antropologia 2** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

FREITAS, Marcos Antonio Braga de. **Insikiran: da política indígena à institucionalização da educação superior**. 2017. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5611>>.

GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Sully de Souza; PONTES, Ana Lúcia. **Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019. 163 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. [2. reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2018.

GÓES, Fernanda Garcia Bezerra et al. Utilização do software IRAMUTEQ em pesquisa de abordagem qualitativa: relato de experiência. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 11, p. 1-22, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/64425>>.

GOMES, André Nascimento Honorato et al. A opção pela enfermagem como formação profissional. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e657974692, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4692>>.

GONÇALVES, Gabriela Marques. Pesquisa participante e comunicação dialógica: a experiência com as comunidades ciganas da Espanha. **Revista de Comunicação Dialógica**, [S.l.], n. 3, p. 34-50, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcd/article/view/50867>>.

HERBETTA, Alexandre Ferraz; NAZARENO, Elias. Sofrimento acadêmico e violência epistêmica: considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. **Tellus**, [S.l.], v. 20, n. 41, 2019. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/640>>.

HIRT, Maiara Carmosina; COSTA, Marta Cocco da; ARBOIT, Jaqueline; LEITE, Marinês Tambara; HESLER, Lilian Zielke; SILVA, Ethel Bastos da. Representações sociais da violência contra mulheres rurais para um grupo de idosas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 4, p. 1-8, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rngen/a/Tz3YkZnVJSYzKV5P99xvSVh/?lang=pt&format=pdf>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 193 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018>>.

JAIME, Patrícia Constante. **Políticas públicas de alimentação e nutrição**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

JODELET, Denise. Experiência e representações sociais. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. (orgs.). **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 23-56.

JODELET, Denise. **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

JUBILUT, Liliana Lyra et al. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): a Agenda 2030 e os direitos humanos e vulnerabilidades. In: JUBILUT, Liliana Lyra et al. (orgs.). **Direitos humanos e vulnerabilidade e a Agenda 2030**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 15-26.

KARAJÁ, Vanessa Hatxu De Moura. Trajetórias de uma estudante Iny (Karajá): narrativa de acesso e permanência no curso superior. **Tellus**, [S.l.], v. 20, n. 41, 2019. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/638>>.

KLOTZ-SILVA, Juliana; PRADO, Shirley Donizete; SEIXAS, Cristiane Marques. A força do “hábito alimentar”: referências conceituais para o campo da alimentação e nutricional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1065-1085, out. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/7VGgLwJzNN3VVB8pwKLTNFS/?format=pdf&lang=pt>>.

LAS CASAS, Rachel de; MATTOS, Izabel Missagia de. Encontro Raízes: povos tradicionais e saberes territorializados. **Habitus**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 28-44, jan./jul. 2022. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12339/5641>>.

LEITE, Maurício Soares. Nutrição e alimentação em saúde indígena: notas sobre a importância e a situação atual. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (orgs.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 156-183.

LEITE, Maurício Soares. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C.; SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. Â. (orgs.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde indígena** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. v. 1, p. 180-210.

LIBERATO, Rita Simone Barbosa. Alimento, comunicação e o bem viver das mulheres indígenas: tensões e (re)construções a partir da ação da cidadania. **Esferas**, [S.l.], n. 15, p. 46-55, nov. 2019. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11249/7427>>.

LIMA, Airton Alves de et al. Descartes de resíduos sólidos em terras indígenas e educação ambiental: as estratégias do povo Gavião lidar com o lixo na Amazônia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 431-444, 2023.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa et al. Ocupação decolonial por estudantes indígenas e quilombolas nas ações afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/Ceará. **DESIDADES – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 0, n. 34, p. 106-124, 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/53020/0>>.

LIMA, Francco Antonio Neri de Souza e; CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; GUGELMIN, Silvia Angela. Territórios indígenas e determinação socioambiental da saúde: discutindo exposições por agrotóxicos. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 28-44, jun. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E202>>.

LIMA, Alan Lucas de Oliveira; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita. Estratégias de permanência no ensino superior para povos indígenas em uma universidade federal. **Revista Labor**, v. 1, n. 23, p. 276-294, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44281>>.

LISBOA, João Francisco Kleba. Escolarização e intelectuais indígenas: da formação à emancipação. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S.l.], v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15937>>.

LOHR, Sharon L. **Sampling: design and analysis**. 3. ed. ilustrada e comentada. Boca Raton: CRC Press, 2021. 674 p.

MACHADO, Ananda; MOREIRA, Auristela Raposo; DORRICO, Julie. O ensino de língua e literatura Macuxi a partir das Kasari Pantoni e outras narrativas do Boto. **PERcursos Linguísticos**, [S.l.], v. 13, n. 33, p. 12-21, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/41400>>.

MACHADO, Clara Gomes; LUZ, Verônica Gronau; MARTINS, Catia Paranhos. Processos (trans)formativos e práticas de cuidado: experiências de uma residente multiprofissional em saúde indígena. **Saúde em Redes**, [S.l.], v. 8, n. sup2, p. 85-101, 2022. Disponível em: <<http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3562>>.

MACHADO, Lucas Vieira et al. Representações sociais da saúde para estudantes universitários. **Saúde e Pesquisa**, v. 14, n. 1, p. 37-49, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/8722>>.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. **Entre muros e passagens: imigração, refúgio, no debate educativo, fragmentos do global para o local**. 2019. 205 f. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MAHEMA, Kevin Masinda. **Análise de dados textuais em pesquisas de mobilidade urbana e transporte com IRaMuTeQ**. 2022. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Guide_IRaMuTeQ_Masinda.pdf>.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização de serviços de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, supl. 1, 4s, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/84CsHsNwMRNFXDHZ4NmrD9n/?format=pdf&lang=pt>>.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A vigilância e o monitoramento das principais doenças crônicas não transmissíveis no Brasil - Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 3-16, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2015000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MALTA, Deborah Carvalho; MOURA, Lenildo de; BERNAL, Regina Tomie Ivata. Diferenciais dos fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis na perspectiva de raça/cor. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 713-725, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232015000300713&lng=en&nrm=iso>.

MALUF, Renato Sergio; BURLANDY, Luciene. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil**: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. 35 p. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/03/Maluf-RS-Burlandy-L_Sistemas-alimentares-desigualdades-e-sa%C3%BAdede-no-Brasil_TD_81_final-1.pdf>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/ atualização da edição João Bosco Medeiros. 9. ed. [2. reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2023. 354 p.

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 4251-4262, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/z76hs5QXmyTVZDdBDJXHTwz/abstract/?lang=pt>>.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. [3. reimp.]. São Paulo: Atlas, 2023.

MENDES, João Francisco Alves. **Representações sociais e complexidade: a identidade dos atingidos pela lama da Barragem de Fundão (Mariana/MG)**. 2020. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216049>>.

MENDES, Antonio et al. Mapping pharmacy journals: a lexicographic analysis. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, v. 15, n. 2, p. 1464-1471, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30683600/>>.

MELO, Elisângela et al. Los desafíos de la formación inicial de los estudiantes indígenas brasileños en tiempos de pandemia. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática: Perspectivas Socioculturales de la Educación Matemática**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 215-235, 2020. Disponível em: <<https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/586>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014. 407 p.

MOLINA, Ariel Andrade et al. Amazonian invertebrates in the traditional diet of the Paiteer Suruí in southeastern Brazil. **Human Ecology**, v. 51, p. 209-219, 2023.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MORIN, Edgar. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 286 p.

MORIN, Edgar. **O método 5: humanidade da humanidade**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. 309 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011a. 120 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011b. 102 p.

MURA, Fábio; SILVA, Alexandra Barbosa da. Tradição de conhecimento, processos experienciais e práticas de cura entre os Kaiowa. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (orgs.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema****. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 128-155.

NASCIMENTO, Cassandra Augusta Rodrigues et al. Educação superior indígena a partir de uma interculturalidade. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. e59110212979, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12979>>.

NORDER, Luiz Antonio C. et al. Agroecologia em terras indígenas no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 291-329, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-6524.88858>>.

OLIVEIRA, Marcos Antonio. Diversidade cultural no ambiente escolar: a questão indígena no Câmpus Amajari-IFRR. **Revista Manduarisawa**, Manaus, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.sumarios.org/artigo/diversidade-cultural-no-ambiente-escolar-quest%C3%A3o-ind%C3%ADgena-no-c%C3%A3mpus-amajari-ifrr>>.

OLIVEIRA, Tatiana Coura et al. Concepções sobre práticas alimentares em mulheres de camadas populares no Rio de Janeiro, RJ, Brasil: transformações e ressignificações. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 65, p. 435-446, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/xccvWh7TGfqqGttSKxx6W8F/abstract/?lang=pt>>.

OLIVEIRA, Raquel Aparecida de. Saúde e espiritualidade na formação profissional em saúde, um diálogo necessário. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 54-55, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/32819>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Agenda 21 (global), em português**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: <<https://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. 1 v. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>.

PANCIERI, Ana Paula et al. Significados da terapia floral para ansiedade em pessoas com sobrepeso ou obesidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 2310-2315, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0044>>.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 132 p.

POLLI, Gislei Mocelin; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais do meio ambiente e da água. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1310-1326, out. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001622013>>.

PORCINO, Carlos Alberto; COELHO, Maria Thereza Ávilla Dantas; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. Representações sociais de universitários sobre a pessoa travesti. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 481-494, abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018169303>>.

PORTELA, Alessandra Castro Diniz; CUSTÓDIO, Maraluce Maria. A soberania alimentar dos povos amazônicos a partir dos Kamaiurás. In: COSTA, Beatriz Souza; CUSTÓDIO, Maraluce Maria; OLIVEIRA, Márcio Luis de (coord.). **Agronegócio, economia solidária, bem viver: organização IV Semana de Estudos Amazônicos [recurso eletrônico]**. Belo Horizonte, 2019. p. 6-22. Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/po4w8t5e/91ihwqdy/zl6LD3cO6SRkXmyH.pdf>>.

PÚBLIO JÚNIOR, Claudemir. O docente e o uso das tecnologias no processo de ensinar e aprender. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1092-1105, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11190>>.

RAMOS, Claudiane de Menezes; HIROSHI, Noda; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. Segurança e soberania alimentar indígena no extremo norte do Amapá – Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e7310514465, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14465>>.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes; PILLA, Maria Cecilia Barreto Amorim. Segurança alimentar e nutricional: interfaces e diminuição de desigualdades sociais. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 1, p. 41-52, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/6642>>.

RODRIGUES, Valquíria Duarte Vieira; SANTOS, Maria Izabel Melo de Oliveira dos. A sustentabilidade, o preço do tomate e o salário-mínimo do Brasil entre 1985 e 2015: uma questão de soberania alimentar. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 90-105, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/5049>>.

ROMANI, Patrícia Fasolo; STREY, Marlene Neves. Hábitos alimentares, saúde e cultura: o olhar de profissionais da nutrição em uma cidade de colonização italiana. **Revista Conhecimento Online**, [S.l.], v. 1, p. 66-86, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1490>>.

ROQUE, Aliciane de Almeida et al. Hábitos alimentares de crianças do ensino fundamental I – uma pesquisa de campo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, e151953240, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3240>>.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do aplicativo Iramuteq**. Brasília: UNB Planaltina, 2017. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>>.

SANTOS, Jordy Lopes dos et al. Análise do perfil discente de cursos de graduação em uma universidade pública localizada em Tomé-Açu - PA. **Peer Review**, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 149-167, 2024. Disponível em: <<https://peerw.org/index.php/journals/article/view/1971>>.

SANTOS, Mariana Martins dos et al. Comportamento alimentar e imagem corporal em universitários da área de saúde. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, n. 2, p. 126-133, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/YrHxTkrV7kqkFXySDQNzt7J/>>.

SANTOS, Ricardo Ventura; PONTES, Ana Lucia; COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. Um “fato social total”: COVID-19 e povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 10, e00268220. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00268220>>.

SANTOS, Mávera Teixeira; REPETTO, Maxim. Educação escolar indígena: uma reflexão a partir da experiência na Escola Estadual Indígena Adolfo Ramiro Levi, Terra Indígena Serra da Moça, Boa Vista/RR. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 5, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/racs/article/view/64451>>.

SANTOS, Livia Silva dos; HENRIQUE, Flavia Conceição dos Santos. Segurança alimentar e nutricional em programa de alimentação: aproximações e distâncias entre bases normativas de institucionalização. **REVISE - Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde**, [S.l.], v. 3, n. 00, 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/287307174.pdf>>.

SCHEUNEMANN, Camila Maria Bandeira; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Hábitos alimentares e concepções sobre alimentação equilibrada: uma investigação com alunos do oitavo ano do ensino fundamental. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 279-302, maio 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2019v12n1p279>>.

SCOPEL, Daniel; DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva; DIEHL, Eliana Elisabeth. Vulnerabilidade e sustentabilidade: saneamento em áreas indígenas a partir de uma abordagem interdisciplinar. In:

CONGRESSO ABES/AESABES, FENASAN, 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.saneamentobasico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/VII-036.pdf>>.

SILVA, Alessandra Tereza Mansur; MEIRA, Roberta Barros. A floresta é a casa, a cozinha e o quintal: as práticas alimentares na literatura indígena de Cristino Wapichana. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 15, n. 28, p. 105-133, jan./jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/23694>>.

SILVA, Breno Trindade da. Povos e comunidades tradicionais: algumas considerações sobre processos políticos e ecológicos. **Em Sociedade: Revista do Departamento de Ciências Sociais**, PUC Minas, v. 4, n. 1, p. 7-31, 2022.

SILVA, Matheus Moreira da; RIBEIRO, José Pedro Machado; NAZARENO, Elias. Povos indígenas e as relações culturais, econômicas e políticas: reflexões sobre a interculturalidade crítica e a decolonialidade. **Tellus**, [S.l.], v. 20, n. 43, p. 33-58, 2021. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/684>>.

SILVA, João Batista do Carmo et al. Educação profissional na Amazônia: limites e perspectivas para construção de uma educação emancipadora. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S.l.], v. 6, p. 39275-39290, 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/11933>>.

SILVA, Nayara Cristhina dos Santos. Conhecer a história e o modo de vida dos povos indígenas de Roraima: etnias Macuxi e Wapichana. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 91-103, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/444>.

SILVA, Cláudio Emídio; FURTADO, Lucas Antunes. Educação escolar e direitos indígenas: uma revisão integrativa de teses e dissertações a partir do BDTD. **Revista Espaço Pedagógico**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 904-920, 2019. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/9309>>.

SILVA, Cristhian Teófilo da. A homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e seus efeitos: uma análise performática das 19 condicionantes do STF. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, p. e339803, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/339803/2018>>.

SILVA, Vanilda Alves da; REBOLO, Flavinês. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. **Interações** [online], v. 18, n. 1, p. 179-190, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/qPLYDcBpqSgrLYKh5PfgjWw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVEIRA, Fernanda de Castro; JARDIM, Vanda Maria da Rosa. Práticas alimentares dos trabalhadores da enfermagem e fatores associados: revisão sistemática da literatura. **Journal of Nursing and Health**, v. 12, n. 2, p. e2212222359, 29 dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/24672/18186>>.

SIMÃO, Ivanise Tourinho. Aspectos legais e educação escolar indígena no Brasil. **Revista Científica FESA**, [S.l.], v. 1, n. 19, p. 58-70, 2022. Disponível em: <<https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/205>>.

SOBRAL, Fábio Batista. Representação social em saúde. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. e341371, 2022. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1371>>.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira et al. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082020000200015&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, p. e03353, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/pPCgsCCgX7t7mZWfp6QfCcC/?lang=pt>>.

SOUZA, Alcione Aguiar; CADETE, Matilde Meire Miranda. Comportamento alimentar das famílias dos alunos do primeiro ciclo do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais. **RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 12, n. 71, p. 380-390, 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/713>>.

SOUZA, Tony José de. Processo saúde-doença em indígenas: reflexões sobre a ocorrência de tuberculose no Brasil. **Connection Line - Revista Eletrônica do UNIVAG**, [S.l.], n. 17, p. 153-162, 2017. Disponível em: <<https://www.periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/386>>.

STOLZ, Sheila; SILVA, Bianca Morais da; COSTA, Rafaela Isler da. O apagamento da cultura alimentar dos povos indígenas e a sistemática necropolítica dos Yanomami. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 59–76, 2024.

TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. Proteção dos povos indígenas e tradicionais em casos de temática ambiental: uma ponte ao fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Revista Videre**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 25–37, 2016.

TSERENHE'OMO, Romano Tsorodadze. Mudança de hábitos alimentares xavante. **Articulando e Construindo Saberes**, v. 2, n. 1, p. 381-386, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/racs.v2i1.49025>>.

VIEIRA, Fábio Antunes; MENDES, Leandro de Aquino; ALMEIDA, Leila de Souza. Povos indígenas e meio ambiente: Uma relação entre preconceitos e o interesse nacional. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 78–93, 2023.

VIEIRA, Sônia. **Introdução à bioestatística**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. 296 p.

VIEIRA, Camila de Freitas et al. Representações de meio ambiente em um grupo de docentes do IFMS. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 15, n. 3, p. 524-542, 18 maio 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40668>>.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo; SILVA, Marcus Vinícius da; LIMA, Fernanda Sousa. Formação de professores de línguas em Roraima: da educação linguística ampliada às novas epistemologias. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 338-358, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5161>>.

ZANIN, Gustavo Domingos et al. Queima de biomassa no bioma Amazônia: análise da injeção e dispersão de plumas de fumaça na atmosfera. **Revista do Departamento de Geografia, [S.l.]**, v. 42, p. e189114, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/189114>>.

YAJAHUANCA, Rosário Avellaneda; DINIZ, Carmen Simone Grilo; CABRAL, Cristiane da Silva. É preciso “ikarar os kutipados”: interculturalidade e assistência à saúde na Amazônia peruana. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 20, n. 9, p. 2837-2846, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/630/63041075024.pdf>>.

ANEXO - PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NOÇÕES DE ESTUDANTES INDÍGENAS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Pesquisador: Ana Paula Barbosa Alves

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 1

CAAE: 55309321.6.0000.5302

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.460.390

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas das Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1826576.pdf, gerado em 21/12/2021).

RESUMO

O tema deste projeto de tese é sobre Segurança Alimentar e Nutricional, e como os estudantes indígenas de contexto urbano e comunitário (re)elaboram seu saber sobre o ambiente a partir de sua inserção na universidade. Entende-se que a "Segurança Alimentar" entre os povos indígenas, perpassa fatores profundos, que vão além do abastecimento, acesso e uso inadequado dos alimentos. Buscar-se-á responder o seguinte questionamento que norteará a pesquisa: que representações sociais são elaboradas pelos estudantes indígenas do Insikiran sobre segurança alimentar e nutricional, e como o processo de formação acadêmica se associa às suas práticas alimentares? O objetivo geral deste estudo é analisar as representações sociais sobre segurança alimentar e nutricional e a (re)elaboração de novos hábitos e condutas dos estudantes indígenas a partir de sua inserção na universidade. Tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, de campo, exploratória, descritiva. A pesquisa será realizada no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, unidade acadêmica da Universidade Federal de Roraima. A amostra será de 120 estudantes. Como técnicas de coletadas de dados será realizada a análise de documentos, e as

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.460.390

entrevistas semiestruturadas. Adotar-se-á uma abordagem interdisciplinar para interpretação dos dados, e isso implica pelo menos a adoção de diferentes enfoques metodológicos, ou abordagens teóricas de análise. Portanto, serão selecionados como embasamentos teóricos, a teoria das representações sociais associada ao pensamento complexo. Os dados serão analisados a partir das consultas aos documentos e das narrativas a partir das entrevistas. As narrativas serão submetidas à análise de conteúdo proposta por Bardin, que busca, a partir da realização de exame de mensagens, realizar uma codificação fluante. Em que se buscará trabalhar com categorias temáticas, para expressar os sentidos que poderão revelar algo de importante sobre o fenômeno estudado. Estudar as percepções e representações dos estudantes indígenas do Insikiran, a partir das teorias das representações sociais é importante para conhecer as informações e as ideais elaboradas por esse grupo sobre segurança alimentar e suas práticas alimentares.

HIPÓTESE

Não se aplica.

METODOLOGIA PROPOSTA

Este projeto de tese tratar-se-á de uma pesquisa quantiquantitativa, documental, exploratória, descritiva. A pesquisa será realizada no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, unidade acadêmica da Universidade Federal de Roraima, localizado no endereço: Av. Cap. Ene Garcês, 2413 - Aeroporto, Boa Vista - RR, 69310-000. Se pretende aplicar um questionário online para 100 estudantes e entrevistar no 20 estudantes indígenas. Serão incluídos todos os estudantes que falam e leem em língua portuguesa e maiores de 18 anos de idade. Serão excluídos aqueles que não corresponderem aos critérios de inclusão do estudo. Os aspectos éticos previstos pelas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa com Seres Humanos, serão garantidos neste estudo, conforme aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade Federal de Roraima. As técnicas de pesquisas são um grupo de normas empregadas pelas mais distintas ciências. É a parte prática da pesquisa. Se desdobra em documentação direta e indireta. A primeira abarca a "observação direta e sistemática da realidade, a entrevista, os questionários, os testes, as histórias de vida. A segunda inclui a pesquisa bibliográfica e a documental" (MEDEIROS, 2019, p.51). Serão utilizadas nesta pesquisa como técnicas de coletadas de dados: a análise de documentos; questionário, as entrevistas semiestruturadas, em que o participante falará sobre um tema sugerido, para gerarem narrativas. As técnicas de análise de dados serão do mesmo modo mistas.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.460.390

Inicialmente, será realizada uma análise exploratória (ou descritiva) dos dados gerais coletados, com o emprego de tabelas e gráficos e medidas de síntese (porcentagem; índices e médias). Serão examinadas as variáveis qualitativas (nominal e ordinal), como por exemplo: sexo; gênero; etnia; idade; entre outros (PEREIRA, 2018; REIS; REIS, 2002). Adotaremos uma abordagem interdisciplinar para interpretação dos dados, e isso implica pelo menos a adoção de diferentes enfoques metodológicos, ou abordagens teóricas de análise. Portanto, a princípio escolhemos para embasamento teórico, a teoria das representações sociais associada ao pensamento complexo, a partir do ponto de vista Serge Moscovici (1978) e de Edgar Morin (2018; 2015; 2011), para a análise das narrativas elaboradas a partir das entrevistas semiestruturadas. As leituras dos materiais, documentos, e as narrativas produzidas das entrevistas serão submetidas à análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que busca, a partir da realização de exame de mensagens, realizar uma codificação flutuante. Em que se buscará trabalhar com categorias temáticas, para expressar os sentidos que poderão revelar algo de importante sobre o fenômeno estudado.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Serão incluídos todos os estudantes que falam e leem em língua portuguesa e maiores de 18 anos de idade.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Serão excluídos aqueles que não corresponderem aos critérios de inclusão do estudo.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Analisar as representações sociais sobre segurança alimentar e nutricional e a (re)elaboração de novos hábitos e condutas dos estudantes indígenas a partir de sua inserção na universidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) as abordagens sobre segurança alimentar e nutricional;

Caracterizar os sentidos atribuídos pelos estudantes às práticas e hábitos alimentares tradicionais e praticados no âmbito do Insikiran;

Descrever os significados elaborados sobre a relação entre segurança alimentar, saúde e ambiente.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.460.390

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Nesse sentido, conforme as determinações da Resolução CNS nº 466/2012, no item V- DOS RISCOS E BENEFÍCIOS: este estudo poderá trazer riscos para a integridade física ou moral dos participantes. No intuito de evitar constrangimentos aos participantes da pesquisa ou exposição de assuntos relacionados à sua intimidade, será garantida a sua privacidade, o anonimato, e o sigilo de todas as suas informações, bem como o direito de aceitar ou não participar da pesquisa, podendo ser essa autorização suspensa em qualquer fase do estudo (BRASIL, 2012). Importante ressaltar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será encaminhado por e-mail e/ou aplicativo whatsapp, com as devidas explicações sobre o instrumento, estudo e em relação a qualquer dúvida que porventura surgirem. Em relação aos riscos que poderão acontecer advindos do estudo, se houver ou se for percebido qualquer risco ou danos significativos aos participantes da pesquisa, previstos, ou não, no TCLE, a pesquisadora responsável, irá comunicar o fato, imediatamente, ao sistema CEP/CONEP, e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo. Caso haja algum prejuízo decorrente da realização desta pesquisa, será providenciada a devida reparação dos danos por meio da responsável pela pesquisa, ou seja, pela pesquisadora: Ana Paula Barbosa Alves. Todas as despesas serão por conta da pesquisadora.

BENEFÍCIOS

Os benefícios da pesquisa aos seus participantes serão exclusivamente indiretos, desde que sejam consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. Após a finalização do estudo, a pesquisadora se compromete em apresentar os resultados de suas análises para toda a comunidade do Insikiran e às comunidades indígenas dos estudantes, se assim desejarem, em forma de exposição oral, e/ou escrita por relatório de pesquisa, artigo, cartilha ou banner, ou outra forma mais pertinente para os povos indígenas. Os entrevistados do estudo não receberão benefícios financeiros para participação na pesquisa, mas terão total acesso aos seus resultados, seguindo as determinações da Resolução CNS nº 510 de 7 de abril de 2016, em seu Art. 17, item VI, em que será garantido a todos os participantes da pesquisa o acesso aos resultados parciais e finais da pesquisa, por meio de relatório impresso ou digital, artigos, ou monografias, ou livros (BRASIL, 2016).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa quantitativa, de campo, exploratória, descritiva. A pesquisa será realizada no

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.460.390

Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, unidade acadêmica da Universidade Federal de Roraima. Pretende aplicar 100 questionários online e entrevistar no máximo 20 estudantes indígenas. Serão incluídos todos os estudantes que falam e leem em língua portuguesa e maiores de 18 anos de idade. Serão excluídos aqueles que não corresponderem aos critérios de inclusão do estudo.

Serão utilizadas nesta pesquisa como técnicas de coletadas de dados: a análise de documentos; questionário, as entrevistas semiestruturadas, em que o participante falará sobre um tema sugerido, para gerarem narrativas. As técnicas de análise de dados serão do mesmo modo mistas. Inicialmente, será realizada uma análise exploratória (ou descritiva) dos dados gerais coletados, com o emprego de tabelas e gráficos e medidas de síntese (porcentagem; índices e médias).

Serão examinadas as variáveis qualitativas (nominal e ordinal), como por exemplo: sexo; gênero; etnia; idade;

Patrocinador: Financiamento Próprio.

Orçamento: R\$ 9.500,00

Número de participantes incluídos no Brasil: 120.

Previsão de início do estudo: 04/04/2022.

Previsão de encerramento do estudo: 04/09/2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.460.390

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1826576.pdf	21/12/2021 01:33:21		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	10122021TCLE.docx	21/12/2021 01:31:08	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Outros	20122021ENTREST.docx	21/12/2021 01:30:19	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Outros	20122021QES.docx	21/12/2021 01:29:22	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Orçamento	OR_10122021.docx	21/12/2021 01:27:47	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Cronograma	101221CRONOGRAMA.docx	21/12/2021 01:27:10	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	14122021NPPAP.pdf	21/12/2021 01:26:20	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Outros	20122021CA.pdf	21/12/2021 01:23:53	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito
Folha de Rosto	20122021FR.pdf	21/12/2021 01:21:33	Ana Paula Barbosa Alves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

BRASILIA, 14 de Junho de 2022

Assinado por:

Laís Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

APÊNDICE A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE_PLATAFORMABRASIL.PDF

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: “Representações de estudantes indígenas sobre Alimentação e Soberania Alimentar” sob a responsabilidade da pesquisadora: Ana Paula Barbosa Alves, e sua participação NÃO É OBRIGATÓRIA. A qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para o pesquisador. O objetivo geral deste estudo é analisar as representações sociais sobre alimentação e soberania alimentar de estudantes indígenas do Instituto Insikiran da UFRR no período de 2022 a 2023.

Sua participação é muito importante, o(a) senhor(a) está sendo convidado em razão de ser estudante no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Caso aceite participar do estudo, sua participação nesta pesquisa será por meio da aplicação de um questionário e uma entrevista semiestruturada de forma online (por vídeo conferência ou telefone) para evitar qualquer contato com o pesquisador devido à pandemia pelo novo Coronavírus. Os temas da entrevista se referem as informações sociodemográficas como: o seu sexo biológico (feminino/masculino), sua idade, qual o curso que estuda, qual é seu período acadêmico, seu trabalho, sua etnia, como é sua família, quantas pessoas têm a sua família, quantas pessoas moram na sua casa, quantos trabalham, qual a renda familiar entre outros; questões relacionadas ao consumo alimentar, os tipos de alimentos consumidos. Existem problemas socioambientais e de saúde relacionados a alimentação. Com os seus saberes tradicionais vocês conseguem pensar em estratégias para melhorar os problemas relacionados a alimentação. O que você entende por ambiente, meio ambiente, recursos naturais.

Serão incluídos neste estudo indígenas de contexto comunitário e urbano que falem e leem em língua portuguesa, maiores de 18 anos, que sejam estudantes no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Serão excluídos aqueles que não corresponderem aos critérios de inclusão do estudo.

O(a) senhor(a) não receberá benefícios financeiros para participação na pesquisa. Os benefícios relacionados com a sua participação serão: contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas do estado de Roraima, com a promoção e a proteção da

saúde. Assim, propor juntamente com a comunidade e instituições parceiras, ações de educação ambiental a partir dos saberes indígenas, controle e prevenção de doenças relacionadas a alimentação. A divulgação dos resultados do estudo no meio acadêmico, será por meio de relatórios, mídia e publicações de artigo científico ou livro. Será garantido ao(a) senhor(a) o acesso aos resultados parciais e finais da pesquisa, por meio de relatório impresso ou digital, artigos, ou monografias, ou livros. Após a finalização do estudo, a pesquisadora se compromete em apresentar os resultados de suas análises para você, sua família e toda a comunidade acadêmica e toda sociedade em geral, de forma oral, escrita e por cartilhas com imagens para facilitar a compreensão.

O principal risco relacionado com a sua participação poderá ser o surgimento de qualquer tipo de constrangimento ou vergonha em suas respostas, ou ainda, recordações de causem sofrimento ou dor. Mas, para minimizar os riscos, as informações serão coletadas individualmente de cada participante. As informações obtidas nos questionários e nas entrevistas poderão ser descartadas ou desligadas da pesquisa a qualquer momento pelo interessado. Lembrando que todas as informações obtidas estarão resguardadas em sigilo. As informações desta pesquisa serão confidenciais e garantimos que somente o pesquisador saberá sobre sua participação durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(a) senhor(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da Universidade Federal de Roraima – CEP/UFRR e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFRR fica localizado no endereço: Av. Cap. Enê Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto (Campus do Paricarana), CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR, Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DARH. Você pode entrar em contato pelo e-mail: coep@ufr.br; ou por telefone: (95) 3621-3112 - Ramal 26. E o horário para atendimento ao público é das 13:30h às 19:30h. Neste momento de pandemia os atendimentos ao público estão sendo excepcionalmente por via e-mail. O CEP/UFRR um grupo de vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), fica localizada no endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D – Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte. CEP: 70719-040, Brasília – DF. Você pode entrar em contato pelo e-mail: conep@saude.gov.br; ou pelo telefone: (61)3315-5877. A Conep é livre da atuação de corporativas e institucionais. Em sua composição

apresenta um grupo de vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que trabalham de forma colaborativa. Tem como função principal a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) senhor(a), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato, sempre que achar necessário, por meio do telefone do pesquisador responsável: Ana Paula Barbosa Alves pelo telefone (095) 991659884, ou pelo e-mail: alves.ana38@gmail.com; em qualquer horário e dia da semana.

Pesquisador

Eu, Ana Paula Barbosa Alves, com o CPF: 566. 416. 642 – 87, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao participante.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente e dou o meu consentimento sem ter sido submetida a qualquer tipo de pressão ou coação.

- () sim autorizo a gravação e uso da minha imagem e/ou voz.
() não autorizo a gravação e uso da minha imagem e /ou voz.

Participante da Pesquisa

Endereço do pesquisador: no Bloco D, sala nº 6, no curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), localizado na Av. Capitão Enê Garcez, nº 2413, no Campus do Paricarana Bairro Aeroporto. Boa Vista – Roraima. CEP: 69.304-000. Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DARH) Av. Cap. Ene Garcez, 2413 – Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: coep@ufr.br (95) 3621-3112 Ramal 26.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

1. Informações sociodemográficas:

- Sexo biológico: () masculino () feminino

- Idade:

- () 18 anos () 19 anos () 20 anos () 21 anos () 22 anos () 23 anos () 24 anos () 25 anos
 () 26 anos () 27 anos () 28 anos () 29 anos () 30 anos () 31 anos () 32 anos () 33 anos
 () 34 anos () 35 anos () 36 anos () 37 anos () 38 anos () 39 anos () 40 anos () 41 anos
 () 42 anos () 43 anos () 44 anos () 45 anos () 46 anos () 47 anos () 48 anos () 49 anos
 () 50 anos () 51 anos () 52 anos () 53 anos () 54 anos () 55 anos () 56 anos () 57 anos
 () 58 anos () 59 anos () 60 anos () >+61 anos

- Estado Civil:

() Solteiro(a) () Casado (a) () União de estável () Divorciado(a)/Separado () Viúvo(a)

- Tem Filhos: () Sim () Não

- Se sim, quantos filhos vivos você tem: _____

- Seu curso no Insikiran:

() Licenciatura Intercultural () Gestão em Saúde Coletiva Indígena

() Gestão Territorial Indígena

- Qual o período que se encontra estudando no curso atualmente:

- () 1º período () 2º período () 3º período () 4º período () 5º período () 6º período () 7º período
 () 8º período () =+ 9º período

- Você como estudante universitário indígena recebe algum auxílio estudantil pela UFRR?
 (Resposta com múltipla escolha)

- () Não () Sim, auxílio alimentação () Sim, auxílio transporte () Sim, auxílio reprografia
 () Sim, auxílio acessibilidade () Sim, auxílio vale refeição () Sim, auxílio vale moradia
 () Sim, auxílio creche () Sim, auxílio material de ensino () Sim, auxílio bolsa permanência
 () Sim, programa de monitoria 2022 () Sim, bolsista em programas e projetos de Extensão
 () Sim, bolsista em programas e projetos de Extensão (PIBIC, PIBIC Jr., PICI)
 () Outros: _____

- Você trabalha além de estudar: () Sim () Não

- Se sim, especifique qual é o seu trabalho e em que local você trabalha: _____

- Qual é a sua etnia:

- () Macuxi () Wapichana () Ingarikó () Wai-Wai () Patamona () Taurepang () Sapará
 () Ye'kuana

- Qual é a sua comunidade indígena:

- () Anta () Aningal () Ananás () Araçá () Barata/Livramento () Bom Jesus () Boqueirão
 () Cajueiro () Canauanim () Jabuti () Malacacheta () Mangueira () Manoá/Pium
 () Moskow () Muriru () Pium () Ponta da Serra () Raimundão () Santa Inês
 () Serra da Moça () Súcuba () Tabalascada () Truaru () Raposa () Ouro

- Caso a sua comunidade indígena não esteja acima descrita, por favor descreva o nome:

 - Qual é a sua terra indígena:

- () Terra Indígena Raposa Serra do Sol (áreas de lavrados contínuas)
 () Terra Indígena São Marcos (áreas de lavrados contínuas)
 () Terra Indígena Waimiri-Atroari (áreas florestais contínuas)
 () Terra Indígena Wai-Wai (áreas florestais contínuas)
 () Terra Indígena Trombetas-Mapuera (áreas florestais contínuas)
 () Terra Indígena Jacamim (áreas florestais e áreas de lavrados contínuas)
 () Terra Indígena Pium (áreas de lavrados em formas de ilha)

- Terra Indígena Araçá (áreas de lavrados em formas de ilha)
- Terra Indígena Santa Inês (áreas de lavrados em formas de ilha)
- Terra Indígena Boqueirão (áreas de lavrados em formas de ilha)
- Terra Indígena Jabuti (áreas de lavrados em formas de ilha)
- Terra Indígena Malacacheta (áreas de lavrados em formas de ilha)
- Terra Indígena Yanomami (áreas florestais contínuas)

- Caso a sua a sua terra indígena não esteja acima descrita, por favor descreva o nome:

- Qual é a sua Etnorregião:

- Região Serras
- Região Surumu
- Região Baixo Cotingo
- Região Raposa
- Região Amajari
- Região Alto São Marcos
- Região Baixo São Marcos
- Região Tabaio
- Região Murupu
- Região Serra da Lua
- Região Ingarikó
- Região Wai-Wai

- Caso a sua etnorregião não esteja acima descrita, por favor descreva o nome:

- Qual é o município que se encontra a sua comunidade:

- Alto Alegre Amajari Boa Vista Bonfim Cantá Caroebe Normandia
- Pacaraima São João da Baliza São Luís do Anauá Uiramutã Caracará Iracema
- Mucajai Rorainópolis

- A sua família ou alguém fala outra língua/idioma diferente do português?

- Não Sim, qual? _____

- A sua família é beneficiária de algum Programa Social? Se sim, quais? (Resposta com múltipla escolha)

- Sim, Auxílio Brasil
- Sim, Benefício de Prestação Continuada
- Outros: _____
- Não

- Qual a renda familiar:

- de 500,00 reais até 900,00 reais de 901,00 reais até 1.000,00 reais
- de 1.001,00 reais até 1.100,00 reais de 1.101,00 reais até 2.100,00 reais
- de 2.101,00 reais até 3.100,00 reais de 3.101,00 reais até 4.100,00 reais
- de 4.101,00 reais até 5.100,00 reais de 5.101,00 reais até 6.100,00 reais
- de 6.101,00 reais até 7.100,00 reais de 7.101,00 reais até 8.100,00 reais
- de 8.101,00 reais até 9.100,00 reais de 9.101,00 reais até 10.100,00 reais
- acima de 10.101,00 reais

- Você aceita participar da **segunda fase da pesquisa** em que será realizada uma entrevista com a pesquisadora responsável pelo estudo? Sim Não

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Tema 1: Saúde Indígena

1. Para você o que é saúde?
2. Para você o que é doença?
3. Na sua percepção, quais são os principais doenças que você identifica na sua comunidade?
4. Para você quais são as doenças que mais são prevalentes na sua família?
5. Na sua percepção, entre essas doenças que você identificou, você acha que alguma delas têm relação com a alimentação?
6. Quais são os principais cuidados de saúde que você e sua família realizam?
7. Na sua percepção, o conhecimento tradicional dos povos indígenas pode ajudar no cuidado e controle dessas doenças identificadas na comunidade?

Tema 2: Práticas, consumo, acesso e novos hábitos alimentares

8. O que é alimento para você?
9. Quais alimentos que você considera tradicionais?
10. O que você gosta mais gosta de comer?
11. O que você gosta de comer, mas nem sempre come?
12. O que você come, mas não gosta muito?
13. Quais os alimentos que você tem disponível em sua casa?
14. O que você sempre come em sua casa ou na casa de seus familiares?
15. Como vocês se organizam a alimentação na comunidade quando tem festas ou outros tipos de evento?
16. Toda reunião ou evento na comunidade ou na sua casa tem que ter algo para comer? É importante ter algum tipo de alimento?
17. O que as crianças comem na merenda na escola na comunidade e na cidade?
18. Você notou alguma diferença em sua alimentação atual na fase adulta em relação a sua infância?
19. Como você tem acesso aos alimentos que você consome?
20. Quais são os principais alimentos que você consome em sua casa na cidade e/ou comunidade?
21. Você consome alimentos embutidos e industrializados?" Se sim, quais você mais consome?
22. Como você prepara esses alimentos embutidos e industrializados?
23. Como esses alimentos chegam na comunidade?
24. Alguém orientou você a consumir os alimentos industrializados e embutidos, na forma de preparar, periodicidade, a partir de que idade usar?
25. Quais os alimentos que sempre têm na sua comunidade?
26. Como você sempre ou na maioria das vezes consome ou prepara os seus alimentos?
27. Quais são os principais ingredientes de sua alimentação e quais são os mais consumidos diariamente?

Tema 3: Segurança, Insegurança e Soberania Alimentar

28. O que você entende por segurança alimentar e nutricional?
29. Em algum momento desse ano, ou do ano anterior você ficou sem ter o que comer, ou soube de alguém, ou alguém de sua família nessa situação?
30. Você teve alguma dificuldade para acessar ou comprar os seu alimentos que você consome?
31. O que você acha dos preços dos alimentos?
32. O que você entende por insegurança alimentar?

33. O que você entende por soberania alimentar?
34. Na universidade, você participou de alguma atividade de ensino, de extensão ou pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional. Você consegue explicar?

Tema 4: Ambiente

35. Existem em sua comunidade ou em seu bairro na cidade problemas socioambientais e de saúde relacionados a alimentação?
36. Existe alguma atividades que vocês na sua comunidade realizam que pode trazer efeitos para o ambiente. O que você identifica como bom ou ruim?
37. O que você entende por ambiente?
38. O que você entende por meio ambiente?
39. O que você entende por recursos naturais?
40. O que você entende por conservação ambiental?
41. O que você entende por preservação ambiental?
42. Você consegue lembrar de algum livro, ou autor ou temática que você estudou sobre ambiente aqui na UFRR. Você consegue explicar?
43. Os conhecimentos adquiridos na universidade podem ajudar a conservar o ambiente?
44. O que você aprendeu na universidade pode te ajudar a fortalecer seus conhecimentos tradicionais?